



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA - PPGB
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA - MPB**

RENATA OLIVEIRA DE SOUZA

**EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL NAS
MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA NO
BRASIL**

**RIO DE JANEIRO
2024**

RENATA OLIVEIRA DE SOUZA

**EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL NAS
MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA NO
BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, no curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Biblioteconomia.

Área de Concentração: Biblioteconomia e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Mariza Costa Almeida.

Rio de Janeiro
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S729c Souza, Renata Oliveira de
Empreendedorismo, inovação e propriedade intelectual nas matrizes
curriculares dos cursos de biblioteconomia no Brasil / Renata
Oliveira de Souza. – 2024.
113 f. : il. ; color.

Orientação: Mariza Costa Almeida.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação
em Biblioteconomia, Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia,
Rio de Janeiro, RJ, 2024.

1. Biblioteconomia. 2. Empreendedorismo. 3. Inovação. 4. Propriedade
intelectual. 5. Currículo. 6. Formação profissional. 7. Bibliotecário.
I. Almeida, Mariza Costa, orient. II. Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro. III. Título.

CDD: 020.6

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária:

Renata Oliveira de Souza - CRB-4/2209.

RENATA OLIVEIRA DE SOUZA

**EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL NAS
MATRIZES CURRICULARES DO CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, no curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Biblioteconomia.

Aprovado em: 26 de março de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mariza Costa Almeida – Presidente
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Profa. Dra. Jaqueline Santos Barradas – Titular Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Elaine Cavalcante Peixoto Borin – Titular Externo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Cládice Nóbile Diniz – Suplente Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Mariana Rodrigues de Almeida – Suplente Externo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Dedico esta Dissertação à minha família,
em especial, mainha e painho (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela dádiva da vida, por se manifestar das mais diversas formas e por se fazer presente em todos os momentos da minha existência;

À minha família, em especial minha mãe e pai, por terem me concebido, me criado e investido na minha educação; mesmo ambos não possuindo formação superior, conseguiram me transmitir os verdadeiros valores da vida;

À minha orientadora Mariza Almeida pela generosidade na condução da construção desta Dissertação, pelo compartilhamento de conhecimento e pela paciência; agradeço imensamente por acreditar no meu potencial, em todos os momentos em que nem eu mesma acreditava;

À banca examinadora, que gentilmente aceitou os convites de qualificação e defesa, agradeço pela disponibilidade e pelas contribuições sugeridas;

À coordenação e à secretaria do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/UNIRIO), pelo zelo e pela presteza, em todos os momentos que necessitei de suporte, mesmo estando a quilômetros de distância;

Aos docentes do PPGB/UNIRIO por proporcionar compartilhamento de conhecimento, reflexões e discussões acerca do campo da Biblioteconomia;

À minha turma do Mestrado, pelas trocas durante as aulas e pelo acolhimento nos bastidores, nos momentos de aflição;

Aos coordenadores e vice-coordenadores que contribuíram com a aplicação prática da pesquisa;

Aos colegas de trabalho, na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que me encorajaram a não desistir do curso;

Por fim, agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a culminância da obtenção do título de Mestra em Biblioteconomia.

Reconhecimento e gratidão àqueles que contribuíram para a concretização deste sonho são expressos através do meu MUITÍSSIMO OBRIGADA!

*“Certifica-te de
seres fator de soma
para as pessoas de
cujas vidas participas.”
(Cícero)*

SOUZA, Renata Oliveira de. **Empreendedorismo, inovação e propriedade intelectual nas matrizes curriculares dos cursos de biblioteconomia no Brasil**. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2024.

RESUMO

Esta Dissertação propôs analisar as matrizes curriculares dos cursos de Bacharelado em Biblioteconomia, Biblioteconomia e Documentação e Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, presenciais e EaD, das IES públicas federais, identificando de que modo disciplinas que abordam as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual têm se inserido nas matrizes curriculares desses cursos. Caracteriza-se por ser uma pesquisa aplicada, de natureza qualitativa, incluindo aspectos quantitativos, em que foram utilizados os métodos descritivo e exploratório. Do universo estudado, houve aplicação de questionário com a participação dos coordenadores e vice-coordenadores dos cursos de Biblioteconomia dos quais foram identificadas disciplinas com as temáticas supracitadas. Além das matrizes curriculares, foram utilizadas outras fontes de pesquisa, bem como os Projetos Político Pedagógicos (PPP) e o Portal e-MEC. Para colher e analisar os dados desta pesquisa, foram utilizados instrumentos a fim de garantir maior confiabilidade a ela. Em face do analisado, foi possível mapear as IES e identificar a presença dos cursos em todas as regiões do Brasil, possibilitando a democratização do acesso à educação superior. Foi identificada também a existência de cursos, presenciais e EaD, que possuem, em suas respectivas matrizes curriculares, a oferta de disciplinas com, pelo menos, uma das temáticas analisadas por esta pesquisa, que são: Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual. Houve ainda, por meio da aplicação do questionário, a constatação de que a maioria dos coordenadores e vice-coordenadores dos cursos valoriza as discussões em torno da atualização das matrizes curriculares, demonstrando a importância da inclusão de disciplinas com as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual nos cursos de Bacharelado em Biblioteconomia, Biblioteconomia e Documentação e Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, das IES públicas federais, de modo a contribuir para uma formação mais abrangente do Bibliotecário, em consonância com as demandas informacionais da sociedade contemporânea, possibilitando uma formação de excelência ao profissional Bibliotecário.

Palavras-chave: Biblioteconomia. Currículo. Empreendedorismo. Formação profissional do bibliotecário. Inovação. Propriedade Intelectual.

SOUZA, Renata Oliveira de. **Entrepreneurship, innovation and intellectual property in the curriculum of library science courses in Brazil**. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2024.

ABSTRACT

This Dissertation aims to analyze the curricular matrices of the bachelor's degree courses in Library Science, Library Science and Documentation and Library Science and Management of Information Units, face-to-face and distance learning, at federal public High Education Institutions, identifying how disciplines that address the themes of Entrepreneurship, Innovation and Intellectual Property have been inserted into the curricular matrices of these courses. It is characterized by being an applied research, of a qualitative nature, including quantitative aspects, in which descriptive and exploratory methods were used. From the universe studied, a questionnaire was administered with the participation of the coordinators and vice-coordinators of the Librarianship courses that have disciplines with the aforementioned themes were identified. In addition to the curricular matrices, other research sources were used, as well as the Political Pedagogical Projects (PPPs) and the e-MEC Portal. To collect and analyze the data for this research, instruments were used to ensure greater reliability. In view of the analysis, it was possible to map the HEIs and identify the presence of courses in all regions of Brazil, enabling the democratization of access to higher education. The existence of face-to-face and distance learning courses which have, in their respective curricular matrices, the offering of subjects with at least one of the themes analyzed by this research, which are Entrepreneurship, Innovation and Intellectual Property, was identified. There was also, through the application of the questionnaire, the observation that the majority of course coordinators and vice-coordinators recognize the importance of discussions around updating curricular matrices, demonstrating the importance of including subjects with the themes of Entrepreneurship, Innovation and Intellectual Property in the Bachelor's Degree courses in Library Science, Library Science and Documentation and Library Science and Management of Information Units, at federal public HEIs, in order to contribute to a more comprehensive training of Librarians, in line with the informational demands of contemporary society, enabling excellent training for the professional Librarian.

Keywords: Librarianship. Curriculum. Entrepreneurship. Professional training of the librarian. Innovation. Intellectual property.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fatores críticos para o desenvolvimento econômico	23
Figura 2 – Componentes do Ecossistema Empreendedor	24
Figura 3 – Tipos de Inovação	27
Figura 4 – Estrutura social da Hélice Tríplice	28
Figura 5 – Modalidades de direitos de propriedade intelectual	32
Figura 6 – Evolução dos suportes materiais da informação	43
Figura 7 – Áreas dos títulos de Doutorado dos respondentes	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Componentes e Sistemas de Inovação	28
Quadro 2 – Legislação brasileira referente à Propriedade Industrial	36
Quadro 3 – Primeiras escolas de Biblioteconomia no Brasil	47
Quadro 4 – Disciplinas escolares: Rio de Janeiro e São Paulo	49
Quadro 5 – Fases e marcos históricos da Biblioteconomia no Brasil	52
Quadro 6 – Equivalência entre as disciplinas dos Currículos Mínimos (1962 e 1982)	52
Quadro 7 – Cursos de Biblioteconomia criados no Brasil (1911-1969)	53
Quadro 8 – Bibliotecários inscritos e ativos nos CRBs	61
Quadro 9 – Síntese da estratégia de busca nas bases de dados para construção do referencial teórico	68
Quadro 10 – Síntese da estratégia de busca no e-MEC	69
Quadro 11 – Cursos de graduação	73
Quadro 12 – IES x Disciplinas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual	77
Quadro 13 – Cursos presenciais de Biblioteconomia x Disciplinas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual	79
Quadro 14 – Cursos à distância de Biblioteconomia x Disciplinas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual	81
Quadro 15 – Identificação dos respondentes do questionário	82
Quadro 16 – Resultados obtidos	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Cursos de Graduação em Biblioteconomia das IES	72
Gráfico 2 – Cursos de Biblioteconomia por região	74
Gráfico 3 – Cursos presenciais de Biblioteconomia por região	75
Gráfico 4 – Cursos à distância de Biblioteconomia por região	76
Gráfico 5 – Cursos presenciais de Biblioteconomia e os Conceitos de Curso	77
Gráfico 6 – Cursos presenciais de Biblioteconomia x Disciplinas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual	78
Gráfico 7 – Cursos à distância de Biblioteconomia x Disciplinas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual	80
Gráfico 8 – Respondentes do questionário por região do Brasil	83
Gráfico 9 – Respondentes do questionário	84
Gráfico 10 – Docentes das áreas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual nos departamentos	85
Gráfico 11 – Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual como disciplinas obrigatórias	86
Gráfico 12 – Níveis de relevância da existência de disciplinas	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABECIN	Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
ABSTARTUPS	Associação Brasileira de <i>Startups</i>
ALA	<i>American Library Association</i>
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
ANPROTEC	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
BEL	<i>Board of Education for Librarianship</i>
BN	Biblioteca Nacional
CC	Conceito de curso
CES	Câmara de Educação Superior
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CI	Ciência da Informação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa Científica
CRB	Conselho Regional de Biblioteconomia
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EaD	Educação à Distância
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBBD	Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IBICT	Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica

OCDE	<i>Organisation for Economic Co-operation and Development</i>
PPP	Projeto Político Pedagógico
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFR	Universidade Federal de Rondonópolis
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UnB	Universidade Federal de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	PROBLEMA	19
1.2	OBJETIVOS	20
1.2.1	Objetivo Geral	20
1.2.2	Objetivos Específicos	20
1.3	JUSTIFICATIVA	20
2	EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO	22
2.1	EMPREENDEDORISMO	22
2.2	INOVAÇÃO	26
2.3	PROPRIEDADE INTELECTUAL	31
2.3.1	Direito Autoral	33
2.3.2	Propriedade Industrial	35
2.3.3	Proteção <i>Sui Generis</i>	37
3	BIBLIOTECONOMIA: PASSADO E PRESENTE	42
3.1	REGISTROS DA INFORMAÇÃO E AS BIBLIOTECAS	42
3.2	BIBLIOTECONOMIA NA EUROPA E NOS ESTADOS UNIDOS	44
3.3	BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL	46
3.4	PERSPECTIVA CURRICULAR DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA	48
4	EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO, PROPRIEDADE INTELECTUAL E A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO	58
4.1	O BIBLIOTECÁRIO E SUAS ATRIBUIÇÕES	58
4.2	O CAMPO DE ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NO SÉCULO XXI	61
5	METODOLOGIA	66
5.1	ETAPAS DA PESQUISA	67
6	ANÁLISE DOS RESULTADOS	72
6.1	ANÁLISE DAS MATRIZES CURRICULARES	72
6.2	ANÁLISE DAS RESPOSTAS OBTIDAS A PARTIR DA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	82
6.2.1	Categorização dos participantes do questionário	82
6.2.2	Categorização da análise das respostas do questionário	84
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
	REFERÊNCIAS	97
	APÊNDICE A – Questionário aplicado	107
	APÊNDICE B – Produto Informacional: Ementa de disciplina	108

1 INTRODUÇÃO

A Informação consiste no bem de consumo e de produção mais poderoso da sociedade contemporânea, pois contribui para a geração de conhecimento, elemento preponderante para o avanço da ciência e da tecnologia, consequentemente resultando nas rupturas paradigmáticas e nas transformações sociais mundiais. A relevância da informação, neste contexto, se deve à função de organização, difusão e uso da informação, como recurso decisório no processo de geração do conhecimento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do progresso da sociedade (Araújo, 1991).

Vivemos a chamada “era da informação”, com a potencialização do acesso à internet por meio de celulares, tablets, computadores e até mesmo relógios. Sendo assim, evidencia-se a importância de se organizar minimamente as fontes de informação, sejam elas analógicas ou digitais, além de as tratar, armazenar e disseminar. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) constituem-se como elemento decisório nos processos que envolvem a organização, o armazenamento, a busca e o acesso à informação. As transformações ocorridas a partir do surgimento das TICs, na década de 1980, contribuíram com o processo de reestruturação do sistema capitalista (Castells, 1999).

De acordo com Werthein (2000), a expressão “sociedade da informação” passou a ser utilizada no final do século XX, em caráter substitutivo ao termo “sociedade pós-industrial”, como forma de representar o surgimento do “novo paradigma técnico-econômico”. Nesse cenário emergiu, em escala global, uma nova economia, denominada por Castells (1999) como **informacional, global** e em **rede**, identificando as características e interligações:

[...] **informacional** porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimento; É **global** porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É **rede** porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais. [...] a revolução da tecnologia da informação forneceu a base material indispensável para sua criação. É a conexão histórica entre a base de informações/conhecimentos da economia [...] (Castells, 1999, p. 119, grifo do autor).

Na “era da informação”, o Bibliotecário desempenha a importante função de atuar por meio da Gestão da Informação (GI) e da Gestão do Conhecimento (GC). A GI também surge a partir dos estudos de Paul Otlet (1934), com a publicação da obra “Tratado de documentação”,

que define e identifica os documentos informacionais e a importância dos procedimentos de gerenciamento e representação da informação, a fim de torná-los acessíveis. A GI relaciona-se bastante com as TICs, as quais contribuem para implementar as ações gerenciais envolvendo os fluxos e processos de obtenção, decodificação, armazenamento e disponibilização da informação. A GC, por ser complementar, envolve processos gerenciais relacionados à informação, mas destaca o protagonismo do receptor/usuário ao se relacionar com a informação adquirida e a tomada de decisão, a partir da internalização do conhecimento construído, muitas vezes, coletivamente, pois a GC aborda tanto o conhecimento tácito quanto o conhecimento explícito, e destaca-se que a GC não se dá de maneira individual (Barbosa, 2020).

Diante desse contexto, a formação do Bibliotecário necessita de monitoramento e revisão constantes, a fim de promover a reforma curricular, visando ao diálogo ao acompanhar as mudanças da sociedade, bem como as mudanças do campo da informação e da comunicação.

Os cursos de Graduação em Biblioteconomia possuem seus respectivos Projetos Político Pedagógicos (PPPs), que trazem em seu discurso as diretrizes da IES, as Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia, do Conselho Nacional de Educação (CNE), e os dispositivos da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) vigentes, bem como estão em consonância com o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) em sua Resolução nº 207/2018. Expressam-se, em seu referencial teórico-metodológico, a práxis e a estrutura didático-pedagógica do Curso, constituídas por meio da missão, dos objetivos, bem como das finalidades e dos resultados esperados.

A conclusão do curso de Graduação em Biblioteconomia confere ao indivíduo o título de Bacharel em Biblioteconomia. A profissão de Bibliotecário possui um sólido arcabouço regulatório, por meio da legislação federal; foi regulamentada em 1962, a partir da sanção da Lei nº 4.084/1962, que dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e regula seu exercício. O Decreto nº 56.725/1965 regulamenta a Lei nº 4.084/1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário. A Lei nº 9.674/1998 dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências.

O profissional bibliotecário é amparado pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), instituído juntamente com os Conselhos Regionais de Biblioteconomia, por meio da Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962 e pelo Decreto nº 52.725, de 16 de agosto de 1965, que regulamenta a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário. Trata-se de entidade autárquica dotada de personalidade jurídica de direito

público, que constitui serviço público federal, com sede e foro na cidade de Brasília-DF e jurisdição em todo o território nacional.

Art. 1º - O Sistema CFB/CRB é constituído pelos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia, estrutura administrativa criada para favorecer o planejamento e a execução de ações articuladas dirigidas à fiscalização do exercício da profissão de Bibliotecário no Brasil. Parágrafo único - O CFB é o seu órgão central, a quem cabe a coordenação geral das atividades, e os CRB são seus órgãos regionais de fiscalização profissional, e ambos atuam de acordo com as normas estabelecidas neste RI (CFB, 2017).

O CFB tem como missão a promoção e o fortalecimento da Biblioteconomia em busca da valorização e da ética profissional em defesa da sociedade. No que tange aos objetivos, o CFB atua no sentido de “orientar, disciplinar e fiscalizar a profissão de bibliotecário/bibliotecária, primando pela fiel observância dos princípios éticos e contribuindo para o desenvolvimento da sociedade” (CFB, c2021).

A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) está realizando o Censo da Biblioteconomia e Ciência da Informação Brasileira, o qual tem como objetivo servir como uma fonte de informação referencial sobre o perfil socioeconômico, educacional e profissional dos profissionais formados em Biblioteconomia, Ciência da Informação e Gestão da Informação. A pesquisa segue em andamento, no entanto, os dados preliminares começaram a ser divulgados, por meio de um painel de dados, os quais traçam o perfil do profissional bibliotecário no Brasil (FEBAB, 2022).

Considerando o contexto atual da sociedade, em que a informação consiste em um bem valioso, ao discutirmos a formação do Bibliotecário, é necessário também analisar e refletir acerca das matrizes curriculares dos cursos de Bacharelado em Biblioteconomia, que são instrumentos dotados de protagonismo no processo ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, Moreira e Silva (2008) atribuem ao currículo o título de artefato social e cultural, e defendem a premissa de que o currículo não consiste em um elemento neutro, no processo de aprendizagem, por meio da transmissão de informações que contribuirão para a geração de conhecimento social. Desse modo, por não carregar o status de neutralidade, o currículo deve refletir os anseios da sociedade contemporânea, bem como as transformações sociais, políticas, tecnológicas, econômicas e culturais.

Ao longo dos anos, as IES passaram, e continuam a passar, por transformações. No caso das IES públicas federais, o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação constituem-se como pilares fundamentais. O termo Tríplice Hélice, criado por Henry Etzkovitz, na década de 1990, descreve o modelo de inovação com base na relação Governo-Universidade-Empresa. O modelo atribui às universidades um papel fundamental no desenvolvimento de novos

conhecimentos e tecnologias essenciais para a inovação. Nesse sentido, oferecer cursos de graduação com currículos estruturados para atender às demandas mercadológicas emergentes constitui-se como elemento decisório para as Universidades.

As transformações às quais as IES públicas federais são constantemente submetidas perpassam pelas demandas do desenvolvimento sustentável, a exemplo das políticas da Agenda da Organização das Nações Unidas para 2030, a qual reúne 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; destacamos os seguintes:

Objetivo 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos;
Objetivo 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
Objetivo 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles (ONU, 2016).

Para construirmos uma sociedade mais justa e igualitária, faz-se necessária a articulação de todos os setores da sociedade, a fim de atender às demandas do mundo contemporâneo, que se encontra em constante transformação. Diante do exposto, o objeto de estudo desta pesquisa consiste na análise do processo de formação do Bibliotecário, por intermédio da análise curricular dos cursos de Bacharelado em Biblioteconomia das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas federais, tendo como foco a investigação acerca das disciplinas que abordem as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual.

Nesse sentido, buscou-se contextualizar a Biblioteconomia no Brasil, dos primeiros cursos ao cenário atual, e buscou-se também traçar uma análise acerca da perspectiva formativa dos cursos de graduação das IES públicas federais, através da análise das respectivas matrizes curriculares, a fim de relacionar às abordagens de disciplinas que reflitam as demandas da sociedade moderna e contribuam para a formação do profissional bibliotecário.

Com relação à estrutura da dissertação, esta é a seção 1, *Introdução*, o qual apresenta a temática a ser investigada pela pesquisa.

A seção 2, **Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual**, aborda conceitos e definições, contextualiza cada uma das temáticas, destacando os respectivos campos.

A seção 3, **Biblioteconomia**, traça o marco teórico da Biblioteconomia brasileira, aborda conceitos e definições, além de apresentar um breve histórico, desde a criação dos primeiros cursos até a contextualização do campo de atuação do profissional bibliotecário no século XXI.

A seção 4, **Metodologia**, descreve os instrumentos de pesquisa que foram empregados durante todo o percurso de desenvolvimento da pesquisa: fontes pesquisadas, informações selecionadas, instrumentos coletados e dados analisados; aborda também os desafios e as limitações que surgiram, durante a execução dos procedimentos metodológicos.

A seção 5, **Análise e Discussão dos Resultados**, apresenta os dados obtidos a partir desta pesquisa e examina os resultados que foram obtidos, de maneira a identificar os elementos que contribuam para a interpretação deste estudo.

A seção 6, **Considerações Finais**, retoma o referencial teórico, o percurso metodológico e os resultados obtidos a partir da análise dos dados e suas implicações para a conclusão deste estudo, além de refletir acerca da relevância deste estudo e da consideração no que tange à realização de pesquisas futuras.

No Anexo B consta o **Produto** criado nesta Dissertação: uma sugestão de ementa de uma disciplina contemplando as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual, para os cursos de Biblioteconomia das IES públicas federais.

1.1 PROBLEMA

A origem da Biblioteconomia está intimamente relacionada ao surgimento das Bibliotecas, que, em um primeiro momento (com o registro da informação em suportes como papiro, pergaminho, tábua de argila), desempenharam a função de armazenamento do saber. Com o passar do tempo, as transformações pelas quais o mundo passou influenciaram diretamente nos suportes dos registros informacionais (surgimento da imprensa, publicação de livros) e refletiram na função das bibliotecas, que passaram a desempenhar a função não apenas de armazenamento, mas, sobretudo, de disponibilização e acesso à informação.

O grau de qualidade na formação do profissional do Bibliotecário está diretamente relacionado à sua formação acadêmica e, conseqüentemente, à matriz curricular, que tem como principal objetivo preparar as bases teóricas e práticas para a formação e a atuação profissional, no atendimento às demandas do mercado de trabalho da sociedade contemporânea. Assim sendo, a ampliação da base curricular, com a inclusão das disciplinas anteriormente citadas, pode abrir novas perspectivas de inserção no mercado de trabalho para os profissionais Bibliotecários.

Diante do exposto, esta pesquisa propõe como pergunta de partida a seguinte questão:

De que maneira disciplinas com as temáticas de empreendedorismo, inovação e propriedade intelectual têm se inserido nos currículos dos cursos de Biblioteconomia nas Universidades públicas federais brasileiras?

1.2 OBJETIVOS

No que tange aos objetivos da pesquisa, podemos categorizá-los como geral e específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar de que maneira as disciplinas com as temáticas de empreendedorismo, inovação e propriedade intelectual têm se inserido nos currículos dos cursos de Biblioteconomia das instituições públicas brasileiras de ensino superior.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Mapear as instituições federais de ensino superior com cursos de graduação em Biblioteconomia, Biblioteconomia e Documentação e Biblioteconomia e Gestão da Informação, levando em consideração as regiões do Brasil e as notas de avaliação do Ministério da Educação (MEC);
- b) Analisar os PPPs dos cursos de graduação em Biblioteconomia, Biblioteconomia e Documentação e Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, das Universidades Federais;
- c) Identificar as disciplinas com as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual presentes nas matrizes curriculares; e
- d) Propor uma disciplina que contemple as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual nos currículos dos cursos de Biblioteconomia, em nível de graduação.

1.3 JUSTIFICATIVA

A escolha da temática desta pesquisa teve como ponto de partida o interesse pelas áreas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual, e concretizou-se a partir da

participação no curso “Propriedade Intelectual para Bibliotecários”, aperfeiçoamento oferecido gratuitamente pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) no formato EaD. Esses fatores contribuíram para a reflexão acerca da necessidade de atualização curricular dos cursos de Biblioteconomia no Brasil, bem como da importância de poder dispor de uma formação alinhada às temáticas mais atuais, que aborde assuntos mais recentes demandados pela legislação federal e pelo mercado de trabalho, no que diz respeito ao profissional bibliotecário.

Os profissionais da informação precisam, cada vez mais, ter uma formação que permita atender uma determinada demanda social. No entanto, só a formação também não resolve a questão, ou seja, para que os profissionais da informação ocupem os espaços a eles destinados, no mercado de trabalho, é necessário que a formação defina um perfil de profissional que se deseja e tão importante quanto a formação é que haja ações que divulguem o profissional para o mercado empregador (Valentim, 2002, p. 118).

Nessa perspectiva, fica evidente a relevância atribuída à formação do profissional e, por conseguinte, ao grau de atualização da matriz curricular do curso de graduação. Sendo assim, identifica-se que a pesquisa possui relevância científica e social. Relevância científica porque contribui para o desenvolvimento da área da Biblioteconomia no Brasil, e relevância social porque impacta diretamente na formação dos profissionais bibliotecários e reflete na possibilidade de acesso ao mercado de trabalho.

O caráter inovador da pesquisa deve-se ao fato de suscitar uma reflexão acerca dos níveis de atualização dos currículos dos cursos de Biblioteconomia, levando em consideração a inserção de disciplinas com as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual, e, conseqüentemente, contribuindo para a formação do profissional bibliotecário e para a Sociedade da Informação e do Conhecimento (SIC).

Tendo como objeto de estudo os currículos dos cursos de Biblioteconomia, busca-se analisar, identificar, compreender e mapear as Universidades que oferecem disciplinas nas áreas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual, de modo a contribuir para a formação de profissionais mais bem preparados para serem inseridos no mercado de trabalho, tendo como diferencial uma formação teórico-metodológica atualizada e condizente com a SIC.

2 EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Esta seção apresenta conceitos relacionados ao empreendedorismo, à inovação e à propriedade intelectual. Além de abordar os tipos de inovação e propriedade intelectual, ele discorre também sobre a legislação que respalda e norteia suas práticas.

2.1 EMPREENDEDORISMO

A etimologia da palavra *entrepreneur*, em português, empreendedor, tem origem francesa e significa “aquele que assume riscos e começa algo novo”.

Dornelas (2008) o atribui a Marco Polo, na tentativa de estabelecer uma rota comercial para o Oriente. Na Idade Média, o termo foi utilizado para definir alguém que gerenciava grandes projetos. No século XVII, foram identificados usos a partir dos primeiros acordos contratuais com o governo. O economista e escritor Richard Cantillon é considerado um dos criadores do termo empreendedorismo, pelo fato de diferenciar o empreendedor do capitalista. (Dornelas, 2008).

No Século XVIII, a partir da industrialização no mundo, houve a diferenciação entre capitalista e empreendedor. Dornelas (2008) destaca que, nos séculos XIX e XX, houve uma confusão acerca da tentativa equivocada de unificar empreendedores e gerentes e administradores, ao analisar apenas sob a perspectiva econômica. Isso porque o empreendedor deve ser um bom administrador, mas, nem todo administrador é um empreendedor. “O empreendedor tem algo a mais, algumas características e atitudes que o diferenciam do administrador tradicional” (Dornelas, 2008, p. 15).

Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) nasceu na Áustria e atuou como economista e cientista político. Schumpeter é considerado um dos principais economistas do século XX, devido ao fato de ter sido o primeiro economista a abordar o empreendedorismo e o seu impacto sobre a economia (Drucker, 2010). Ele o fez considerando o empreendedorismo e a inovação tecnológica como promotoras do desenvolvimento da sociedade capitalista.

Schumpeter (1949, p. 129, tradução nossa) define o empreendedor como sendo aquele “que destrói a ordem econômica existente introduzindo novos produtos e serviços, criando novas formas de organização e explorando novos materiais”. Salim e Silva (2010, p. 9), ao analisarem o conceito de Schumpeter, afirmam que o autor atribui ao empreendedor a função inovadora para o mercado e, por isso considera os empreendedores responsáveis pela ruptura

de paradigmas da ordem econômica, contribuindo para o surgimento de uma nova ordem. De acordo com Dornelas (2001), “o empreendedor é aquele que faz as coisas acontecerem, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização”.

Independente da definição aplicada ao empreendedorismo, Dornelas (2008, p. 23) cita três aspectos que, de acordo com o autor, se aplicariam:

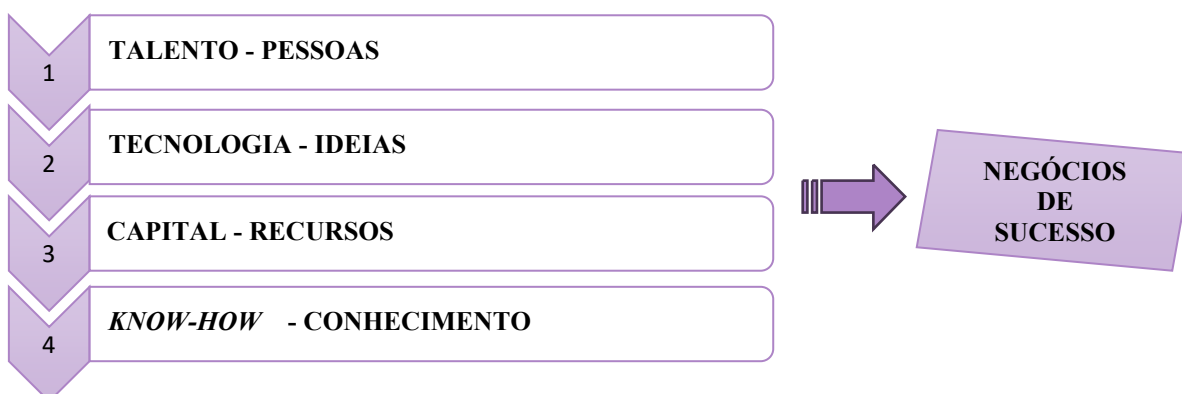
1. Ter iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz;
2. Utilizar os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico onde vive, e
3. Aceitar assumir riscos calculados e a possibilidade de fracassar.

Nessa perspectiva, ao empreendedor cabe a percepção para detectar oportunidades, criar negócios e capitalizá-los, ao passo que assume os riscos, de maneira calculada. (Dornelas, 2008).

No Brasil, o movimento do empreendedorismo surgiu na década de 1990, a partir da criação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e da Sociedade Brasileira para Exportação de *Software* (SOFTEX). Dornelas (2008, p. 10-11) destaca que, antes da criação das entidades supracitadas, não se falava sobre assuntos como empreendedorismo e criação de empresas, “os ambientes político e econômico do país não eram propícios, e o empreendedor praticamente não encontrava informações para auxiliá-lo na jornada empreendedora.”

As inovações tecnológicas estão estritamente ligadas aos níveis de desenvolvimento dos países, pois o fator econômico, como preconizado por Schumpeter, contribui para a competitividade e o avanço da Ciência e da Tecnologia (C&T). Para Smilor & Grill (1986) *apud* Dornelas (2008), existem quatro fatores críticos (Figura 1) acerca do processo empreendedor e do desenvolvimento econômico:

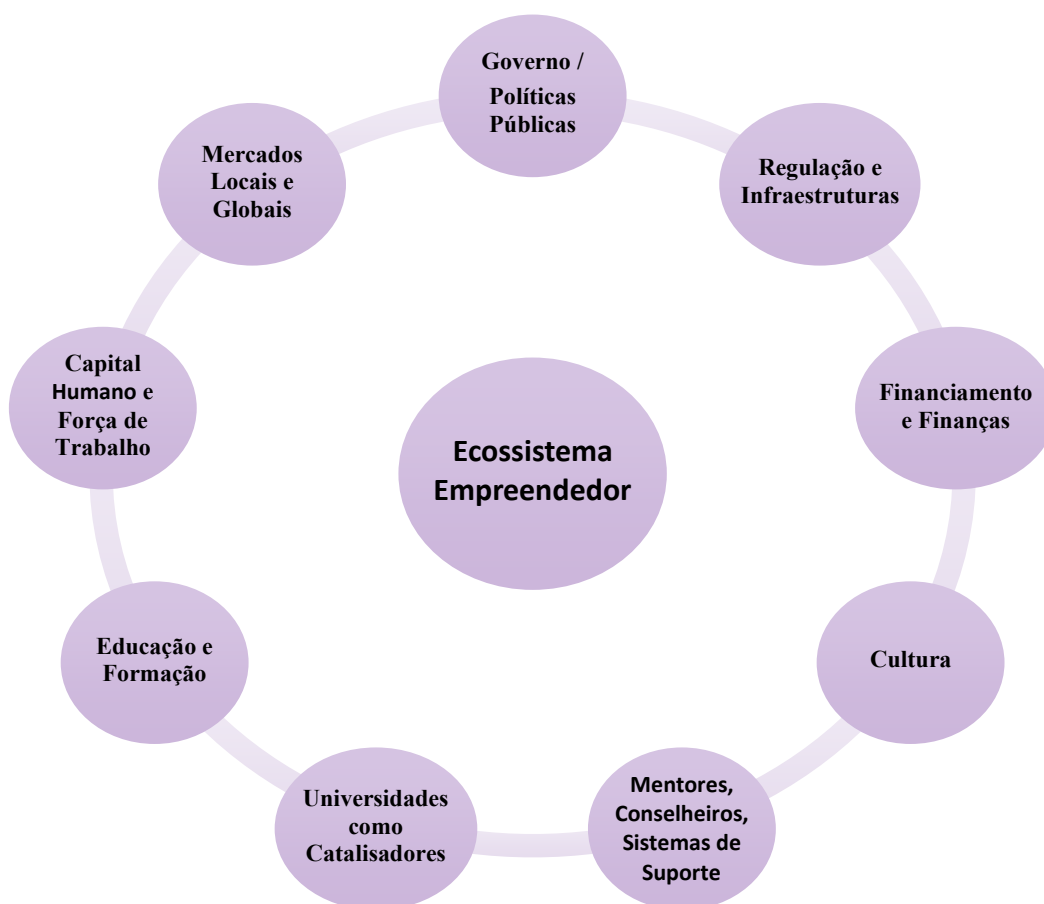
Figura 1 – Fatores críticos para o desenvolvimento econômico



Fonte: Smilor; Grill, 1986 *apud* Dornelas, 2008, p. 25.

Outro importante conceito é o de ecossistema empreendedor, que consiste em “polos que reúnem e integram a infraestrutura ao capital humano e financeiro para favorecer ambientes de pesquisa e desenvolvimento que buscam solucionar dores latentes de mercado”, possibilitando a criação de novos produtos, serviços e projetos. Com relação aos componentes integrantes do Ecossistema Empreendedor (Figura 2), de acordo com Isenberg (2010, p. 5) e Carvalho, Viana e Montovani (2016, p. 85) representam o ecossistema empreendedor ao centro, o qual agrega os seguintes componentes: Governo / Políticas Públicas; Regulação e Infraestruturas; Financiamento e Finanças; Cultura; Mentores, Conselheiros, Sistemas de Suporte; Universidades como Catalisadores; Educação e Formação; Capital Humano e Força de Trabalho; Mercados locais e Globais. De acordo com Isenberg (2010, p. 3, tradução nossa), o ecossistema empreendedor representa um conjunto de elementos individuais – como liderança, cultura, mercados de capitais e clientes – que se relacionam em estruturas complexas. Ou seja, consiste em diferentes elementos que atuam em conjunto.

Figura 2 – Componentes do Ecossistema Empreendedor



Fonte: Isenberg (2010, p. 5); Carvalho, Viana e Montovani (2016, p. 88).

O ambiente empreendedor é composto por diversas entidades, as quais desempenham diferentes funções em prol do desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil. Nessa perspectiva, os autores Salim e Silva (2010) listam uma série de entidades pertencentes ao ambiente empreendedor:

- ✓ Universidades;
- ✓ Incubadoras;
- ✓ Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC);
- ✓ Redes de Tecnologia;
- ✓ Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP);
- ✓ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- ✓ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE);
- ✓ Fundação de Amparo à Pesquisa (FAP);
- ✓ ENDEAVOR;
- ✓ ASHOKA;
- ✓ *Business Angels* / Anjos de Negócios;
- ✓ Fundos de Venture Capital.

Conforme o supracitado, destacamos as IES, pois passaram a desempenhar a função de destaque, e Salim e Silva (2010) atribuem tal status a dois fatos: 1º - as IES têm, cada vez mais, inserido disciplinas de empreendedorismo nas matrizes curriculares dos cursos; 2º - as IES têm passado a abrigar Incubadoras de Empresas.

As Incubadoras de Empresas são locais onde as ideias dos empreendedores, traduzidas em planos de negócios, são transformadas em empresas. As Universidades abrigam a maioria das Incubadoras brasileiras. [...] As empresas nascentes se instalam e recebem apoio em suas atividades. [...] As Incubadoras adotam processos de seleção criteriosos para admitir empresas. [...] A maioria das Incubadoras no Brasil está em Universidades, que procuram estimular os empreendedores a se aproximarem de seus laboratórios com a finalidade de criar produtos inovadores (Salim; Silva, 2010, p. 59-60).

De acordo com a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), atualmente, o Brasil conta com 363 incubadoras de empresas, 43 parques tecnológicos em operação e 60 em implantação e projeto, além de 57 aceleradoras. A ANPROTEC foi criada em 1987 e tem como missão “atuar como uma Rede Nacional de Ambientes de Inovação que promova o fortalecimento dos seus associados em prol da economia e da sociedade” (ANPROTEC, 2016).

Nessa perspectiva, cabe destacarmos as *Startups* como instituições diretamente relacionadas com os vieses do empreendedorismo e da inovação. No Dicionário *Michaelis* o termo em inglês *startup* pode ser traduzido como uma “empresa de pequeno porte, com investimento de baixo custo, que privilegia projetos promissores, geralmente na área de alta tecnologia”. Em uma definição mais atual (SEBRAE, 2022), *startup* consiste em um grupo de

peessoas à procura de um modelo de negócios repetível e escalável, trabalhando em condições de extrema incerteza.

No Brasil, a Associação Brasileira de *Startups* (ABSTARTUPS) surge com a missão de construir um ambiente propício para as startups no cenário nacional, atuando no apoio, na capacitação e no desenvolvimento delas, apostando na inovação como motor de transformação para o país. De acordo com Ottonicar, Souza e Valentim (2021, p. 6), “as startups se desenvolvem em um ambiente de parceria entre as partes envolvidas, de modo que o compartilhamento de conhecimento possa gerar inovação”.

Para Drucker (2010), a inovação consiste em uma ferramenta específica dos empreendedores, pois se torna um meio pelo qual exploram a mudança como uma oportunidade para um negócio ou um serviço diferente. Bessant e Tidd (2009, p. 60) atribuem à prática e ao estudo da inovação e do empreendedorismo três perspectivas:

1. Pessoal ou individual, que enfatiza o papel da criatividade;
2. Coletiva ou social, que enfatiza a contribuição de equipes e grupos, e
3. Contextual, que focaliza as estruturas, o ambiente, os processos e as ferramentas.

A partir das perspectivas de Bessant e Tidd (2009), evidencia-se a necessidade de união de esforços entre as contribuições individuais, sociais e organizacionais, em prol do empreendedorismo e da inovação, e, sobretudo, em prol da interação entre todos os membros da sociedade.

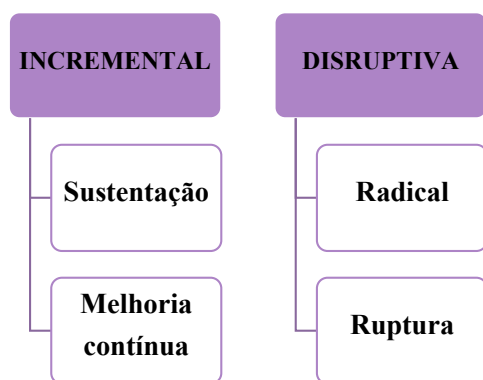
2.2 INOVAÇÃO

A etimologia da palavra inovar deriva do latim *innovare*, que significa "renovar ou mudar". A etimologia da palavra inovação também deriva do latim *innovatio / innovationis*, que o dicionário on-line de português define como “novidade; aquilo que é novo; o que apareceu recentemente”.

Auddy (2007, p. 76) afirma que a “inovação envolve a criação de novos projetos, conceitos, formas de fazer as coisas, sua exploração comercial ou aplicação social e a consequente difusão para o restante da economia ou sociedade”. O autor salienta a importância de se considerar a análise do contexto em que a inovação se apresenta. Isso porque algo pode ser considerado inovador em um determinado contexto e, em outro contexto, não. De acordo com Bessant e Tidd (2009), “a inovação não ocorre ao acaso, pois representa o resultado de um processo sistemático e organizado de mudança administrada que transforma novas ideias em realidades de sucesso”.

Para Audy (2007, p. 76), há a definição de “inovação como a efetiva implementação, com sucesso (valor agregado), de novas ideias, em um determinado contexto”. Com relação aos tipos de inovação, podemos categorizá-las como: incremental e disruptiva (Figura 3). A inovação incremental gera melhorias contínuas e/ou incrementais, enquanto a inovação disruptiva provoca rupturas e gera melhorias significativas às demandas industriais, mercadológicas, industriais, econômicas, processuais e sociais. Inovações radicais e incrementais se adicionam e reforçam mutuamente no esforço de criar novas realidades (Audy, 2007; Plonski, 2017).

Figura 3 – Tipos de Inovação



Fonte: Audy, 2007, p. 75.

Inovação incremental gera melhorias contínuas e sustentação nas diversas fases do ciclo de vida de um produto ou processo, envolve melhorias, normalmente modestas e sempre no mesmo patamar tecnológico no qual se aplica. Nesse sentido, gera melhorias incrementais nos indicadores de desempenho ou qualidade onde se aplicam.

A **inovação disruptiva** está associada às mudanças radicais, de ruptura com os paradigmas vigentes, gerando um novo patamar tecnológico onde se aplica, abrindo toda uma nova gama de possibilidades de desenvolvimento e novos ciclos de inovação incremental, visando sua sustentação no tempo. As inovações disruptivas são dramáticas, criando novas demandas, indústrias, mercados, aplicações e processos, econômicos ou sociais. Gera melhorias significativas, exponenciais, nos indicadores de desempenho ou qualidade onde se aplicam (Audy, 2007, p. 77).

A inovação pode ser categorizada e dividida a partir de quatro dimensões de mudança, o que se entende pelos “4Ps da inovação” (produto, processo, posição e paradigma):

1. **Inovação de Produto:** mudanças nas coisas (produtos/serviços) que uma empresa oferece;
2. **Inovação de Processo:** mudanças nas formas como as coisas (produtos/serviços) são criadas e ofertadas ou apresentadas ao consumidor;
3. **Inovação de Posição:** mudanças no contexto em que produtos/serviços são introduzidos, e

4. Inovação de Paradigma: mudanças nos modelos mentais básicos que norteiam o que a empresa faz (Bessant; Tidd, 2009, p. 30).

Os tipos de inovação (incremental e radical/disruptiva) e os respectivos níveis (de sistema e componente) destacam os pontos através dos quais as mudanças ocorrem. Os graus de inovação se apresentam em diferentes níveis de escala, mas, no que tange às mudanças em sistemas de níveis mais altos (Quadro 1), haverá implicações para os níveis mais baixos. (Bessant; Tidd, 2009).

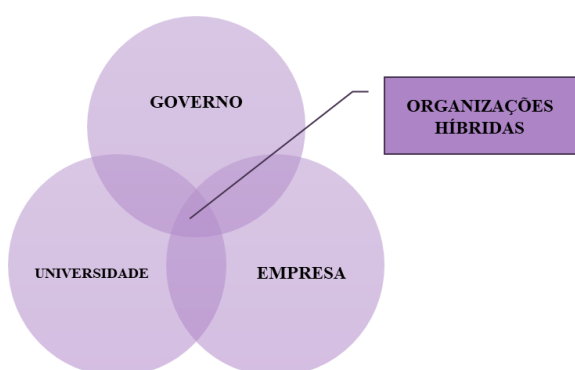
Quadro 1 – Componentes e Sistemas de Inovação

NÍVEL DE SISTEMA  NÍVEL DE COMPONENTE	Novas versões de motores de carros, aviões, TV	Novas gerações de produtos, exemplos: MP3 e <i>downloads</i> versus CD e fita cassete	Energia a vapor, “revolução” de TIC, biotecnologia
	Melhorias em componentes	Novos componentes para sistemas existentes	Materiais avançados para melhorar o desempenho de componentes
	INCREMENTAL (fazer o que se faz, porém melhor)	 (novidade para o empreendimento)	RADICAL (novidade para o mundo)

Fonte: Bessant e Tidd (2009, p. 32).

Assim, mais uma vez, fica evidente a importância da inovação para o desenvolvimento das sociedades mundiais. Nessa perspectiva (Figura 4), “o modelo da Hélice Tríplice nasceu das iniciativas laterais da universidade-indústria-governo da Nova Inglaterra, a partir da década de 1920, para renovar uma economia industrial em declínio” (Etzkowitz; Zhou, 2017, p. 29).

Figura 4 – Estrutura social da Hélice Tríplice



Fonte: Etzkowitz e Zhou, 2017, p. 41.

Como o explicitado por Etkowitz e Zhou (2007), o desenvolvimento da Hélice Tríplice se constitui de maneira orgânica e mutável. Isso significa dizer que o normal é que haja mudanças, sendo que, por exemplo, a princípio, sejam lideradas pelo governo, em um dado momento, pela universidade, em outro, e pela indústria, mas sem a existência de uma ordem estática.

A universidade empreendedora foi introduzida no Brasil através do ensino e do desenvolvimento da pesquisa como uma atividade altamente organizada. Novas iniciativas universitárias baseadas no modelo da Hélice Tríplice foram iniciadas [...] em conjunto com organizações industriais e organizações não governamentais, as quais receberam incentivos dos governos (municipal, estadual e federal). A partir de então, surgiram as organizações híbridas (Almeida, 2008, p. 46, tradução nossa).

A Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação, documento elaborado e lançado na Conferência Mundial sobre Educação Superior, promovida pela (UNESCO), destaca o papel da inovação nas IES. Ao propor uma nova visão da educação superior, no Artigo 9º, aproximações educacionais inovadoras: pensamento crítico e criatividade, o documento destaca que:

a) Em um mundo em rápida mutação, percebe-se a necessidade de uma nova visão e um novo paradigma de educação superior que tenha seu interesse centrado no estudante, o que requer, na maior parte dos países, uma reforma profunda e mudança de suas políticas de acesso de modo a incluir categorias cada vez mais diversificadas de pessoas, e de novos conteúdos, métodos, práticas e meios de difusão do conhecimento, baseados, por sua vez, em novos tipos de vínculos e parcerias com a comunidade e com os mais amplos setores da sociedade. b) As instituições de educação superior têm que educar estudantes para que sejam cidadãos e cidadãos bem informados e profundamente motivados, capazes de pensar criticamente e de analisar os problemas da sociedade, de procurar soluções aos problemas da sociedade e de aceitar responsabilidades sociais (UNESCO, 1998).

A *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD), em português, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1992, publicou a primeira versão do Manual de Oslo, obra de referência sobre inovação no mundo. Nesse documento, a inovação é definida como:

[...] um produto, novo ou melhorado ou ainda num processo (ou a combinação de ambos) que diferem significativamente dos produtos ou processos anteriores e que foi colocado disponível para potenciais usuários (produto) ou colocado em uso por uma unidade (processo) (OECD, 2018, p. 60, tradução nossa).

A partir da publicação do Manual de Oslo, o documento foi traduzido para diversos idiomas, incluindo o português, que teve sua publicação no Brasil no ano de 2005, reforçando a premissa de que a inovação está diretamente relacionada ao:

[...] crescente reconhecimento de que o conhecimento, em todas as suas formas, desempenha um papel crucial no progresso econômico, que a inovação está no âmago dessa “economia baseada no conhecimento”, que a inovação é um fenômeno muito mais complexo e sistêmico do que se imaginava anteriormente (OCDE, 2005, p. 9).

O Brasil sancionou a Lei nº 10.970/04, também conhecida como a Lei da Inovação, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. A Lei de Inovação, por sua vez, foi atualizada por meio da promulgação da Lei nº 13.243/16, denominada Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Destacamos a definição de inovação, de acordo com o marco regulatório:

Inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho. (Brasil, 2016, grifo nosso).

A partir da promulgação do Marco Legal da Inovação no Brasil, estabeleceram-se diretrizes para o incentivo à inovação, que contribuíram para o melhor posicionamento da pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo a fim de fortalecer o incentivo à inovação, a autonomia tecnológica e o desenvolvimento industrial no Brasil. (Almeida, 2008, tradução nossa).

Já a declaração sobre a inovação do setor público foi adotada em 22 de maio de 2019 por 35 membros da (OCDE), dentre eles o Brasil, e 5 não-membros. A Declaração introduz um conjunto de cinco princípios de alto nível, com ações associadas que legitimam e apoiam a inovação como uma função central e estratégica das organizações do setor público e do trabalho dos funcionários públicos. (OCDE, 2019).

É importante enfatizar que o interesse pela inovação no serviço público também vem ganhando destaque. Mulgan (2007, p. 6, tradução nossa), ao definir o termo inovação no serviço público, afirma que consiste em novas ideias que contribuem para a criação de valor público. O autor afirma que as ideias têm de ser, pelo menos em parte, novas (em vez de melhorias incrementais); as novas ideias têm de ser aceitas (em vez de serem apenas boas ideias) e úteis.

Em meio às demandas da sociedade (relacionadas a educação, esporte, saúde, emprego, renda, sustentabilidade etc.), surge a inovação social, com o foco na abordagem de questões sociais mundiais de grande impacto. Fatores como as mudanças sociais, o avanço das TICs, além das ações individuais e coletivas para abordar problemas sociais, contribuíram para o fortalecimento dessa vertente no campo da inovação. A inovação social é definida por Bignetti

(2011, p. 4) como o “resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade no geral.”

De acordo com André e Abreu (2006, p. 124), a inovação social pode ser compreendida como uma resposta às mudanças sociais e converge três atributos:

- 1) Satisfação de necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado;
- 2) Promoção da inclusão social; e
- 3) Capacitação de agentes ou atores sujeitos, potencial ou efetivamente, a processos de exclusão/marginalização social, desencadeando, por essa via, uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder.

Sendo assim, a inovação social vislumbra a promoção e a mudança social, de modo a contribuir para a alteração das relações de poder existentes (André e Abreu, 2006). No tocante à relação entre inovação e propriedade intelectual, ela é complexa e fundamental para o desenvolvimento econômico e tecnológico. Ao passo que a inovação envolve a introdução de novas ideias, produtos, processos ou serviços que agregam valor e impulsionam o progresso, a propriedade intelectual (PI) refere-se aos direitos legais que protegem criações intelectuais, como patentes, direitos autorais, marcas registradas e segredos comerciais.

2.3 PROPRIEDADE INTELECTUAL

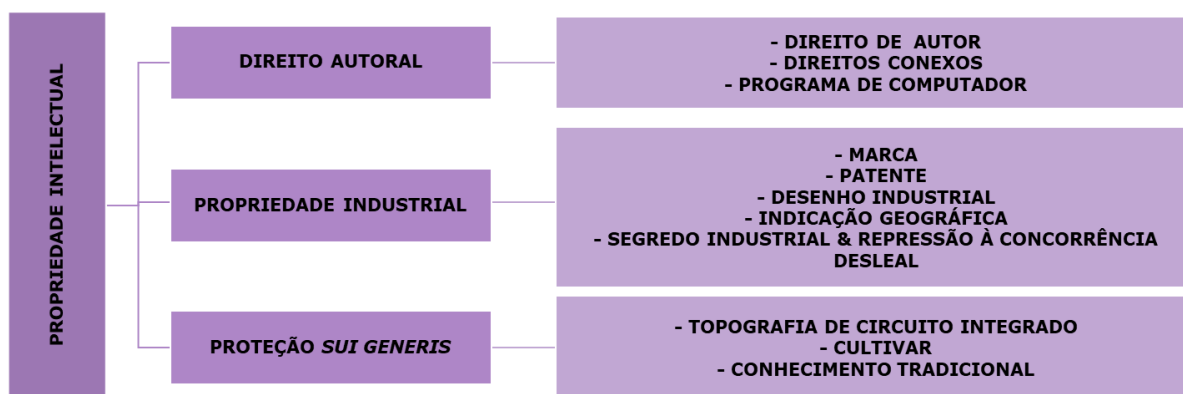
Conforme o Dicionário *On-line* de Português, o termo “propriedade”, entre outros significados, pode ser definido como sendo “algo que se possui, se tem a posse exclusiva”. O termo “intelectual”, entre outros significados, pode ser definido como “Que se pode referir ao intelecto ou a este está relacionado; mental”. Sendo assim, “propriedade intelectual” diz respeito aos mecanismos que visam à proteção do conhecimento, que são oriundos da informação, do intelecto e do talento humanos.

A propriedade intelectual desempenha um papel crucial na promoção da inovação, incentivando a criação, a proteção e a disseminação de conhecimento e inovação. No entanto, a maneira como esses dois conceitos se relacionam pode variar dependendo do contexto legal, econômico e social, e encontrar o equilíbrio adequado é fundamental para promover o progresso tecnológico e econômico. Nessa perspectiva, “a propriedade intelectual passa a ser elemento de crescente importância para o desenvolvimento socioeconômico à medida que a inovação tecnológica ocupa lugar central na competitividade entre países que atuam em um cenário globalizado” (Amorim-Borher *et al.*, 2007, p. 283). O artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) também merece destaque, pelo fato de afirmar que:

1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.
2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor (Declaração..., 1948).

A expressão “propriedade intelectual” se divide em três grandes grupos (Figura 5), a saber: direito autoral, propriedade industrial e proteção *sui generis*.

Figura 5 – Modalidades de direitos de propriedade intelectual



Fonte: Jungmann e Bonetti, 2010, p. 20.

Os autores Jungmann e Bonetti (2010) exploram as modalidades de direitos de Propriedade Intelectual, bem como o elenco dos respectivos escopos:

I. Abrangência do Direito Autoral

- a) Direitos de autor, que, por sua vez, abrangem:
 - obras literárias, artísticas e científicas;
 - programas de computador;
 - descobertas científicas.
- b) Direitos conexos abrangem as interpretações dos artistas intérpretes e as execuções dos artistas executantes, os fonogramas e as emissões de radiodifusão.

II. Abrangência da Propriedade Industrial

- a) Patentes que protegem as invenções em todos os domínios da atividade humana;
- b) Marcas, nomes e designações empresariais;
- c) Desenhos e modelos industriais;
- d) Indicações geográficas, e
- e) Segredo industrial e repressão à concorrência desleal.

III. Abrangência da proteção *sui generis*:

- a) Topografias de circuitos integrados;
- b) As cultivares, e
- c) Conhecimentos tradicionais (Jungmann; Bonetti, 2010, p. 20-21).

A propriedade intelectual desempenha um papel estratégico, na busca pelo progresso e pelo desenvolvimento social, pois, associada à ciência, à tecnologia e à inovação, possui grande impacto na ordem econômica (Marcolla; Sá, 2021).

Destaca-se desta forma, que propriedade intelectual passa a ser um princípio da ordem econômica e deve ser compreendida como um aporte ao desenvolvimento tecnológico e da inovação. Ademais, o reconhecimento e valorização do trabalho intelectual como condição de dignidade humana é pressuposto existencial para o desenvolvimento social, econômico e tecnológico (Marcolla; Sá, 2021, p. 75-76).

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) é uma agência especializada das Organizações das Nações Unidas (ONU), constituída em 1967, que se dedica ao desenvolvimento de um sistema internacional de propriedade intelectual equilibrado e acessível, visando a recompensar a criatividade, estimular a inovação e contribuir para o desenvolvimento econômico, bem como salvaguardar os interesses públicos.

No Brasil, o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI) é uma Autarquia Federal, criada pela Lei nº 5.648/70, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. De acordo com o Regimento Interno, aprovado por meio da publicação da Portaria nº 11, de 27 de janeiro de 17, a finalidade principal do INPI é:

[...] executar, no âmbito nacional, as normas que regulam a propriedade industrial, tendo em vista a sua função social, econômica, jurídica e técnica, e pronunciar-se quanto à conveniência de assinatura, ratificação e denúncia de convenções, tratados, convênios e acordos sobre propriedade industrial (Brasil, 2017).

O INPI é o órgão responsável por todo e qualquer procedimento de pedido, concessão e negociação de propriedade industrial no território nacional. A seguir abordaremos as modalidades de direitos de Propriedade Intelectual, a saber: direito autoral, propriedade industrial e proteção *Sui Generis*.

2.3.1 Direito Autoral

No Brasil, a Lei nº 9.610/98, conhecida como a Lei de Direito Autoral, altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

“Os direitos de autor protegem os autores (escritores, artistas, compositores musicais etc.) em relação às obras por eles criadas. Já no domínio das ciências, a proteção recai sobre a forma literária ou artística, não abrangendo o seu conteúdo científico ou técnico” (Jungmann; Bonetti, 2010, p. 25).

A salvaguarda dos direitos autorais protege os autores em relação às obras por eles criadas. De acordo com o Art. 19 da Lei nº 9.610/98, toda obra goza de proteção por meio de direitos de autor a partir do momento em que é criada, independentemente de qualquer registro ou formalidade. Aqueles que optam pelo registro das obras dispõem de instituições responsáveis por tais registros, que variam de acordo com o tipo de criação (livros e textos, filmes, obras artísticas, partituras de música, plantas arquitetônicas/projetos, programas de computador).

No Brasil, o direito autoral protege a obra desde sua criação até 70 anos após o ano subsequente ao falecimento do autor. Após esse prazo, a obra entra em domínio público, isto é, qualquer indivíduo fica livre para usá-la, sem necessitar de autorização específica do titular dos direitos de autor. Após a morte do autor, os direitos são transmitidos a seus sucessores (Jungmann; Bonetti, 2010, p. 27).

Os direitos autorais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento do Brasil, assim como em qualquer outra nação. Eles são essenciais para incentivar a criatividade, a inovação e a produção cultural, científica e artística. Aqui estão algumas das principais razões pelas quais os direitos autorais são importantes para o desenvolvimento do Brasil (Jungmann e Bonetti, 2010 ; Marcola e Sá, 2010).

Estímulo à criatividade e à inovação: os direitos autorais garantem que os criadores sejam recompensados financeiramente por seu trabalho, o que os motiva a continuar produzindo obras originais. Isso leva a um aumento na produção cultural, artística e científica, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.

Fomento à indústria cultural e do entretenimento: a proteção dos direitos autorais incentiva a indústria cultural e do entretenimento, que é uma fonte significativa de empregos e receita no Brasil. Isso inclui música, cinema, literatura, teatro, televisão e jogos, entre outros.

Atração de investimentos estrangeiros: um sistema eficaz de direitos autorais atrai investidores estrangeiros interessados em colaborar com talentos brasileiros ou estabelecer operações no país. Isso pode resultar em investimentos significativos na economia nacional.

Preservação do patrimônio cultural: os direitos autorais também desempenham um papel crucial na preservação do patrimônio cultural do Brasil. Eles incentivam a documentação, a pesquisa e a proteção das expressões culturais únicas do país, como música tradicional, artesanato e manifestações folclóricas.

Geração de emprego e renda: a indústria criativa e cultural, impulsionada pelos direitos autorais, contribui para a geração de receita e empregos diretos e indiretos em todo o

Brasil. Isso é especialmente importante em um país com uma população tão diversificada e rico em cultura.

Desenvolvimento da educação e da pesquisa: os direitos autorais também são cruciais para o avanço da educação e da pesquisa no Brasil. Eles permitem o acesso a materiais educacionais e acadêmicos de qualidade, incentivando a produção de novos conhecimentos.

Proteção dos direitos individuais: além de beneficiar criadores e indústrias, os direitos autorais protegem os direitos individuais dos autores e criadores. Eles garantem que os criadores tenham controle sobre como suas obras são usadas e que sejam devidamente reconhecidos e remunerados por seu trabalho.

Contudo, é importante ressaltar a importância de promover o equilíbrio entre a proteção dos direitos autorais e o acesso público, contribuindo para a proteção dos direitos autorais e a promoção da inovação, da educação e do acesso à cultura, para garantir um desenvolvimento cultural e econômico sustentável.

2.3.2 Propriedade Industrial

A propriedade industrial se constitui como uma importante ferramenta para a promoção do desenvolvimento de um país, pois ela decorre diretamente da capacidade inventiva ou criadora de tecnologia de seus habitantes. No Brasil, a propriedade industrial colabora para alavancar o desenvolvimento econômico e social do país (Jungmann; Bonetti, 2010). De acordo com a Constituição Federal (art. 5º, inciso XXIX):

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País (Brasil, 1988).

A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, considerado o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país, efetua-se mediante:

- I - concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade;
- II - concessão de registro de desenho industrial;
- III - concessão de registro de marca;
- IV - repressão às falsas indicações geográficas; e
- V - repressão à concorrência desleal.

Art. 3º Aplica-se também o disposto nesta Lei:

- I - ao pedido de patente ou de registro proveniente do exterior e depositado no País por quem tenha proteção assegurada por tratado ou convenção em vigor no Brasil; e
- II - aos nacionais ou pessoas domiciliadas em país que assegure aos brasileiros ou pessoas domiciliadas no Brasil a reciprocidade de direitos iguais ou equivalentes (Brasil, 1996).

A Legislação brasileira referente à inovação e à propriedade industrial (Quadro 2) constitui-se como elemento fundamental para o avanço da ciência e da tecnologia no território nacional, contribuindo para o desenvolvimento da nação e o fortalecimento da economia.

Quadro 2 – Legislação brasileira referente à Propriedade Industrial

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	CONTEÚDO
Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996	Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.
Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004	Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.
Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016	Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015.
Decreto nº 9.283, de 07 de fevereiro de 2018	Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.
Portaria MCTI nº 3859, de 8 de outubro de 2020	Aprova o novo formulário para que as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação - ICT prestem, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI, as informações anuais relativas à política de propriedade intelectual da ICT, às criações desenvolvidas no âmbito da instituição, às proteções requeridas e concedidas, aos contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia celebrados, ambientes promotores da inovação existentes e outras informações que o MCTI considerar pertinentes.

Fonte: Brasil (1996, 2004, 2016, 2018, 2020).

A Propriedade Industrial engloba: marcas, patentes, desenho industrial, indicação geográfica, segredo industrial e repressão à concorrência desleal.

Patente: é o título legal que documenta e legitima, temporariamente, o direito do titular de uma invenção ou de um modelo de utilidade. Ela visa tanto às criações novas como ao aperfeiçoamento das criações existentes.

Desenho industrial: é o aspecto ornamental ou estético de um objeto que pode ser constituído de características tridimensionais, como a forma ou a superfície do objeto, ou de características bidimensionais, como padrões,

linhas ou cores. Ele tem que ser passível de reprodução por meios industriais e por isso é denominado desenho industrial.

Marca: é o sinal distintivo, visualmente perceptível, que identifica um produto ou serviço. Ela também simboliza para o consumidor algumas características da empresa fabricante do produto ou fornecedora do serviço, tais como a reputação, o controle de qualidade, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, a qualidade do design do produto e a qualificação dos profissionais que prestam o serviço.

Indicação geográfica: é um sinal utilizado em produtos estabelecendo que são originários de uma determinada área geográfica e que possuem qualidades ou reputação relacionadas ao local de origem (Jungmann; Bonetti, 2010).

No Brasil, as indicações geográficas estão definidas na Lei nº 9.279/96, no Art. 176, e constituem indicação geográfica com a indicação de procedência ou a denominação de origem.

Art. 177. Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

Art. 178. Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos (Brasil, 1996).

De acordo com Jungmann e Bonetti (2010, p. 69, grifo nosso), a **repressão à concorrência desleal** consiste em “qualquer ato contrário às práticas honestas, na indústria ou no comércio, que deturpe o livre funcionamento da propriedade intelectual e a compensação econômica que ela oferece”.

O segredo industrial consiste na possibilidade de “preservar a natureza confidencial de uma informação e evitar que tais informações, legalmente sob seu controle, sejam divulgadas, adquiridas ou usadas por terceiros não autorizados, sem seu consentimento” (Jungmann; Bonetti, 2010, p. 50). O segredo de fábrica ou industrial é utilizado tanto em áreas onde a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico são intensos, quanto em empresas de produtos tradicionais, a fim de manutenção da competitividade no mercado (Jungmann; Bonetti, 2010).

Diante do exposto, fica evidente que as garantias e o estímulo à propriedade industrial se constituem como preponderantes para a promoção do desenvolvimento de um país, pois ela decorre diretamente da capacidade inventiva ou criadora de tecnologia de seus habitantes. O estímulo à inovação, à inventividade e à criatividade é fundamental e impacta na geração de emprego e renda, no crescimento econômico, no fortalecimento da indústria e na melhoria da qualidade de vida, contribuindo para o fortalecimento da soberania nacional.

2.3.3 Proteção *Sui Generis*

No Brasil, existem várias formas de proteção *sui generis* na propriedade intelectual para garantir a defesa de diferentes tipos de criações e inovações. A etimologia do termo *Sui Generis* é de origem latina e, de acordo com o dicionário *on-line* de português, significa “único; que não se parece com nenhum outro; único em seu gênero”, o que implica que esses sistemas de proteção são específicos e não se enquadram nas categorias tradicionais de direitos autorais, patentes, marcas registradas ou outros direitos de propriedade intelectual convencionais.

A proteção *Sui Generis* engloba: **registro de topografia de circuito integrado, proteção a cultivares e conhecimentos tradicionais**. É importante ressaltar que a proteção *Sui Generis* pode variar de acordo com a jurisdição e as leis específicas de cada país. No Brasil, essas formas de proteção são regulamentadas por leis específicas e administradas por órgãos competentes, como o INPI. Empresas e criadores que desejam obter proteção para suas criações ou produtos devem consultar um advogado especializado em propriedade intelectual e seguir os procedimentos legais adequados para garantir a proteção necessária.

No Brasil, é a Lei nº 11.484/07, que, entre outros assuntos, trata da proteção da topografia de **circuitos integrados**. Os circuitos integrados, entre outras utilidades, são atualmente usados como memória ou processador de computador e visam a realizar funções eletrônicas em equipamentos. (Jungmann; Bonetti, 2010).

No que tange à proteção de **cultivares**, de acordo com Jungmann e Bonetti (2010), cultivar consiste em uma nova variedade de planta com características específicas resultantes de pesquisas em agronomia e biociências (genética, biotecnologia, botânica e ecologia), e, diferentemente de uma simples descoberta na natureza, requer investimento intelectual e capital. Há, assim, a necessidade de intervenção humana na alteração da composição genética da planta para a obtenção de uma variedade que não é encontrável no meio ambiente, sendo denominada cultivar.

A Lei nº 9.456/97, então, trata da proteção de **cultivares** e dá outras providências inerentes ao assunto. A proteção de cultivares objetiva o estímulo ao desenvolvimento de novas variedades de plantas, visando ao beneficiamento da sociedade, além do desenvolvimento da ciência e da pesquisa no país, pois confere o direito à reprodução comercial.

Os **conhecimentos tradicionais** envolvem saberes empíricos, práticas, crenças e costumes passados de pais para filhos das comunidades indígenas ou de comunidade local, microrganismos ou animais cujas amostras contêm informações de origem genética.

No Brasil, é a Lei nº 13.123/15 que, dentre outros assuntos, trata da proteção e do acesso ao conhecimento tradicional associado. Os conhecimentos tradicionais desempenham um papel

significativo no campo da propriedade intelectual no Brasil, assim como em muitos outros países.

Os conhecimentos tradicionais referem-se ao conjunto de saberes, práticas, inovações e expressões culturais que são transmitidos de geração em geração dentro de comunidades tradicionais, indígenas e locais. Esses conhecimentos muitas vezes estão ligados a biodiversidade, medicina tradicional, técnicas agrícolas, artesanato, música, dança e outros aspectos da cultura local. Sendo assim, almejando a promoção do equilíbrio entre a proteção do conhecimento tradicional e o incentivo à pesquisa e ao acesso aos recursos naturais, faz-se necessário o fomento a políticas e legislação que garantam a proteção das comunidades tradicionais sem inibir o avanço das pesquisas científicas legítimas e do desenvolvimento econômico (Jungmann; Bonetti, 2010).

2.3.4 A Propriedade Intelectual nas Instituições Científicas e Tecnológicas

De acordo com a Lei nº 10.973/04, uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) pode ser definida como:

[...] órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos (Brasil, 2004).

As ICTs se constituem como um dos principais responsáveis pela geração de novos produtos, serviços e processos no Brasil. Araújo *et al.* (2010) reforçam a premissa de que “a elaboração de instrumentos jurídicos [...] é de suma importância para a adequação do ambiente acadêmico aos preceitos normativos referentes à propriedade intelectual”. A exemplo, há a própria Lei nº 10.973/04, que estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do país.

Nessa perspectiva, sobre os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) recai a responsabilidade de gerir a propriedade intelectual das ICTs (Araújo *et al.*, 2010). A criação dos NITs fica estabelecida de tal modo:

Art. 16. Para apoiar a gestão de sua política de inovação, a ICT pública deverá dispor de Núcleo de Inovação Tecnológica, próprio ou em associação com outras ICTs.

§ 1º São competências do Núcleo de Inovação Tecnológica a que se refere o **caput**, entre outras:

- I - zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;
- II - avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições desta Lei;
- III - avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 22;
- IV - opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;
- V - opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;
- VI - acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição.
- VII - desenvolver estudos de prospecção tecnológica e de inteligência competitiva no campo da propriedade intelectual, de forma a orientar as ações de inovação da ICT;
- VIII - desenvolver estudos e estratégias para a transferência de inovação gerada pela ICT;
- IX - promover e acompanhar o relacionamento da ICT com empresas, em especial para as atividades previstas nos arts. 6º a 9º;
- X - negociar e gerir os acordos de transferência de tecnologia oriunda da ICT (Brasil, 2004).

Os Núcleos de Inovação e Tecnológica (NITs) desempenham a função de aproximar e estabelecer parcerias entre Universidade e Empresas. Araújo *et al.* (2010, p. 8) entendem que, “é por meio da atuação dos NITs e da consolidação de uma política de propriedade intelectual na ICT que será alcançada uma efetiva proteção do conhecimento gerado em seu âmbito”.

Às ICTs, por meio dos NITs, cabe também o estímulo à cultura da proteção da propriedade intelectual que é gerada nas Instituições, podendo essas integrarem e atuarem em rede, aprimorando-se e avançando na gestão da propriedade intelectual. (Araújo *et al.*, 2010). Além dos NITs, diferentes entidades atuam em prol da ciência da tecnologia e na inovação no âmbito nacional:

Agência de fomento: órgão ou instituição de natureza pública ou privada que tenha entre os seus objetivos o financiamento de ações que visem a estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação.

Incubadora de empresas: organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação.

Fundação de apoio: fundação criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão, projetos de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e projetos de estímulo à inovação de interesse das ICTs, registrada e credenciada no Ministério da Educação e no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação [...] e das demais legislações pertinentes nas esferas estadual, distrital e municipal.

Parque tecnológico: complexo planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor da cultura de inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de

pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, entre empresas e uma ou mais ICTs, com ou sem vínculo entre si.

Polo tecnológico: ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de micro, pequenas e médias empresas com áreas correlatas de atuação em determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com ICT, recursos humanos, laboratórios e equipamentos organizados e com predisposição ao intercâmbio entre os entes envolvidos para consolidação, *marketing* e comercialização de novas tecnologias (Brasil, 2004).

As aceleradoras podem ser definidas como “entidades jurídicas (com ou sem fins lucrativos) dedicadas a apoiar o desenvolvimento inicial de novos negócios inovadores (*startups*)” (ANPROTEC [20--]). O suporte ocorre por meio de um processo estruturado, o qual inclui seleção, capacitação, mentorias, oportunidades de acesso a mercados, infraestrutura e serviços de apoio. Contam também com aporte de capital financeiro inicial, em troca de uma possível participação societária futura nos negócios acelerados (ANPROTEC, [20--]).

A aplicação e a proteção da propriedade intelectual variam de acordo com as leis de cada país e as convenções internacionais. Empresas e indivíduos devem estar cientes dessas leis e desses regulamentos para garantir que seus direitos de propriedade intelectual sejam respeitados e protegidos.

A complexidade da sociedade contemporânea, acompanhada das mudanças culturais, sociais e tecnológicas, exige constante aprimoramento em relação a interpretação e consequente aplicação das normas sobre propriedade intelectual, a fim de oferecer respostas adequadas para a sociedade. Assim, é possível concluir que o papel que a propriedade intelectual desempenha na realidade contemporânea deve ser considerado a partir das diretrizes constitucionais, sendo inegável a necessidade de reconhecê-la, axiologicamente, como integrante dos princípios da propriedade e sua função social, como fundamentos da ordem econômica estatal para que seja possível contribuir com o desenvolvimento tecnológico e socioeconômico do país (Marcolla; Sá, 2021, p. 76).

A propriedade intelectual é fundamental para incentivar a inovação, a criatividade e o desenvolvimento econômico, pois oferece aos criadores e inovadores a garantia de que poderão colher os benefícios de seu trabalho. No entanto, também é importante equilibrar esses direitos com o interesse público, garantindo que o acesso à informação e a competição não sejam prejudicados.

A universidade é a instituição fundamental das sociedades baseadas no conhecimento, assim como o governo e a indústria foram as principais instituições da sociedade industrial. A indústria continua a ser protagonista no âmbito da produção e o governo ainda é a fonte das relações contratuais que garantem interações e intercâmbios estáveis. A vantagem competitiva da universidade em relação a outras instituições produtoras de conhecimento são os seus alunos. O seu ingresso e graduação regulares traz continuamente novas ideias, em contraste com as unidades de P&D das empresas e dos laboratórios

governamentais, que tendem a se ossificar, sem o “fluxo de capital humano”, que é parte intrínseca da universidade (Etzkowitz; Zhou, 2017, p. 31).

Em suma, a cooperação entre universidades, indústria e governo desempenha um papel fundamental no desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. Ela se constitui como força vital para o investimento em inovação, bem como o fortalecimento da competitividade econômica e a promoção do progresso da ciência e da tecnologia.

A seção seguinte abordará o campo da Biblioteconomia no Brasil, desde o surgimento das primeiras escolas até os dias atuais.

3 BIBLIOTECONOMIA: PASSADO E PRESENTE

Esta seção reflete acerca da informação, do surgimento da escrita e da evolução dos suportes informacionais, perpassa pelo surgimento das bibliotecas, bem como a criação dos primeiros cursos de Biblioteconomia na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil, identifica as primeiras escolas e as influências que foram incorporadas aos projetos pedagógicos, além de refletir acerca do atual cenário da Biblioteconomia no país.

3.1 REGISTROS DA INFORMAÇÃO E AS BIBLIOTECAS

Desde os primórdios da civilização, a informação se constitui como princípio básico do desenvolvimento humano. Foi um longo e intenso processo evolutivo que culminou no atual status de Era da Informação, de forma que a obtenção da informação permite a geração de conhecimento, e, assim, o conhecimento adquirido contribui para a dinâmica social.

A existência comprovada das primeiras coleções organizadas de documentos, ou o que se poderia chamar de primeira biblioteca primitiva, data do terceiro milênio a.C. Trata-se da Biblioteca de Ebla, na Síria, cuja coleção era composta de textos administrativos, literários e científicos, registrados em 15 mil tábuas de argila, as quais foram dispostas criteriosamente em estantes segundo o tema abordado, além de 15 tábuas pequenas com resumos do conteúdo de documentos [...] o terceiro milênio a.C. é marcado também pelo início da escrita propriamente dita, como a escrita cuneiforme e os hieróglifos (respectivamente do idioma sumério e egípcio), em substituição aos sistemas pictográficos que ainda não eram representações da fala. [...] a partir do século IV a. C, têm-se notícia das bibliotecas dos templos gregos, sendo as mais importantes aquelas referentes ao auge da cultura helênica, como a que Aristóteles criou em sua Escola de Filosofia. Esta biblioteca teria sido o modelo para a fundação, no Século III a.C., da famosa biblioteca de Alexandria, uma das maiores já conhecidas e que sobreviveu a muitos saques e desastres naturais, até ter seu fim definitivo (Ortega, 2004, p. [2]).

De acordo com Milanesi (1998), a história da biblioteca e a história do registro da informação estão diretamente relacionadas, sendo inconcebível dissociá-las de um aspecto mais amplo, que é a história do homem. Nessa perspectiva, à medida que a escrita e os registros da informação foram se transformando, as bibliotecas necessitaram se adaptar e criar uma série de procedimentos e métodos, visando à organização, à conservação, ao armazenamento e à disseminação da informação (Santos; Rodrigues, 2013).

O homem e a comunicação têm uma relação intrínseca e fundamental. A comunicação é a maneira como os seres humanos trocam informações, ideias, sentimentos e conhecimento entre si. É por meio da comunicação que há compartilhamento de informação, debate de ideias,

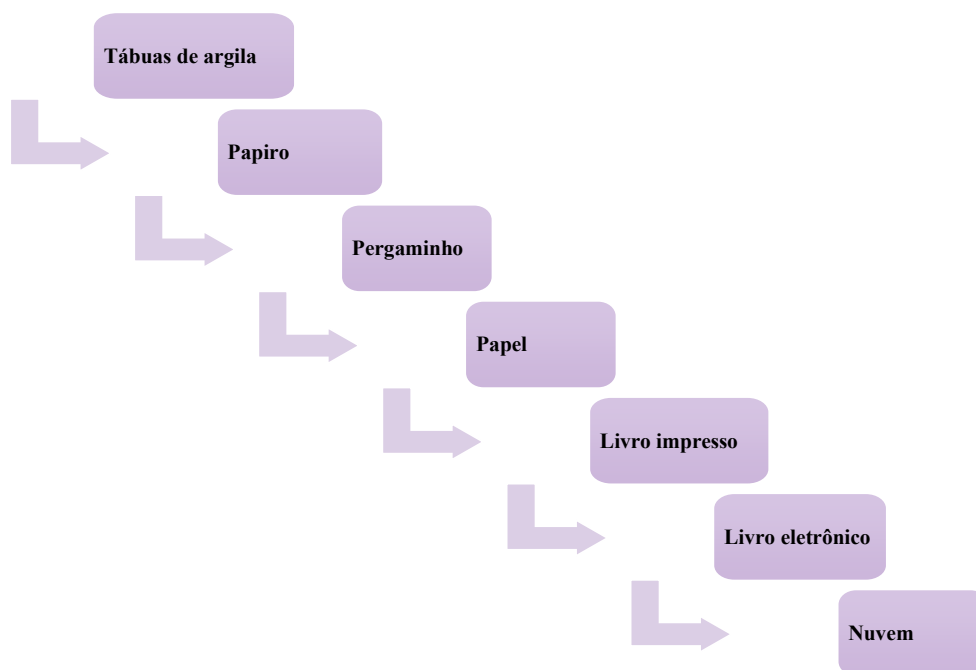
síntese, reflexão e geração de conhecimento. A comunicação, desde os primórdios, desempenha um papel fundamental na sociedade, permitindo a cooperação, a interculturalidade, o avanço da ciência e da Tecnologia (C&T) e o desenvolvimento das nações.

O surgimento da escrita pode ser considerado um dos avanços mais significativos da humanidade, pois permitiu o registro da comunicação, a organização das ideias, a preservação e o acesso à informação.

Se no início dos registros escritos utilizava-se argila ou pedra para a inscrição dos primeiros textos, o desenvolvimento do ser humano em suas habilidades e criações permitiu a substituição dos suportes duros por materiais cada vez mais práticos, evidentemente, atinentes às suas épocas, oriundos dos três reinos da natureza: mineral, vegetal e animal (Santos, 2010, p. 20).

O elenco dos suportes da informação (Figura 6) evidencia a evolução deles. De tal modo, fica evidente que o homem se utilizou de diversos suportes encontrados na natureza como forma de registrar a escrita, como: argila, ossos, conchas, marfim, folhas de palmeiras, bambu, metal, cascas de árvores, madeira, couro, papiro, velino, pergaminho, seda, papel e, mais recentemente, os recursos eletrônicos, a exemplo dos *e-books*, das bibliotecas virtuais e digitais, da nuvem e, ultimamente, a *Artificial Intelligence* (AI), em português, Inteligência Artificial (Ribeiro, 2009, p. 17).

Figura 6 – Evolução dos suportes materiais da informação



Fonte: Adaptado de Ribeiro (2009) e Santos (2010).

Segundo a etimologia, a palavra biblioteca, do grego *bibliothéke*, significa: biblio (livro) e *théke* (depósito), o que, na definição literal, se constitui como sendo um espaço físico em que se guarda livros. O dicionário Aurélio (2010, p. 102) traz a definição de que a biblioteca é uma “coleção pública ou privada de livros e de documentos congêneres, para estudo, leitura e consulta”.

Historicamente, o emprego da palavra biblioteca já se encontra expandido durante os Séculos XVII e XVIII na Europa e Século XIX no continente americano, com o advento das grandes bibliotecas nacionais. Todavia, o emprego do termo Biblioteconomia começa a se expandir na primeira metade do Século XX, com o início dos primeiros cursos de Biblioteconomia [...] assim, a relação que se estabelece entre os termos biblioteca e Biblioteconomia supõe como concepção nuclear a biblioteca enquanto espaço físico instituído socialmente, na sua origem, para preservar livros, e, indiretamente, os conhecimentos neles contidos. Sendo assim possível detectar no termo Biblioteconomia traços semânticos (periféricos) do termo Biblioteca (Galvão, 1993, p. 100).

Nesse contexto, a biblioteca se constitui como catalisadora, pois é uma instituição que agrupa e proporciona o acesso aos registros do conhecimento e das ideias por meio das expressões criadoras dos indivíduos. Isso é visto desde as tábuas de argila, os manuscritos de papiro e pergaminho, passando pelo surgimento do papel e da imprensa, que contribuíram para o nascimento do livro, instrumento o qual, de acordo com Benício e Silva (2005, p. 2), contribui para o “estímulo ao conhecimento das letras e a geração de novas informações, configurando-se numa tecnologia revolucionária ao viabilizar um maior acesso e disseminação da informação”.

3.2 BIBLIOTECONOMIA NA EUROPA E NOS ESTADOS UNIDOS

A *École des Chartes* foi fundada na França em 22 de fevereiro de 1821, por meio de uma Ordem Real. A criação da *École des Chartes* surgiu em meio às transformações políticas, sociais, econômicas e culturais pelas quais, no início do século XIX, a França passou. No campo político, ocorriam eventos como a Revolução Francesa, as guerras napoleônicas, a queda de Napoleão; nos campos socioeconômicos, no período pós-guerra, houve o agravamento da crise social e o aumento do custo de vida; no campo cultural, pensadores iluministas (Voltaire, Rousseau e Montesquieu) defendiam a valorização da Ciência e criticavam o Antigo Regime (Absolutismo) (Hubner; Silva; Atti, 2021).

A Escola francesa se constituiu em razão da necessidade de profissionais capacitados para atuar nas bibliotecas. No primeiro momento, não é utilizado o termo “Bibliotecário”; a missão consistia em formar “curadores patrimoniais”.

Na Alemanha, o primeiro curso de Biblioteconomia foi na Universidade de *Göttinger*, em 1886, sendo ministrado pelo professor Bibliotecário Karl Franz Otto Dzatzko.

A *Library Schools* foi fundada nos Estados Unidos por Melvil Dewey, na *Columbia University*, em 1887, e sofreu uma forte influência da Alemanha do início do século XIX. Em 1928, foi criada a Graduate Library School, em Chicago, o que se consolidou como um marco importante para a Biblioteconomia nos Estados Unidos, pois foi a partir de então que começaram a surgir pesquisas científicas interdisciplinares, Biblioteconomia e áreas, como “comunicação em massa, história intelectual e institucional, estrutura social contemporânea, estatística e epistemologia” (Winger, 1961 *apud* Hubner; Silva; Atti, 2021).

A *American Library Association* (ALA), em português, Associação Americana de Bibliotecas, é a maior e mais antiga associação de bibliotecas do mundo. Fundada em 1876, durante a Exposição do Centenário na Filadélfia, Estados Unidos. A missão da ALA é “fornecer liderança para o desenvolvimento, promoção e melhoria dos serviços de biblioteca e informação e da profissão de biblioteconomia, a fim de melhorar a aprendizagem e garantir o acesso à informação para todos”. Entre os presentes e fundadores da ALA estavam William Frederick Poole, Charles Ammi Cutter e Melvil Dewey (ALA, c1996-2023, tradução nossa; Hubner; Silva; Atti, 2021).

Em 1924, a ALA criou o *Board of Education for Librarianship* (BEL), em português, Conselho de Educação para Biblioteconomia, o qual tinha como objetivo estabelecer padronização e um plano para credenciamento de Escolas. Diante do fato supracitado, fica notória a tentativa dos estudiosos de profissionalizar a Biblioteconomia norte-americana. Nesse sentido, em 1925, durante uma conferência da ALA, foram apreciadas uma série de recomendações, dentre as quais, Strohm *et al.*, 1925 *apud* Hubner; Silva; Atti, 2021 destacam:

- a) tempo mínimo de 3 anos para a obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia; b) criação de um exame de admissão padronizado; c) investimentos na qualificação do corpo docente; d) associação às universidades, deixando de atuar sem vinculação universitária; e) criação de cursos especiais específicos para capacitar bibliotecários para pequenas bibliotecas com orçamentos limitados, entre outras recomendações.

Ao abordar o novo conceito da biblioteca, Fonseca (2007), na obra Introdução à Biblioteconomia, na seção reservado à Biblioteca, destaca a importância de o bibliotecário adquirir novas competências, além de catalogar e classificar, competências voltadas para o

atendimento das necessidades informacionais dos usuários, bem como atendimento especializado e individualizado, o que remete à Disseminação Seletiva da Informação (DSI), serviço amplamente utilizado pelas bibliotecas brasileiras atualmente. Fonseca (2007) “atribui ao Bibliotecário a missão **antropocêntrica** ou **antropobibliocêntrica**, evidenciando ser o elemento humano ainda mais importante que o documento. Transferência do objeto da Biblioteconomia da informação para o usuário”.

A abordagem contemporânea confere à biblioteca o título de espaço (concreto, virtual ou híbrido) destinado a uma coleção de materiais informacionais (estejam eles registrados em suportes físicos ou digitais). Gomes (1981, p. 8) destaca a ampliação da dimensão da relação entre cultura e biblioteca, pois “a biblioteca como criação social reflete a cultura que a gerou e, por sua vez, atua sobre a cultura à medida que, vinculando seus valores, crenças e padrões comportamentais, contribui para a preservação e difusão da herança cultural”.

Atualmente temos os *e-books*, as bibliotecas digitais, as bibliotecas virtuais e as informações armazenadas na nuvem. Tanto o registro da informação quanto a biblioteca passaram por um longo processo evolutivo que não apenas contribui para a salvaguarda do conhecimento registrado, mas também cumpre a função de reunir, organizar, preservar e disseminar a informação.

A etimologia da palavra Biblioteconomia, de origem grega, é composta por: *biblion* (livro), *théke* (caixa) e *nomos* (regra); aos termos gregos, foi adicionado o sufixo *ia*. Como tradução literal teríamos “a regra de guardar livros”, refletindo a ideia de que a biblioteconomia atua como base teórico/prática das diretrizes inerentes às bibliotecas e unidades de informação, contribuindo para as atividades de administração, armazenamento, organização e preservação dos livros.

O termo Bibliotecário deriva do termo, e, de acordo com a definição do Dicionário Online de Português (c2009-2023), pode ser definido como: pessoa encarregada da conservação, classificação e distribuição de livros numa biblioteca. Ou seja, o termo é designado aos profissionais que atuam em Bibliotecas e Unidades de Informação.

3.3 BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

No Brasil, tanto o surgimento da primeira Biblioteca quanto o registro do primeiro Bibliotecário estão atrelados à Igreja Católica. A primeira Biblioteca surgiu no Colégio da Bahia (1568) e o primeiro Bibliotecário foi o jesuíta português Antônio Gonçalves (1604), na Biblioteca do Colégio da Bahia. No referido período, o Brasil não dispunha de curso de

formação para Bibliotecários. Para além disso, a ausência de profissionais qualificados para atuar nas bibliotecas e realizar os serviços também contribuiu para o surgimento das primeiras Escolas de Biblioteconomia no Brasil (Fonseca, 2007; Almeida; Baptista, 2013; Hubner; Silva; Atti, 2021).

O surgimento das primeiras escolas de Biblioteconomia brasileiras está atrelado à necessidade de formação profissional qualificada, para atuar na gestão e na organização das bibliotecas brasileiras (Hubner; Silva; Atti, 2021). Surgiram no início do século XX, respectivamente, no Rio de Janeiro, com a Biblioteca Nacional, e em São Paulo, por meio da Escola Paulista de Biblioteconomia. Cabe destacar que cada um dos cursos possuía características particulares: “o curso da BN, com um perfil mais humanista, influenciado pela escola francesa; e o curso da escola paulista de Biblioteconomia, com um perfil mais tecnicista, influenciado pela escola norte-americana” (Hubner; Silva; Atti, 2021; Almeida; Baptista, 2013). O Quadro 3 apresenta detalhes da criação das primeiras escolas de Biblioteconomia do Brasil:

Quadro 3 – Primeiras escolas de Biblioteconomia no Brasil

BIBLIOTECA NACIONAL (RIO DE JANEIRO)	ESCOLA PAULISTA DE BIBLIOTECONOMIA (SÃO PAULO)
Surgiu a partir do Decreto nº 8.835/1911, que estabeleceu a criação do primeiro curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional.	O segundo curso, denominado “Curso Elementar de Biblioteconomia”, foi criado em 1929, no <i>Mackenzie College</i> .
PERFIL HUMANISTA	PERFIL TECNICISTA
INFLUÊNCIA DA <i>ÉCOLE DE CHARTES</i>	INFLUÊNCIA DA <i>COLUMBIA UNIVERSITY</i>

Fonte: Adaptado de Almeida e Baptista, 2013.

Apesar de o ensino de Biblioteconomia ter se consolidado no início do século XX, as primeiras bibliotecas brasileiras foram identificadas nos colégios jesuítas, no século XVI. Fonseca (2007) indica que, inicialmente, as bibliotecas eram particulares, mas, com o passar do tempo, tornaram-se públicas. No Brasil, a primeira biblioteca monástica foi fundada na Bahia, em 1582. Em 1811, inaugurou-se a biblioteca pública da Bahia, três anos antes da abertura ao público da Biblioteca Real, criada em 1810. Somente em meados do século XIX foram surgindo outras bibliotecas estaduais no Brasil (Fonseca, 2007).

As bibliotecas sofreram, ao longo dos anos, a ação do tempo e da História Mundial. O reflexo das guerras e da censura influenciou diretamente para a significação das instituições, mas, ainda assim, as bibliotecas conseguiram sobreviver, preservando o conhecimento da

humanidade. Na Idade Média, as bibliotecas se constituíam como locais restritos a uma minoria, até mesmo a arquitetura era estrategicamente desenvolvida para tal.

Durante o período do Renascimento e, sobretudo, com o advento da imprensa, no século XV, houve a difusão das primeiras tipografias, onde a produção de livros em série contribuiu para a disseminação da informação, e, por conseguinte, elas impulsionaram as bibliotecas a desempenharem a função pública, passando a atender as demandas populares.

A Ciência da Informação (CI) é uma ciência pós-moderna, surgida no Século XX, fundamentada na necessidade de reflexão acerca dos procedimentos de organização, registro e difusão da informação e dos fluxos informacionais. A CI abrange diversas áreas de conhecimento, além de indivíduos e instituições sociais, políticas, econômicas, culturais e educativas diversas. No entanto, Silva e Freire (2012) destacam que o surgimento da CI se concentra nas disciplinas de Biblioteconomia e Documentação, bem como nas disciplinas de Arquivologia e Museologia.

No Brasil, a CI surge na década de 1970, e sua estruturação no país, de acordo com Araújo e Valentim (2019), se deu por meio da atuação de duas instituições: Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN) e Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da informação (ANCIB), por conta da criação do Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (IBBD), em 1954, que possibilitou o “definitivo rompimento com a limitada tipologia de serviços que os estabelecimentos brasileiros dedicados à organização de acervos bibliográficos ofereciam a seus usuários” (Oddone, 2006, p.47).

No âmbito da Ciência da Informação brasileira, o periódico Ciência da Informação, publicado em 1972, representa um marco pioneiro para área. Vinculado inicialmente ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) [...] a iniciativa de publicação foi motivada pela implementação do primeiro Mestrado em Ciência da Informação do Brasil e da América Latina, realizado pelo IBBB em 1970 (Valentim e Penna, 2024).

O periódico surgiu com o objetivo de divulgar a produção científica do Programa de Mestrado, bem como disseminar a produção científica na área da CI em âmbito nacional. Até o ano de 2023, quando celebrou seus 51 anos, foram publicadas 134 edições contendo trabalhos que abrangem diversas subáreas da CI, com a contribuição de autores de diversos países (Valentim, Penna, 2024).

Em 1976, o IBBD passa por uma transformação, inclusive com a mudança de nome para Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), assumindo o posto de órgão de coordenação, no Brasil, das atividades de informação em ciência e tecnologia (IBICT, 2021).

3.4 PERSPECTIVA CURRICULAR DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

De acordo com o Dicionário *on-line* de português, o termo Currículo, etimologicamente falando, possui origem no latim, *curriculum*, e deriva da palavra *currere*, que significa “correr”. De modo geral currículo pode ser definido como a corrida ou o percurso pelo qual o discente passa, durante a realização de um curso, o qual possui um currículo.

De acordo com Johnson (1980, p. 18), currículo pode ser definido como:

[...] uma série estruturada de resultados pretendidos de aprendizagem. O currículo prescreve (ou pelo menos antecipa) os resultados do ensino. Não prescreve os meios, isto é, as atividades, os materiais ou o conteúdo do ensino que devem ser utilizados para a consecução dos resultados.

A formação do Bacharel em Biblioteconomia tem como parâmetro teórico-formativo a matriz curricular do curso, da qual se espera que reflita os aspectos social, político e cultural da sociedade na qual está inserida. Essa perspectiva reforça a necessidade do profissional que se lança ao mercado de trabalho de ter habilidades que dialoguem com as demandas da SIC, que se encontram em constante atualização.

Nessa perspectiva, Moreira e Silva (2008) atribuem ao currículo o título de artefato social e cultural. Os autores defendem a premissa de que o currículo não consiste um elemento neutro, no processo de aprendizagem, através da transmissão de informações que contribuirão para a geração de conhecimento social, pois:

o currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (Moreira; Silva, 2008, p. 7-8).

O Quadro 4 apresenta as disciplinas que eram ministradas nas duas primeiras escolas de Biblioteconomia no Brasil, respectivamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, até o ano de 1961:

Quadro 4 – Disciplinas escolares: Rio de Janeiro e São Paulo

ANO	RIO DE JANEIRO	ANO	SÃO PAULO
1915	Bibliografia Paleografia e Diplomática Referência	1929	Catálogo Classificação Organização de Bibliotecas
1931	Bibliografia Paleografia e Diplomática História da Literatura Iconografia e Cartografia	1941-1942	Catálogo Classificação Bibliografia História do Livro Organização de Bibliotecas
1944	Organização e Administração de Bibliotecas Catálogo Classificação Bibliografia e Referência História do Livro e das Bibliotecas História da Literatura (aplicada à Bibliografia) Noções de Paleografia	1943-1959	Catálogo Classificação Bibliografia Organização de Bibliotecas História do Livro e Paleografia
1962	Técnica de Referência Bibliografia Geral Catálogo e Classificação Organização e Administração de Bibliotecas História dos Livros e das Bibliotecas Organização e Técnicas de Documentação Literatura e Bibliografia Literária Introdução à Cultura Histórica e Sociológica Reprodução de Documentos Paleografia Introdução à Cultura Filosófica e Artística	1960-1961	Catálogo Classificação Referência e Bibliografia História do Livro Paleografia Organização e Administração de Bibliotecas Seleção de Livros Introdução à Cultura Artística Introdução à Cultura Filosófica Introdução às Ciências Sociais Documentação

Fonte: Castro (2000, p. 105).

O primeiro Currículo Mínimo do curso de Biblioteconomia ocorreu em 1962; a obrigatoriedade foi estabelecida a partir da publicação da Lei nº 4.084/62, que dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e regulamenta seu exercício (Brasil 1962).

Art 1º A designação profissional de Bibliotecário [...] é privativa dos bacharéis em Biblioteconomia, de conformidade com as leis em vigor

Art 2º O exercício da profissão de Bibliotecário, em qualquer de seus ramos, só será permitido:

- a) aos Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas;
- b) aos Bibliotecários portadores de diplomas de instituições estrangeiras que apresentem os seus diplomas revalidados no Brasil, de acordo com a legislação vigente (Brasil, 1962).

O segundo Currículo Mínimo do curso de Biblioteconomia foi aprovado em 1982, como resultado da atualização que foi realizada pelo CFB em parceria com a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) (Santos, 1998).

Na década de 1990, com a publicação da Lei nº 9.394/96, estabeleceram-se as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o que constituiu um marco para a Educação no Brasil. No que tange ao ensino superior, destaca-se:

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII - firmar contratos, acordos e convênios;

VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

§ 1º Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;

II - ampliação e diminuição de vagas;

III - elaboração da programação dos cursos;

IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão;

V - contratação e dispensa de professores;

VI - planos de carreira docente (Brasil, 1996).

A partir de então, as IES adquiriram autonomia para se organizarem, levando em considerações as características regionais, possibilitando a organização e criação de cursos, programas e projetos tendo como prismas ensino, pesquisa e extensão.

As Diretrizes Curriculares Nacionais, para o ensino de Biblioteconomia, foram orientadas pela Câmara Superior de Educação do Conselho Nacional de Educação, por meio da publicação do parecer CNE/CES nº 492/2001. O documento atribui ao Bacharel em Biblioteconomia as seguintes competências e habilidades:

a) Gerais

- ✓ gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
- ✓ formular e executar políticas institucionais;
- ✓ elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;

- ✓ utilizar racionalmente os recursos disponíveis;
- ✓ desenvolver e utilizar novas tecnologias;
- ✓ traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;
- ✓ desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;
- ✓ responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.

b) Específicas

- ✓ Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente;
- ✓ Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação;
- ✓ Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza;
- ✓ Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação;
- ✓ realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação (Brasil, 2001).

A partir da criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de Biblioteconomia, abriu-se a possibilidade de as IES atuarem de maneira autônoma, articulando-se com a comunidade acadêmica e com a sociedade, atribuindo aos conteúdos implementados nos PPPs uma formação em consonância com cada realidade social.

As fases e os marcos históricos da Biblioteconomia no Brasil, no período de 1879 a 1995, são destacados a seguir (Quadro 5):

Quadro 5 – Fases e marcos históricos da Biblioteconomia no Brasil

FASES	PERÍODO	MARCOS HISTÓRICOS
1 ^a	1879-1928	Início da constituição do campo do ensino da Biblioteconomia sob a influência francesa – Biblioteca Nacional.
2 ^a	1929-1939	Predomínio do modelo americano sob a influência dos primeiros cursos criados em São Paulo – Mackenzie College – e Cursos de Biblioteconomia da Prefeitura Municipal de São Paulo.
3 ^a	1940-1961	Consolidação do modelo americano e expansão do número de Escolas/Cursos.
4 ^a	1962-1969	Estabelecimento do primeiro Currículo Mínimo e Regulamentação da profissão – Lei nº 4.084/62.
5 ^a	1970-1995	Paralisação da criação dos Cursos de Graduação e crescimento dos Cursos de Pós-Graduação.
6 ^a	1996-2009	Manutenção dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação e crescimento dos periódicos na área.
7 ^a	2010-2024	Universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do país - Lei nº 12.244/2010; Criação dos Cursos de Graduação em Biblioteconomia EaD; Atualização das matrizes curriculares através da inserção de eixos temáticos em consonância com as demandas da sociedade contemporânea.

Fonte: Adaptado de Castro (2000, p. 29).

Ainda a respeito do exposto anteriormente (Quadro 5), coube uma atualização, onde foram incluídas a 6ª e 7ª fases. No que tange à 6ª fase, houve a manutenção dos cursos de graduação e pós-graduação, bem como dos periódicos na área. Na 7ª fase, Para o cumprimento da Lei nº 12.244/2010 se fez necessário estimular o aumento do quantitativo de profissionais Bibliotecários, e, para tal, o dimensionamento dos cursos de Bacharelado, incluindo a oferta de cursos EaD, corroborando com a interiorização dos cursos e o aumento de Bibliotecários formados (Reis; Tamagno; Backes, 2015).

No tocante à 7ª fase, destaca-se também a potencialização do uso das TICs e o surgimento de novos suportes e fontes de informação, atualizações referentes às matrizes curriculares dos cursos de graduação, além das mudanças referentes às atribuições e competências demandadas aos profissionais Bibliotecários.

Quadro 6 – Equivalência entre as disciplinas dos Currículos Mínimos (1962 e 1982)

CURRÍCULO MÍNIMO DE 1962	CURRÍCULO MÍNIMO DE 1982
	MATÉRIAS DE FORMAÇÃO GERAL
• Introdução aos Estudos Históricos e Sociais • História da Arte • Evolução do Pensamento Filosófico e Científico • História da Literatura	• Comunicação • Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos do Brasil Contemporâneo • História da Cultura
	MATÉRIAS INSTRUMENTAIS
-	• Lógica • Língua Portuguesa e Literatura da Língua Portuguesa • Língua Estrangeira Moderna • Métodos e Técnicas de Pesquisa
	MATÉRIAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
• Documentação • História do Livro e das Bibliotecas • Catalogação e Classificação • Bibliografia e referência • Organização e Administração de Bibliotecas • Paleografia	• Informação Aplicada à Biblioteconomia • Produção dos Registros do Conhecimento • Formação e Desenvolvimento de Coleções • Controle Bibliográfico dos Registros do Conhecimento • Disseminação da Informação • Administração de Bibliotecas

Fonte: Mueller, 1988, p. 75.

Ao comparar os Currículos Mínimos de 1962 e de 1982 (Quadro 6), percebe-se que o Currículo de 1962, implicitamente, se dividia em dois grupos: um de conteúdo cultural e o outro de conteúdo técnico (Mueller, 1988). No que tange ao Currículo de 1982, houve a categorização de três eixos temáticos, à época da publicação do Currículo, com a nomenclatura de “matérias” (de formação geral, instrumentais e de formação profissional), as quais se constituíram como uma espécie de guarda-chuva e agrupavam as temáticas correlatas.

As diretrizes para o novo currículo foram baseadas na visão de um bibliotecário preparado para selecionar, reunir, organizar e disseminar o conhecimento registrado em materiais bibliográficos e audiovisuais, objetivando facilitar o acesso do usuário à informação adequada às suas necessidades. Para tanto, segundo a proposta dos professores, o bibliotecário precisaria de um repertório amplo de conhecimento e sensibilidade às condições do meio social. A relação entre o indivíduo, o conhecimento e os suportes materiais, que registram o conhecimento, é identificada como objeto de estudo da Biblioteconomia e, assim sendo, por esta relação dinâmica e mutável, deveria o ensino da profissão orientar-se em torno de princípios gerais. Previa, ainda, a proposta, a necessidade de firmar a formação profissional do bibliotecário em conhecimentos fundamentais para solução de problemas relativos à "produção, organização e ao consumo de informação a nível institucional e local, com suas implicações a nível nacional (Mueller, 1988).

Com o passar dos anos, o número de cursos de Biblioteconomia no Brasil começou a se expandir, de modo que Castro (2000) apresenta os dez primeiros cursos que se estabeleceram no país, no período de 1911 a 1969 (Quadro 7).

Quadro 7 – Cursos de Biblioteconomia criados no Brasil (1911-1969)

NOME DO CURSO	ANO DE CRIAÇÃO
1. Curso da Biblioteca Nacional	1911
2. Escola de Biblioteconomia da Prefeitura Municipal de São Paulo	1939
3. Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade da Bahia	1942
4. Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia Sedes Sapiente	1944
5. Faculdade de Biblioteconomia da PUCCAMP	1945
6. Curso de Biblioteconomia do Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife	1948
7. Curso de Biblioteconomia Nossa Senhora do Sion	1948
8. Curso de Biblioteconomia da Universidade de Pernambuco	1950
9. Curso de Biblioteconomia da Universidade de Minas Gerais	1950
10. Curso de Biblioteconomia do Instituto Caetano de Campos	1951
11. Curso de Biblioteconomia da Universidade do Paraná	1952
12. Escola de Biblioteconomia e Documentação Santa Úrsula da PUC/RJ	1957
13. Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos	1959
14. Faculdade de Biblioteconomia da Universidade de Brasília	1961
15. Curso de Biblioteconomia da Universidade do Pará	1963
16. Curso Autônomo de Biblioteconomia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	1963
17. Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Ceará	1964
18. Escola de Bibliotecários e Documentalistas da Fundação “Álvaro Clemente de Oliveira”	1965
19. Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão	1969
20. Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba	1969

Fonte: Castro (2000, p. 111).

A Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação, documento elaborado e lançado na Conferência Mundial sobre Educação Superior, promovida em 1998 pela UNESCO, destaca o papel da inovação nas Instituições de Educação Superior

(IES). Ao propor uma nova visão da educação superior, no Artigo 9º, Aproximações educacionais inovadoras: pensamento crítico e criatividade, o documento destaca que:

a) Em um mundo em rápida mutação, percebe-se a necessidade de uma nova visão e um novo paradigma de educação superior que tenha seu interesse centrado no estudante, o que requer, na maior parte dos países, uma reforma profunda e mudança de suas políticas de acesso de modo a incluir categorias cada vez mais diversificadas de pessoas, e de novos conteúdos, métodos, práticas e meios de difusão do conhecimento, baseados, por sua vez, em novos tipos de vínculos e parcerias com a comunidade e com os mais amplos setores da sociedade. b) As instituições de educação superior têm que educar estudantes para que sejam cidadãos e cidadãos bem informados e profundamente motivados, capazes de pensar criticamente e de analisar os problemas da sociedade, de procurar soluções aos problemas da sociedade e de aceitar responsabilidades sociais (UNESCO, 1998).

Por estar inserida na IES, a BU deve atender às necessidades educacionais, culturais, científicas e tecnológicas da instituição. O cumprimento da sua função, enquanto unidade de informação, constitui-se como elemento decisório para o avanço científico e tecnológico de uma nação. Ferreira, ainda na década de 1980, já havia constatado que “em todo processo educacional, é decisiva a influência da biblioteca, que se pode constituir num dos principais instrumentos de que a universidade dispõe para atingir suas finalidades.” (Ferreira, 1980, p. 7).

No que tange aos aspectos de qualidade e inovação das IES, destaca-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, Programa este que teve como objetivo:

[...] garantir às universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior (Brasil, 2009, p. 3).

Tendo como fonte os primeiros resultados, que foram divulgados, referentes ao Censo (2022) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui a população de 203.062.512 habitantes. Dados do Censo da Educação (2021), realizado pelo Ministério da Educação (MEC), demonstram que o Brasil possui 68 Universidades Federais, que, juntas, oferecem um total de 4.975 cursos de graduação. sendo 23.388 cursos de bacharelado (presencial) e 2.396 cursos de bacharelado (a distância), em que 36 ofertam o curso de Biblioteconomia. Dados do Ministério da Educação (MEC), obtidos por meio de pesquisa refinada no Portal e-MEC, apontam para a existência de 24 IES públicas federais que oferecem os cursos de Biblioteconomia, Biblioteconomia e Documentação e Biblioteconomia e Gestão

de Unidades de Informação (Bacharelado presencial) e 10 cursos de Biblioteconomia (Bacharelado à distância).

O processo de interiorização do ensino superior do Brasil teve início a partir do REUNI. Em um segundo momento, destacamos a publicação do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, que dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB):

Art. 1º Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB:

I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

IV - ampliar o acesso à educação superior pública;

V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e

VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (Brasil, 2006).

O Sistema da UAB possibilitou um aumento significativo para a Educação Superior no país, sobretudo pelo fato de serem oferecidos cursos de Graduação na modalidade EaD, vinculados às IES públicas federais.

Art. 2º O Sistema UAB cumprirá suas finalidades e objetivos sócio educacionais em regime de colaboração da União com entes federativos, mediante a oferta de cursos e programas de educação superior a distância por instituições públicas de ensino superior, em articulação com polos de apoio presencial.

§ 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se o polo de apoio presencial como unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior.

§ 2º Os polos de apoio presencial deverão dispor de infraestrutura e recursos humanos adequados às fases presenciais dos cursos e programas do Sistema UAB.

Art. 3º O Ministério da Educação firmará convênios com as instituições públicas de ensino superior, credenciadas nos termos do Decreto no 5.622, de 19 de dezembro de 2005, para o oferecimento de cursos e programas de educação superior a distância no Sistema UAB, observado o disposto no art. 5º (Brasil, 2006).

A UAB contribui para o processo não apenas de expansão, mas, sobretudo, de interiorização do ensino superior público e de qualidade, no caso específico dos cursos de

Biblioteconomia, os quais, além de se concentrarem nas capitais dos estados, eram ofertados apenas na modalidade de cursos de graduação presencial nas IES públicas federais.

O curso de Bacharelado em Biblioteconomia na modalidade EaD é fruto da parceria entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), sendo instituído oficialmente em 23 de dezembro de 2009, por meio do Acordo de Cooperação Técnica.

Assim sendo, em 2010 foi instituída a Comissão Técnica de Biblioteconomia da CAPES/UAB, por meio da Portaria CAPES nº 117/2010, que deliberou sobre a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, bem como o acompanhamento e a avaliação das ações de implantação do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia, na modalidade EaD. Cabe destacar que a Comissão Técnica foi constituída por docentes de diferentes regiões do Brasil (EaD..., 2017).

De tal modo, em 2012, por meio do Edital CAPES/UAB nº 12/2012, foi selecionada a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), para conduzir o processo de produção do material didático. O processo de criação dos cursos de Bacharelado em Biblioteconomia EaD foi criterioso e passou por diversas fases, o que demandou um espaço de tempo, de certa forma, considerável, desde a instituição dos atores envolvidos no acordo de cooperação técnica, passando pela comissão técnica, além das análises e discussões, em 2014, das quais participaram autores (conteudistas) e leitores especialistas, a fim de discutir e elaborar os conteúdos que comporiam o material didático do curso (EaD..., 2017).

A aprovação final passou pela análise da Comissão Técnica de Biblioteconomia da CAPES/UAB, conforme a Portaria CAPES/UAB nº 181/2016.

Em setembro de 2017, a Comissão Técnica apresentou o Projeto Pedagógico Nacional para os cursos que integram o Sistema UAB e possuem cursos presenciais de Bacharelado em Biblioteconomia. Em 2028 houve a chamada para articulação de cursos superiores na modalidade EaD no âmbito do Programa UAB, por meio do Edital nº 05/2018, em que diversas IES participaram e foram autorizadas um total de mais de 3.000 (três) mil vagas em todo país.

Os esforços desempenhados, no intuito de propor, planejar, gerenciar e implementar os cursos de Biblioteconomia EaD, constituem-se como um marco para a área, sobretudo diante da alta demanda para ocupar postos de trabalho no país.

[...] o curso tem a finalidade de fomentar e expandir a formação de profissionais bibliotecários no País, bem como de garantir um padrão nacional de qualidade a sua formação, assegurando, ao mesmo tempo, sua excelência quanto ao domínio dos fundamentos e conhecimentos da Biblioteconomia e à

articulação destes aos de outros domínios do conhecimento para o bom desenvolvimento do trabalho com a informação (Brasil, 2018).

Atualmente, através da UAB, existem 10 (dez) cursos de Bacharelado em Biblioteconomia na modalidade EaD, com polos de apoio presencial, os quais possibilitam que habitantes dos interiores tenham acesso ao ensino superior, através de IES públicas federais vinculadas à UAB.

Esse é parte do cenário atual do ensino de Biblioteconomia no Brasil, nas IES públicas federais. Diante das mudanças implementadas nos cursos de graduação, faz-se necessário também analisarmos as abordagens inerentes à formação desses profissionais, levando em consideração aspectos relacionados aos currículos dos cursos, aos eixos temáticos e às disciplinas que são ofertadas, para que eles reflitam as demandas da sociedade e contribuam para a formação do profissional Bibliotecário.

A seção seguinte retomará as seções 2 e 3, pois abordará o campo de atuação do profissional Bibliotecário, levando em consideração as áreas de trabalho que emergem a partir dos temas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual

4 EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO, PROPRIEDADE INTELECTUAL E A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO

Esta seção retoma conceitos de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual, relacionando-os com a atuação do Bibliotecário; evidencia o campo de atuação além das áreas tradicionais e ratifica a importância da capacitação profissional; discute sobre as atribuições do Bibliotecário e reflete acerca do campo de atuação do Bibliotecário no Século XXI.

4.1 O BIBLIOTECÁRIO E SUAS ATRIBUIÇÕES

Ao profissional da Biblioteconomia, o exercício da profissão de Bibliotecário, de acordo com a Lei nº 4.084/62, só será permitido:

- a) aos Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas;
- b) aos Bibliotecários portadores de diplomas de instituições estrangeiras que apresentem os seus diplomas revalidados no Brasil, de acordo com a legislação vigente (Brasil, 1962).

As atribuições do profissional bibliotecário vêm passando por diversas transformações, as quais acompanham as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade. Sendo assim, as perspectivas do século XXI têm se apresentado como uma ruptura de paradigmas do fazer Bibliotecário, contribuindo para o surgimento de novos produtos e serviços, bem como o surgimento de novas atribuições e novos campos de atuação, de maneira mais ampla e dinâmica, em comparação ao desempenho das atribuições do Bibliotecário tradicional (Oddone, 1998).

A atuação do Bibliotecário está cada vez menos limitada às paredes das bibliotecas físicas. O fato de esse profissional lidar com seleção, tratamento, recuperação, salvaguarda e disseminação da informação faz com que o campo de atuação se amplie para áreas não tradicionais. Nessa perspectiva, na Biblioteconomia, a inovação social pode se manifestar por meio da oferta de produtos e serviços informacionais que possam contribuir para os desenvolvimentos socioeconômico, humano e sustentável (Silva e Valls, 2022; Assis e Nunes, 2019).

Na perspectiva de Assis e Nunes (2019, p. 112), a inovação social, além de contribuir com a sustentabilidade e com as abordagens do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, “por meio da inserção de modelos de vida mais sustentáveis e econômicos [...] desencadeia

também uma série de relações sociais entre grupos de indivíduos na sociedade”. A inovação social é um fenômeno complexo que surge da interação de vários fatores, incluindo mudanças sociais, avanços tecnológicos e ações individuais e coletivas para abordar problemas sociais.

Para Finquelievich (2007, p. 89), a adaptação das instituições de ensino superior e de pesquisa está entre as mudanças culturais mais relevantes da sociedade da informação e do conhecimento (SIC). A autora ressalta que “a rápida transição para a SIC foi possibilitada pelo acúmulo de inovações tecnológicas convergentes: computação, semicondutores, circuitos integrados, computadores pessoais (PCs)” e, conseqüentemente, o surgimento de sistemas de informação mais robustos e avançados.

Com o passar dos anos as organizações tornaram-se mais complexas, competitivas e imprevisíveis, influenciando a dinâmica nas organizações em torno da sobrevivência e conseqüentemente influenciando as bibliotecas universitárias a se destacarem quanto a utilização de sistemas de informação, técnicas em torno da gestão da qualidade, aprendizagem e inovação (Neves, 2018, p. 41).

Ainda sobre a oferta de produtos e serviços informacionais *on-line*, Valentim (2016, p. 37) ressalta que:

as bibliotecas têm se transformado em produtoras de informação, no que tange ao uso e reuso de dados e informações disponíveis em diferentes mídias, gerando novos conteúdos, produtos e serviços informacionais, bem como disponibilizando seu acesso desde os sistemas de informação formais até as redes sociais.

As TICs impactaram na sociedade em geral, e, no caso das profissões, não foi diferente. No universo das bibliotecas e unidades de informação, os impactos foram sentidos, o que demandou, e demanda, dos profissionais bibliotecários habilidades flexíveis e a adaptação às necessidades emergentes, que se apresentam desde os tipos de registro e suporte da informação até as novas habilidades de posicionamento enquanto profissional (Valentim, 2016; Silva e Valls, 2022).

O empreendedorismo, a inovação e a propriedade intelectual desempenham papéis interconectados no mundo dos negócios e na sociedade em geral. Nesse cenário, o bibliotecário desempenha uma função estratégica, no desenvolvimento da sociedade (Valentim, 2016; Silva e Valls, 2022).

O papel desempenhado pelo Bibliotecário, no campo do Empreendedorismo, pode ser identificado através de suporte aos empreendedores, fornecendo acesso a recursos de pesquisa, como estudos de mercado, relatórios setoriais e informações financeiras. Ao Bibliotecário também compete a atuação em *startups*, com o auxílio na busca por informações jurídicas relacionadas à criação e à operação de empresas (Silva e Valls, 2022).

Os Bibliotecários podem colaborar com empreendedores e pesquisadores das universidades na busca de anterioridade de patentes e marcas, um novo campo de trabalho que se abre com o avanço dos ecossistemas de inovação no país (Silva e Valls, 2022).

Dentro do contexto de *startups*, no que diz respeito às atribuições, é esperado que os profissionais sejam competentes para aprender ao longo da vida sobre assuntos multidisciplinares, a fim de que possam inovar com qualidade. Sendo assim, a competência em informação adquire o status de habilidade fundamental, na medida em que contribui com o acesso, a avaliação e o uso da informação para tomar decisões assertivas. Nesse cenário, o Bibliotecário assume o protagonismo na busca e na identificação de fontes informacionais confiáveis, fontes essas que serão utilizadas de maneira a contribuir para o desenvolvimento dos fluxos de trabalho, das tomadas de decisão e da consequente geração de inovação, contribuindo para a melhoria do fluxo de informação nas *startups* (Ottonicar; Souza; Valentim, 2021, p. 8).

Silva e Valls (2022) pesquisaram sobre as competências inerentes ao Bibliotecário, para atuar em startups. As autoras concluíram que o profissional está apto a atuar em *startups* desde que ele reconheça como necessário ir além da formação técnica, adquirida na Universidade. Os resultados da pesquisa também demonstraram a necessidade de que o Bibliotecário rompa a bolha do estereótipo do profissional que atua apenas em áreas (bibliotecas) e suportes informacionais (livros) tradicionais.

O papel desempenhado pelo Bibliotecário, no campo da Inovação, pode ser identificado com consultoria às empresas e suporte no desempenho de atividades como o acompanhamento referente às últimas tendências e avanços em suas indústrias, fornecendo acesso a periódicos acadêmicos, patentes e literatura técnica. Eles também podem ajudar na pesquisa de melhores práticas e no desenvolvimento de estratégias de inovação (Silva e Valls, 2022).

O papel desempenhado pelo Bibliotecário, no campo da Propriedade Intelectual, pode ser identificado ao auxiliar na pesquisa e no entendimento dos aspectos legais da propriedade intelectual. O Bibliotecário pode ajudar na busca por informações sobre patentes existentes, direitos autorais e marcas registradas, bem como no desenvolvimento de estratégias para proteger ativos intelectuais (Silva e Valls, 2022; Jungmann e Bonetti, 2010; Marcola e Sá, 2021).

A atuação do bibliotecário envolve fornecer acesso a recursos de informação, ajudar na pesquisa, treinar usuários na busca eficaz de informações e manter coleções atualizadas. No contexto do Empreendedorismo, da Inovação e da Propriedade Intelectual, os bibliotecários

desempenham um papel essencial ao fornecer o conhecimento e os recursos necessários para que empreendedores, empresas, universidades e governo tomem decisões acertadas e protejam seus ativos intangíveis (Valentim, 2019).

Além disso, os bibliotecários também podem desempenhar um papel ativo na promoção da cultura empreendedora e da inovação, colaborando com programas de incubadoras de negócios, universidades e organizações locais para oferecer treinamento, *workshops* e recursos de informação relevantes para empresários e inovadores em potencial (Silva e Valls, 2022).

A imagem do guarda-livros, do ordeiro neurótico, da “ranhetice”, deverão ser eliminadas por um profissional participante da vida da comunidade e que entende a biblioteca dentro da comunidade e que atua no sentido de construí-la dia a dia [...] (Milanesi, 1998, p. 106, grifo nosso).

Assim, fica evidente que a atuação do Bibliotecário no século XXI extrapola, de uma vez por todas, os limites da biblioteca, pois o coloca em uma posição estratégica para o desenvolvimento do ecossistema empreendedor e inovador.

4.2 O CAMPO DE ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NO SÉCULO XXI

De acordo com dados atualizados (2023), obtidos junto ao CFB, no que tange ao número de Bibliotecários inscritos e Bibliotecários ativos (Quadro 8), o índice de inscritos é superior ao número de ativos, devido ao fato de que, para manter o registro ativo, o profissional precisa estar atuando na área. Há casos de profissionais que são inscritos nos CRBs mas solicitam a suspensão do registro.

Quadro 8 – Bibliotecários inscritos e ativos nos CRBs

CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA (CRB)	INSCRITOS	ATIVOS
CRB-1	3.576	1.702
CRB-2	988	988
CRB-3	1.315	873
CRB-4	2.310	994
CRB-5	2.086	852
CRB-6	5.047	2.464
CRB-7	7.256	2.527
CRB-8	10.947	4.226
CRB-9	2.135	754
CRB-10	2.787	1.192
CRB-11	1.204	784
CRB-13	972	613
CRB-14	1.828	787
CRB-15	879	639
Total	43.325	19.395

Fonte: Conselho Federal de Biblioteconomia (2023).

O campo de atuação do bibliotecário no Brasil no século XXI é amplo e diversificado, refletindo as mudanças na sociedade, na tecnologia e nas necessidades informacionais das pessoas. Os bibliotecários desempenham um papel fundamental na organização, na disseminação e no acesso à informação. “Competência reúne um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes. Conhecimento é o saber adquirido, conceitos e teorias, habilidade envolve saber fazer, colocar o conhecimento em prática, atitude se relaciona ao comportamento, ao saber ser.” (Freire; Alauzo; Spudeit, 2017, p. 82).

A competência em informação e a atuação do bibliotecário estão intrinsecamente ligadas, uma vez que esses profissionais desempenham um papel fundamental na promoção da competência em informação entre os usuários e a informação. A competência em informação refere-se à habilidade de localizar, avaliar, usar e comunicar informações de forma eficaz e ética para resolver problemas e tomar decisões informadas (Valentim, 2019; Detlor, 2010).

Em artigo publicado, Detlor (2010, tradução nossa) aborda a gestão da informação sob três perspectivas: organizacional, bibliotecária e pessoal, ressaltando que cada uma lida com a gestão de alguns ou de todos os processos do ciclo de vida da informação. O autor propõe a descrição do conceito de gestão da informação mostrando as principais perspectivas e suas relações. Afirma, ainda, que o objetivo da gestão da informação é ajudar pessoas e organizações a acessar, processar e usar informações de forma eficiente e eficaz.

A perspectiva organizacional é identificada como a mais predominante, pois trata da gestão de todos os processos de informação envolvidos no ciclo de vida da informação, com o objetivo de ajudar uma organização a atingir seus objetivos competitivos e estratégicos. Do ponto de vista organizacional, o gerenciamento da tecnologia da informação é um componente importante de qualquer plano de gestão da informação, ressaltando que deve ser entendida como o meio como a informação é armazenada, acessada, recuperada e usada, voltado para a gestão de processos (Detlor, 2010, tradução nossa).

Entretanto, a bibliotecária e a pessoal também possuem relevância para a gestão da informação. A perspectiva bibliotecária envolve as bibliotecas e sua função de unidade de informação, em que o gerenciamento da informação se manifesta por meio da gestão de coleções informacionais, com livros, periódicos completos, artigos de periódico, recursos digitais e outros itens informacionais disponíveis aos usuários. Com relação a perspectiva pessoal, ela difere da perspectiva organizacional no que diz respeito à gestão da informação de interesse pessoal, do indivíduo. As bibliotecas atuam no ciclo de vida da informação com o objetivo de disponibilizar para os usuários da biblioteca os materiais informacionais que a unidade de informação possui (Detlor, 2010, tradução nossa).

De acordo com Valentim (2002, p. 121), os setores de atividade profissional do Bibliotecário no país podem ser divididos em:

1. **Setor Público** - bibliotecas públicas, escolares, órgãos públicos (Legislativo, Executivo e Judiciário), arquivos públicos, museus etc.;
2. **Setor Privado** - empresas/indústrias em geral, vários segmentos econômicos, desde editoras, bases de dados, até assessorias jurídicas;
3. **Setor Associativo** - sindicatos, associações, ONGs etc.;
4. **Autônomos** - consultorias, assessorias, terceirizados, *freelancers* etc.

Tendo como base as cinco tendências apresentadas no Relatório de Tendências da IFLA (2013), Valentim (2019), considerando os aspectos mais relevantes, estabelece inter-relações entre a formação e a atuação do Bibliotecário.

Tendência 1: As novas tecnologias irão simultaneamente expandir e limitar quem acessa informação

Com relação aos formatos e suportes da informação,

Os conteúdos eletrônicos/digitais, os novos formatos e mídias exigem que os bibliotecários possuam competências e habilidades que propiciem seu manuseio com segurança e efetividade. Do mesmo modo, o bibliotecário deve chamar para si a responsabilidade, no que tange a desenvolver a Competência em Informação (CoInfo) no público ao qual atende.

A curadoria e a preservação digital, também, devem ser sua responsabilidade, uma vez que a sociedade precisa ter acesso ao conhecimento gerado, independentemente do período em que foi produzido (Valentim, 2019, p. 54).

Tendência 2: A educação *on-line* democratizará e modificará a aprendizagem global

As mudanças que vêm ocorrendo, nos ambientes de ensino-aprendizagem, exigem do Bibliotecário que atua em contextos educacionais atenção especial, pois impactam diretamente no uso das bibliotecas escolar e universitária (Valentim, 2019).

As novas abordagens como, por exemplo, as metodologias ativas exigem que os bibliotecários se atualizem e propiciem aos estudantes novos contextos de acesso e interação com os conteúdos informacionais. Apoiar os professores na elaboração de materiais didáticos, bem como propiciar que diferentes repositórios de acesso aberto, que disponibilizam materiais didáticos de qualidade, possam estar acessíveis tanto para professores quanto para estudantes (Valentim, 2019, p. 55).

Tendência 3: Os limites entre privacidade e proteção de dados devem ser redefinidos

O conhecimento da legislação e da normatização (nacional e internacional) referentes à regulação da internet global e das políticas públicas de informação, que objetivem o acesso à informação, se constitui como premissa fundamental para o Bibliotecário (Valentim, 2019).

O bibliotecário necessita se engajar na discussão *copyright x copyleft*, uma vez que o acesso aberto às publicações científicas é um tema desafiador para a constituição de coleções e acervos, bem como em relação ao acesso aberto ou fechado - posse x acesso x memória (*backfiles*) (Valentim, 2019, p. 56).

Aspectos relacionados à implementação e à administração de Repositório Institucional e direito autoral também são elencados como discussões inerentes às tendências de privacidade e proteção de dados.

Tendência 4: As sociedades hiperconectadas escutarão e empoderarão novas vozes e grupos

Na sociedade hiperconectada, espera-se do Bibliotecário o desenvolvimento de competências e habilidades para formular políticas públicas de acesso à informação. (Valentim, 2019). Além do mais, o Bibliotecário:

deve possuir competências e habilidades para o manuseio, uso e reuso de dados e informações disponíveis em diferentes mídias, de modo a se constituir em um gerador de conteúdo, de produtos e serviços informacionais, bem como ser um disseminador desses conteúdos, disponibilizando-os no ambiente Web, nas redes sociais e nos sistemas de informação formais (Valentim, 2019, p. 57).

Tendência 5: A economia da informação global se transformará por meio das novas tecnologias

O avanço das TICs, os dispositivos móveis portáteis, as interfaces por voz, tato e imagem, os sistemas integrados, fazem parte de uma realidade irreversível, nessa perspectiva:

o bibliotecário deve oferecer todos os seus produtos serviços informacionais nesses novos modelos tecnológicos. Então, desenvolver competências e habilidades para isso é fundamental (Valentim, 2019, p. 58).

Valentim (2019) ressalta a necessidade dos elementos, apontados nas cinco tendências supracitadas, constarem nos currículos formadores, a fim de proporcionar ao Bibliotecário uma formação conectada às demandas da sociedade da informação e do conhecimento.

As tendências elencadas por Valentim (2019) corroboram com esta pesquisa, pois possibilita visualizarmos a abertura do campo de atuação do Bibliotecário e as possibilidades de desenvolvimento profissional, ao passo que prepara o profissional:

[...] para esses novos contextos tecnológicos, não apenas como usuário dessas ferramentas, mas também como criador inovativo de produtos e serviços informacionais que apliquem esse tipo de tecnologia (Valentim, 2019, p. 58).

Ortega y Gasset (2006) afirma que a nova missão do bibliotecário surge a partir do momento em que o livro é tido como uma função viva. Na sociedade contemporânea, a missão do Bibliotecário está atrelada à informação, independente do suporte, ampliando o campo de atuação, antes voltado para as áreas tradicionais, que hoje inclui as áreas não tradicionais.

A informação como objeto de estudo e de trabalho, é o ponto norteador para a atuação do profissional bibliotecário. É necessário que o ensino da

biblioteconomia, tanto o de formação quanto o de atualização, imprimam esse paradigma. Assumir este paradigma é fundamental (Valentim, 2000, p. 18).

As transformações pelas quais a sociedade contemporânea tem passado demandam do Bibliotecário uma nova compreensão de mundo, a qual inclui novas formas de “leitura, novos espaços de interação, novas possibilidades de comunicação, novos recursos de mediação”. Para tanto, as Escolas de Biblioteconomia desempenham o papel fundamental de traduzir, em formato de currículo, os anseios, as demandas e as tendências futuras da sociedade da informação e do conhecimento.

5 METODOLOGIA

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 155), pesquisa consiste em um “procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.” Toda pesquisa necessita definir previamente os procedimentos metodológicos a serem adotados, a fim de esclarecer elementos relacionados a natureza, caracterização, definições, categorias, técnicas e delimitações do escopo da pesquisa.

Sendo assim, esta pesquisa estrutura-se da seguinte forma:

- ✓ Abordagem: quali-quantitativa;
- ✓ Procedimentos: observação, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário;
- ✓ Objetivos: exploratório-descritivo;
- ✓ Objeto de estudo: matrizes curriculares dos cursos de Bacharelado em Biblioteconomia; Biblioteconomia e Documentação; e Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação;
- ✓ Universo da pesquisa: IES federais do Brasil que ofertam os cursos de Bacharelado em Biblioteconomia; Biblioteconomia e Documentação; e Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação;
- ✓ Amostra: coordenadores e vice-coordenadores respondentes do questionário, e
- ✓ Produto: Proposição da ementa de disciplinas para matrizes curriculares.

A abordagem quantitativa foi a escolhida pois busca coletar informações e descrevê-las, levando em consideração diferentes aspectos, que, segundo Richardson, 1999 *apud* Bruchez *et al.*, 2015, p. 3, “podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, assim como compreender e classificar processos dinâmico vivenciados por grupos sociais”.

A abordagem quali-quantitativa foi a escolhida pois mescla uma abordagem pontual, por meio da obtenção dos dados quantitativos, além de buscar coletar informações e descrevê-las qualitativamente, levando em consideração diferentes aspectos.

Os procedimentos foram realizados com as técnicas de coleta de dados por meio da pesquisa documental, da pesquisa bibliográfica e da aplicação de questionário.

A **pesquisa documental** visa à obtenção de informações oficiais acerca dos cursos de Biblioteconomia; Biblioteconomia e Documentação; e Biblioteconomia e Gestão de Unidades

de Informação, das IES públicas federais selecionadas, sendo classificados por Marconi e Lakatos (2003, p. 174) como fontes primárias.

A **pesquisa bibliográfica** visa ao levantamento do estado da arte acerca da temática da pesquisa, que aborda as matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia, correlacionando-as com as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 183), a finalidade da pesquisa bibliográfica “é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.”

Marconi e Lakatos (2011, p. 86), ao dissertarem sobre a observação direta extensiva, abordam a **aplicação de questionário**, e o definem como sendo “um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

O estudo será **exploratório-descritivo**, consistindo na descrição das matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia das IES públicas federais. Marconi e Lakatos (2003, p. 188) afirmam que a modalidade “tem por objetivo descrever determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas”.

O **objeto de estudo** propõe a análise detalhada das matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia, Biblioteconomia e Documentação e Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação.

O **Universo da pesquisa** é composto pelas IES públicas federais que oferecem o curso de Biblioteconomia.

A **amostra** abrange os coordenadores e vice-coordenadores dos cursos de Biblioteconomia, Biblioteconomia e Documentação e Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, das IES públicas federais, que responderam ao questionário aplicado.

Como **produto informacional**, esta pesquisa apresenta uma disciplina contemplando as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual, contendo a ementa, os objetivos geral e específico, o conteúdo programático, os métodos e técnicas de ensino e avaliação da aprendizagem, a carga horária e as bibliografias básica e complementar.

5.1 ETAPAS DA PESQUISA

Esta pesquisa cumpre as seguintes etapas:

1. Levantamento junto às Bases de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD);
2. Seleção e análise dos documentos pertinentes, dentro da amostragem recuperada;

3. Construção do referencial teórico;
4. Levantamento dos cursos de Biblioteconomia das IES públicas federais junto ao e-MEC;
5. Análise das planilhas geradas a partir do e-MEC;
6. Seleção e análise dos PPP dos cursos de Biblioteconomia das IES públicas federais, junto aos sites dos programas de graduação;
7. Análise e seleção das matrizes curriculares contidas nos PPP;
8. Categorização e análise dos resultados obtidos a partir das matrizes curriculares constantes nos PPP;
9. Formulação e aplicação do questionário às coordenações de cursos que possuem disciplinas com as temáticas investigadas pela pesquisa;
10. Análise e discussão dos dados obtidos através dos respondentes do questionário, e
11. Proposição do produto informacional.

A escolha da BRAPCI e da BDTD como fontes de informação da pesquisa se deve à representatividade que ambas desempenham no Brasil, no que se refere à divulgação da pesquisa científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Quadro 9 – Síntese da estratégia de busca nas bases de dados para construção do referencial teórico

ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO
Base de dados	Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)
Descritores	“Biblioteconomia”, “Currículo”, “Formação do Bibliotecário”, “Inovação”, “Empreendedorismo”, “Propriedade Intelectual”, “Ciência da Informação”, “Metodologia da Pesquisa”
Tipos de documentos	Artigos científicos; Dissertações e Teses
Processo de seleção	Título, palavras-chave e leitura dos resumos.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Nessa lógica, na etapa 1, estabeleceu-se a sequência de: levantamento bibliográfico da literatura relacionada às áreas de Administração, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Currículo, Gestão da Informação, Gestão do Conhecimento, Metodologia da Pesquisa. As buscas foram realizadas, em grande maioria, em bases de dados nacionais, em que foram utilizadas as palavras-chave: biblioteconomia, formação do bibliotecário, inovação, empreendedorismo, propriedade intelectual, informação tecnológica, ciência da informação, metodologia da pesquisa, currículo, no idioma português e sem delimitar períodos de publicação; leitura e análise dos itens recuperados na etapa de levantamento bibliográfico.

Na etapa 2, partiu-se para a análise dos documentos recuperados, em que foi selecionada a bibliografia que compõe esta Dissertação.

Quadro 10 – Síntese da estratégia de busca no e-MEC

ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO
Base de dados	e-MEC
Descritores	“Biblioteconomia”, “Biblioteconomia e Documentação”, “Biblioteconomia e Ciência da Informação”
Tipos de documentos	Planilhas
Processo de seleção	IES pública federal; curso (presencial e EaD)

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Vale ressaltar que:

O e-MEC é um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil. Todos os pedidos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, renovação e reconhecimento de cursos, além dos processos de aditamento, que são modificações de processos, serão feitos pelo e-MEC (MEC, 2023).

Na etapa 3, estabeleceu-se a construção do referencial teórico, possibilitando a apresentação do objeto a ser investigado nesta Dissertação.

Em sequência, na etapa 4, realizou-se a pesquisa na base de dados e-MEC. Nas pesquisas foram utilizados os descritores Biblioteconomia, Biblioteconomia e Documentação, Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. Foram selecionadas as opções de cursos presenciais e EaD. A partir das buscas e da recuperação da informação, foram gerados relatórios de consulta (no formato Excel).

Ressaltamos que, na etapa 4, foram realizadas buscas que resultaram na obtenção de dados que acabaram sendo descartados, por fugir do escopo desta pesquisa, que foram os cursos de Gestão da Informação e Ciência da Informação. Ao analisar os PPPs e as respectivas matrizes curriculares, constatou-se que tais cursos não têm relação direta com os cursos de Biblioteconomia.

Na etapa 5, foi efetuada a análise das planilhas obtidas na etapa anterior, em que foram categorizados por modalidade (presencial ou EaD) e por nomenclatura, pois os cursos de Biblioteconomia apresentam variações - foram identificados 3 (três) nomes distintos.

Na etapa 6, foi executado o levantamento junto aos PPPs dos cursos de Biblioteconomia, Biblioteconomia e Documentação e Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. As pesquisas foram realizadas nos *sites* das Escolas de Biblioteconomia.

A etapa 7 iniciou-se com a leitura das matrizes curriculares contidas nos PPPs, levando em consideração a presença e/ou a ausência de disciplinas com as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual. Os documentos foram baixados e salvos em uma pasta no computador, para posterior análise individual.

A etapa 8 iniciou-se a partir da categorização e da análise dos dados obtidos através das matrizes curriculares contidas nos PPPs.

A etapa 9 compreendeu a formulação e a aplicação do questionário, utilizando o *Google Forms*, que foi encaminhado, via correio eletrônico, para os endereços das coordenações de cursos, que foram coletados nos sítios eletrônicos das IES.

O instrumento de coleta escolhido foi um questionário semiestruturado (Apêndice A), voltado aos coordenadores dos cursos de Biblioteconomia, Biblioteconomia e Documentação e Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação e aos coordenadores e vice-coordenadores dos cursos que apresentam nas matrizes curriculares disciplinas relacionadas às temáticas Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual.

Foram enviados 21 (vinte e um) questionários, no entanto, foram contabilizados o total de 11 (onze) questionários respondidos, sendo que 2 (dois) foram descartados, por duplicidade de respostas, por parte dos respondentes, o que equivale ao total de 43% (quarenta e três) por cento de questionários respondidos. Apesar de termos obtido retorno de quase metade do total de questionários enviados, acredita-se que a pesquisa apresenta uma amostra relevante, que cumpre o objetivo do estudo.

A escolha pelo instrumento supracitado deveu-se ao fato de ser uma técnica que economiza tempo, alcança maior número de pessoas simultaneamente e, sobretudo, abrange uma área geográfica mais ampla, haja vista as dimensões do território brasileiro. No entanto, apesar das vantagens citadas anteriormente, como desvantagens, foram identificadas a baixa percentagem de questionários respondidos e algumas perguntas sem resposta e/ou incompletas. O questionário foi estruturado e dividido em 2 (duas) partes, a primeira parte trata da identificação dos respondentes e a segunda parte compreende as 4 (quatro) questões acerca do objeto de estudo, sendo 1 (uma) questão fechada dicotômica, 1 (uma) questão de múltipla escolha e 2 (duas) questões abertas. A inclusão das perguntas abertas se justifica pela possibilidade de se obter uma investigação mais profunda e precisa, pois permite a livre resposta dos participantes (Marconi; Lakatos, 2011).

A etapa 10 consistiu na análise e na discussão das respostas obtidas com os questionários. A análise dos dados obtidos através dos questionários contribuiu para o conhecimento acerca da perspectiva dos coordenadores dos cursos de Biblioteconomia sobre a

relevância na contemplação das temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual nas matrizes curriculares dos cursos de graduação.

No tratamento dos dados, esta pesquisa utilizou-se da abordagem indutivo-construtiva, que é essencialmente indutiva, e definida por Moraes (1999, p. 10) como sendo a “abordagem que toma como ponto inicial os dados, construindo a partir deles as categorias e a partir destas a teoria”. A finalidade dessa abordagem consiste na construção da compreensão acerca dos fenômenos investigados, sem generalizações e teste de hipóteses. Na abordagem indutivo-construtiva, a teoria emerge da análise, pois resulta como um dos produtos da própria investigação.

Por fim, partimos para as considerações finais, a partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, e, em seguida, apresentamos o produto informacional, fruto desta Dissertação.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Considerando o objetivo de identificar e compreender de que maneira as disciplinas com as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade intelectual têm se inserido nos currículos dos cursos de Biblioteconomia, Biblioteconomia e Documentação e Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação das instituições públicas brasileiras de ensino superior, esta seção serve à apresentação dos resultados obtidos e está estruturado em 3 (três) subseções: 1) Análise das matrizes curriculares contidas nos PPPs dos cursos de graduação, 2) Análise das respostas obtidas a partir da aplicação do questionário e, por fim, 3) Discussão geral dos resultados.

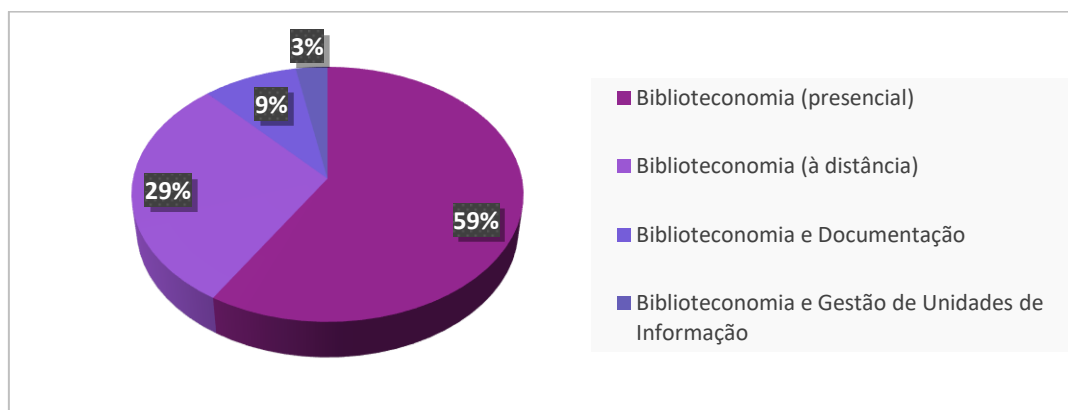
6.1 ANÁLISE DAS MATRIZES CURRICULARES

Partindo para a análise dos dados e a discussão dos resultados desta pesquisa, refaçamos o percurso metodológico.

Na etapa inicial da pesquisa, para traçar um apanhado mais específico sobre os cursos, foi realizada uma pesquisa na base de dados do e-MEC, que consiste no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. Para realizar a pesquisa das IES no e-MEC, foram utilizadas 3 (três) estratégias de busca, sendo elas: Biblioteconomia; Biblioteconomia e Documentação; Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação.

Após a realização de cada busca, foram extraídos relatórios de consulta (Excel) – a opção de gerar as planilhas é uma ferramenta bastante útil, disponibilizada no e-MEC, pois facilita a organização e a categorização das informações obtidas nas pesquisas.

Gráfico 1 – Cursos de Graduação em Biblioteconomia das IES



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Quadro 11 – Cursos de graduação

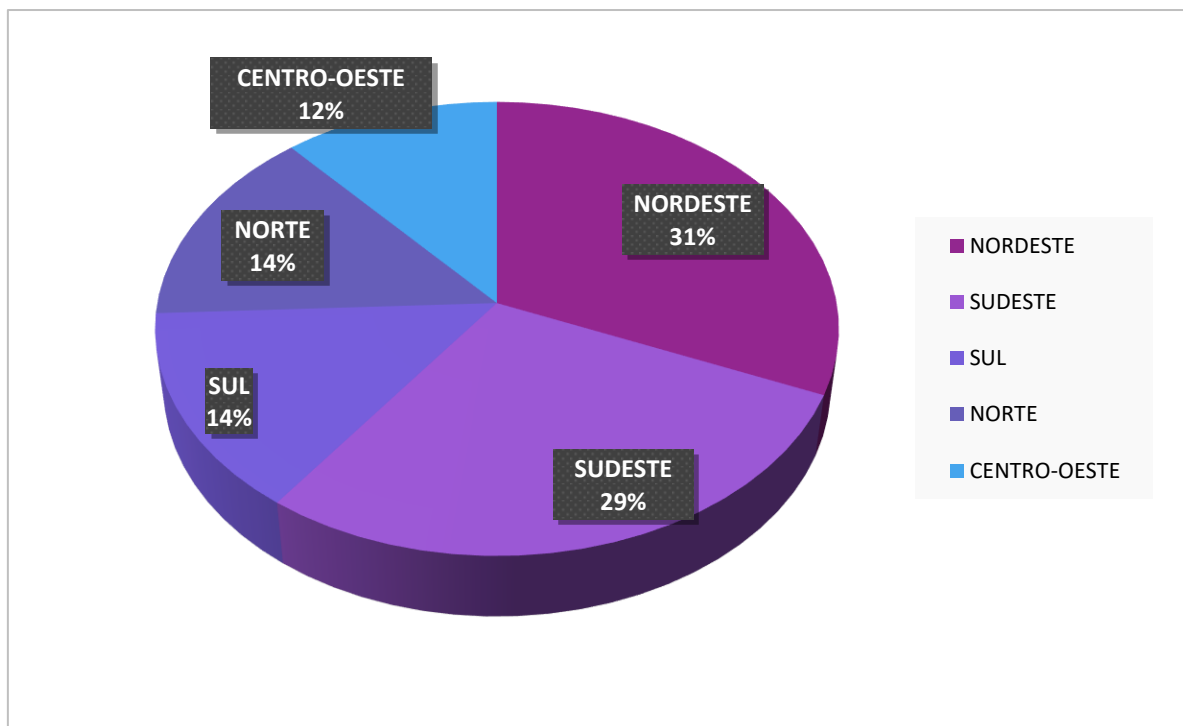
NOMENCLATURA DO CURSO DE GRADUAÇÃO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICA FEDERAL	
	PRESENCIAL	À DISTÂNCIA
BIBLIOTECONOMIA	Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Universidade Federal de Brasília (UNB); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal de Rondonópolis (UFR); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Universidade Federal do Cariri (UFCA); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) ; (dois cursos de Bacharelado (matutino e noturno ; um curso de Licenciatura); Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);	Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal de Sergipe (UFS); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO	Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal de Sergipe (UFS); Universidade Federal Fluminense (UFF).	-
BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	-

Fonte: Dados da pesquisa com base no e-MEC (2023).

No que tange aos cursos de Graduação em Biblioteconomia das IESs públicas federais (Gráfico 1), constatou-se que um total de 20 (vinte), equivalente a 59% dos cursos, possuem a nomenclatura Biblioteconomia e são presenciais; o total de 10 (dez), equivalente a 29%, possuem a nomenclatura de Biblioteconomia e são cursos EaD; o total de 3 (três), equivalente a 9%, possuem a nomenclatura de Biblioteconomia e Documentação e o total de 1 (um), equivalente a 3%, possui a nomenclatura Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação.

Os cursos de graduação em Biblioteconomia, Biblioteconomia e Documentação e Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (Quadro 11) foram primeiramente categorizados por IES pública federal; em seguida, houve a categorização por área, levando em consideração as regiões do Brasil (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Cursos de Biblioteconomia por região



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

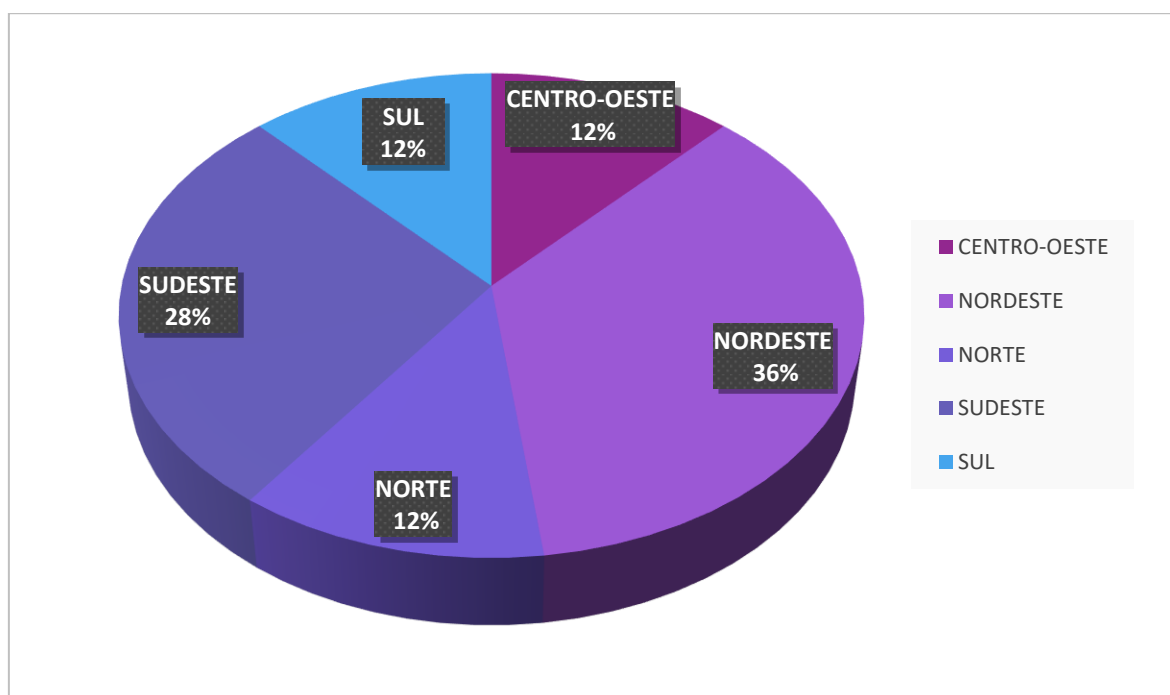
Com relação à presença dos cursos presenciais de graduação em Biblioteconomia no território nacional (Gráfico 3), podemos verificar que todas as regiões do Brasil são contempladas. A região Nordeste conta com o total de 9 (nove) cursos, o equivalente a 36%; a região Sudeste conta com o total de 7 (sete) cursos, o equivalente a 28%; as regiões Centro-Oeste, Norte e Sul contam com o total de 3 (três) cursos cada, o equivalente a 12% cada. No entanto, a maioria dos cursos de Graduação em Biblioteconomia concentram-se nas capitais

dos estados brasileiros, o que limita o ingresso e a permanência, no curso, de estudantes residentes em cidades mais afastadas.

O fenômeno de a região nordeste concentrar um maior percentual no quantitativo de cursos de Bacharelado em Biblioteconomia pode ser explicado pelo fato de ser a região que mais estados possui. O fato de a região sudeste figurar com um segundo maior percentual no quantitativo de cursos pode ser justificado por ser a região de vanguarda da Biblioteconomia brasileira, uma vez que as primeiras escolas surgiram, respectivamente, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Destacamos também o caso da UNIRIO, que possui 3 (três) cursos de Biblioteconomia, 2 (dois) bacharelados presenciais, 1 (um) bacharelado à distância e 1 (uma) licenciatura presencial (no entanto, destacamos que o curso de licenciatura não foi considerado nesta pesquisa, pois se trata de um curso de licenciatura).

Gráfico 3 – Cursos presenciais de Biblioteconomia por região

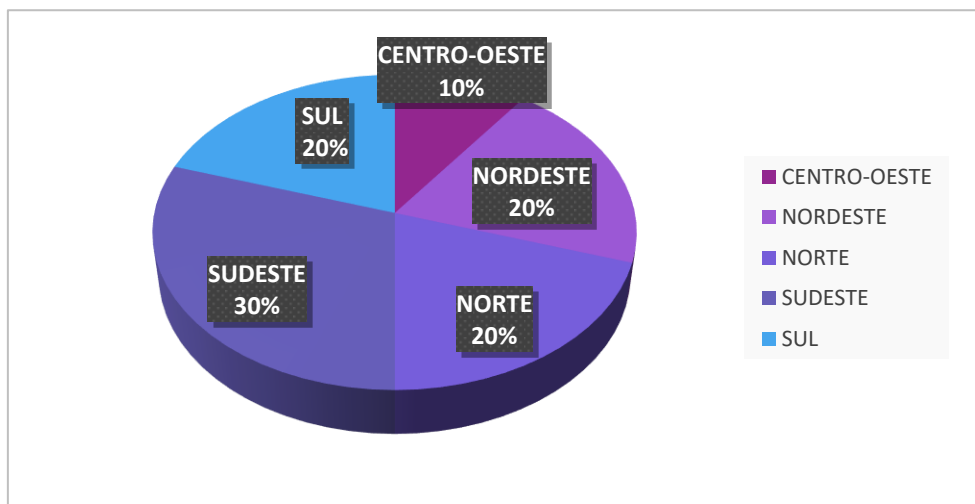


Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Com relação à presença dos cursos EaD de graduação em Biblioteconomia no território nacional (Gráfico 4), podemos verificar que todas as regiões do Brasil são contempladas. A região Sudeste conta com o total de 3 (três) cursos, o equivalente a 30%; as regiões Norte, Nordeste e Sul contam com o total de 2 (dois) cursos cada, o equivalente a 20% cada, e a região Centro-Oeste conta com 1 (um) curso, equivalente a 10%. Cabe destacar que o curso EaD possibilita a interiorização do ensino superior e da formação em Biblioteconomia.

A criação dos cursos EaD possibilitou a descentralização da oferta dos cursos de Biblioteconomia, uma vez que antes eles se concentravam nas capitais, e contribuiu para a democratização do acesso ao ensino superior público e de qualidade.

Gráfico 4 – Cursos à distância de Biblioteconomia por região



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi instituído em 2004 e tem como finalidade a melhoria da qualidade da educação nos cursos de graduação e instituições de educação superior. Os cursos de graduação das IES necessitam de autorização para serem criados, assim como necessitam obter reconhecimento dos cursos, e, para tanto, é necessária a avaliação do MEC.

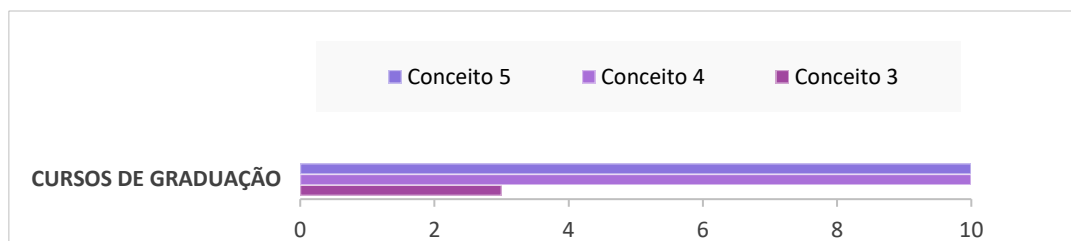
A avaliação do MEC é baseada em 3 (três) dimensões, que são: organização didático-pedagógica; corpo docente e tutorial; infraestrutura. A partir dos resultados obtidos na avaliação do MEC, é conferido o Conceito de Curso de graduação.

O reconhecimento de curso, assim como suas renovações, transcorre dentro de um fluxo processual composto por diversas etapas, dentre as quais a avaliação in loco, que culmina em um relatório da comissão de avaliadores, em que constam aferidas as informações apresentadas pelo curso relacionadas à realidade encontrada durante a visita. É gerado, assim, o **Conceito de Curso** (CC), graduado em cinco níveis, cujos valores iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória (Sistema..., 2017).

Com relação aos CC dos cursos de graduação em biblioteconomia (Gráfico 5), dentre as IES pesquisadas, os CC variam entre 3 e 5. Conforme dados da pesquisa, 10 (dez) IES possuem CC 5; 10 (dez) IES possuem CC 4; 3 (três) IES possuem CC 3. É importante ressaltar que, nas pesquisas realizadas no e-MEC, houve IES para as quais não constavam os respectivos CC. Outra observação a ser feita é com relação aos cursos EaD de Biblioteconomia, pois no e-

MEC não foram identificados os CC relacionados a eles, por isso não temos como apresentar os índices.

Gráfico 5 – Cursos presenciais de Biblioteconomia e os Conceitos de Curso



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No que tange às disciplinas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual (Quadro 12), a partir da análise das matrizes curriculares dos cursos ofertados pelas IES, foram identificadas as seguintes disciplinas:

Quadro 12 – IES x Disciplinas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual

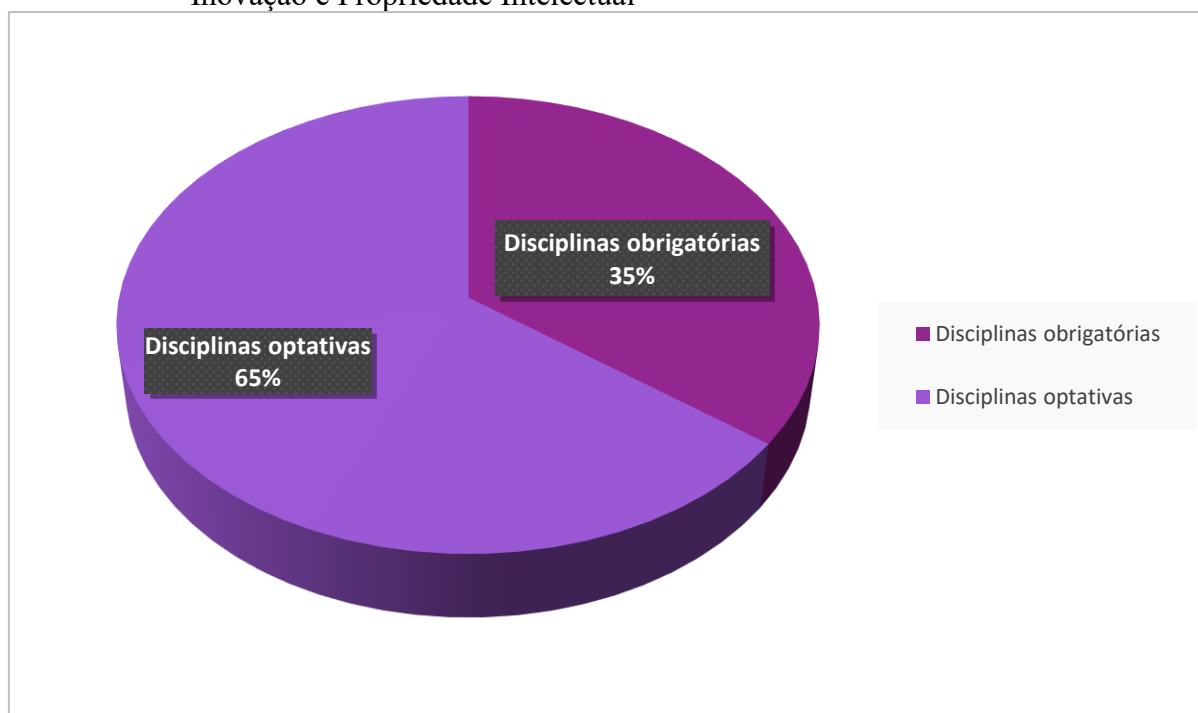
IES	DISCIPLINA	MODALIDADE	CARGA HORÁRIA
FURG	Empreendedorismo e Ciência da Informação (optativa)	Presencial	45h
	Propriedade Intelectual (optativa)	EaD	36h
UFAL	Políticas de Informação e da Inovação (obrigatória)	Presencial	54h
	Economia da Informação e da Inovação (optativa)	Presencial	54h
	Seminários sobre Empreendedorismo (optativa)	Presencial	54h
UFAM	Propriedade Intelectual (optativa)	EaD	30h
	Empreendedorismo (optativa)	Presencial	45h
UFBA	Propriedade Intelectual (optativa)	EaD	30h
UFC	Empreendedorismo em Serviços de Informação (optativa)	Presencial	64h
UFES	Propriedade Intelectual (optativa)	EaD	30h
UFF	Propriedade Intelectual (optativa)	EaD	30h
UFG	Propriedade Intelectual (optativa)	EaD	30h
UFPA	Propriedade Intelectual (optativa)	EaD	30h
UFPB	Empreendedorismo (optativa)	Presencial	60h
UFRGS	Introdução ao Empreendedorismo e Inovação (optativa)	Presencial	60h
	Propriedade Intelectual (optativa)	EaD	30h
UFRJ	Empreendedorismo (obrigatória)	Presencial	30h
	Propriedade Intelectual (optativa)	Presencial	30h
UFRN	Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação (obrigatória)	Presencial	60h
	Empreendedorismo Informacional (optativa)	Presencial	60h
UFS	Empreendedorismo em Biblioteconomia e Documentação (optativa)	Presencial	60h
	Propriedade Intelectual (optativa)	EaD	30h
UFSC	Empreendedorismo I (obrigatória)	Presencial	36h
	Informação Tecnológica e Inovação (optativa)	Presencial	36h
	Habitats de Inovação (optativa)	Presencial	72h
UFSCar	Transferência e comercialização da tecnologia (obrigatória)	Presencial	60h
UNIRIO	Propriedade Intelectual (optativa)	EaD	30h

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A análise será realizada inicialmente para as IES que possuem cursos presenciais e posteriormente para as IES que possuem cursos EaD.

De acordo com os dados da pesquisa (Gráfico 6), dentre as IES que ofertam cursos na modalidade presencial, o quantitativo é de 11 (onze) IES, que ofertam um total de 17 (dezesete) disciplinas, sendo 11 (onze) optativas, o que equivale ao percentual de 65%, e 6 (seis) disciplinas obrigatórias, o que equivale ao percentual de 35%.

Gráfico 6 – Cursos presenciais de Biblioteconomia x Disciplinas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Com relação às disciplinas ofertadas pelos cursos presenciais, fica evidente que mais da metade do total corresponde a disciplinas optativas, as quais são cursadas apenas por aqueles que demonstram interesse nelas durante a graduação. Como reflexão e discussão futuras, por parte dos Departamentos dos cursos de Bacharelado em Biblioteconomia presenciais, ficam os questionamentos acerca da necessidade de se repensar a importância de ofertar tais disciplinas como obrigatórias, haja vista a relevância delas para a sociedade contemporânea.

No que tange às disciplinas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual, ofertadas pelas 11 (onze) IES que possuem cursos presenciais de Biblioteconomia, (Quadro 13), podemos identificar um quantitativo maior de disciplinas com a temática de Empreendedorismo 10 (dez), seguido das temáticas de inovação, presente em 3 (três) IES e da temática de Propriedade Intelectual, presente em 1 (uma) IES.

Quadro 13 - Cursos presenciais de Biblioteconomia x Disciplinas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual

IES	EMPREENDEDORISMO	INOVAÇÃO	PROPRIEDADE INTELECTUAL
FURG	X	-	-
UFAL	X	X	-
UFAM	X	-	-
UFC	X	-	-
UFPB	X	-	-
UFRGS	X	-	-
UFRJ	X	-	-
UFRN	X	X	-
UFS	X	-	-
UFSC	X	X	-
UFSCar	-	-	X

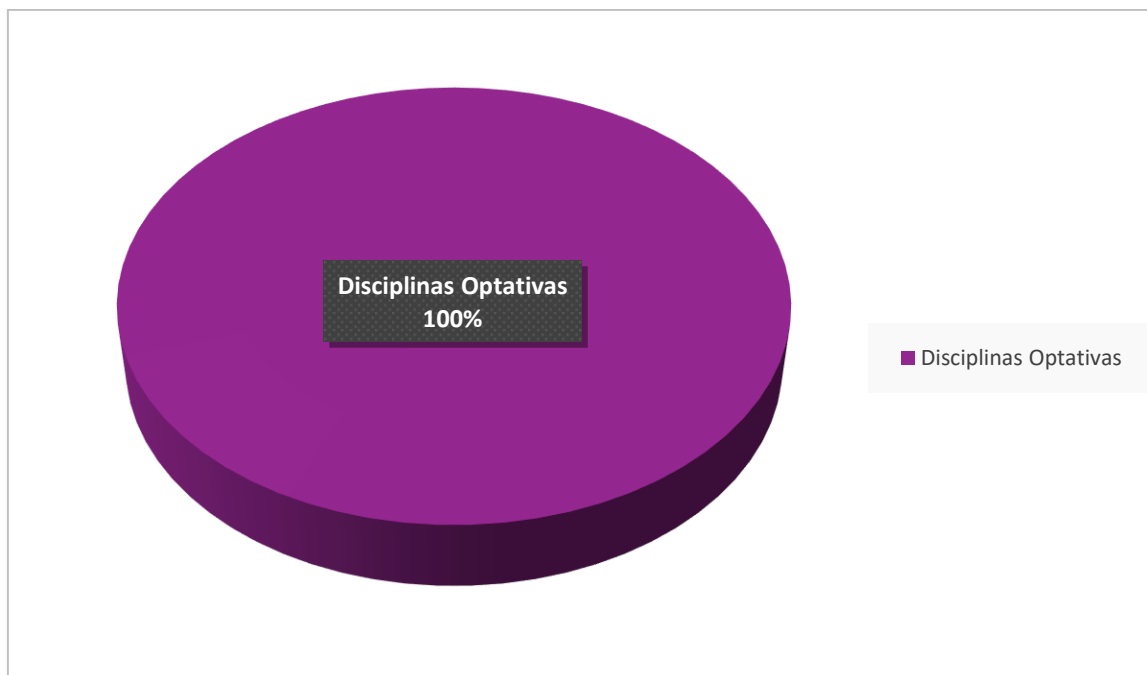
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Ao analisar as disciplinas dos cursos de Bacharelado em Biblioteconomia presenciais (Quadro 13), fica evidente a predominância da temática de Empreendedorismo. Tal fenômeno pode ser explicado a partir da perspectiva de possibilitar a estratégia de negócio oportunizando a busca de oportunidades de trabalho fora das áreas tradicionais. Nessa perspectiva, de acordo com Barros (2021, p. 74), a “dimensão de atuação empreendedora, utiliza-se a informação como estratégia competitiva para a tomada de decisão e inovação, com a finalidade de suprir as demandas informacionais dos seus clientes.”

De acordo com Valentim (2020, p. 23), o terceiro milênio demanda um Bibliotecário mais “observador, empreendedor, atuante, flexível, dinâmico, ousado, integrador, proativo e principalmente mais voltado para o futuro.” Outro fator importante a se observar diz respeito às disciplinas com a temática da Inovação, ocupando a segunda colocação. É bem sabido que, no campo do Empreendedorismo, encontra-se a Inovação, o que demonstra como essas áreas dialogam e convergem para a qualidade na formação do Bibliotecário.

Em consonância com os dados da pesquisa (Gráfico 7), dentre as IES que ofertam cursos na modalidade à distância, o quantitativo é de 10 (dez) IES, que ofertam um total de 10 (dez) disciplinas, sendo que as 10 (dez) disciplinas são optativas, o que equivale ao percentual de 100%. Nesse caso, por se tratarem de cursos em parceria com a UAB, a matriz curricular é comum e a disciplina ofertada é a mesma, em todas as IES que ofertam o curso de Biblioteconomia à distância.

Gráfico 7 – Cursos à distância de Biblioteconomia x Disciplinas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, instituído pela Lei nº 13.243/2016 e regulamentado pelo Decreto nº 9.283/2018, favorece o desenvolvimento do ambiente de inovação no Brasil. O fato de os cursos de Bacharelado em Biblioteconomia EaD (2018) possuírem, de maneira unânime, a disciplina de Propriedade Intelectual, pode ser justificado por influência do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (2016). Observa-se que, apesar das discussões acerca de a criação dos cursos supracitados ter iniciado antes da promulgação da Lei nº 13.243/2016, é inegável o impacto que o Marco passou a exercer nos setores da sociedade.

Os princípios do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação buscam a promoção de atividades científicas e tecnológicas inovadoras como estratégia para o desenvolvimento científico, econômico e social. A aplicação desses princípios permite a geração de oportunidades a partir do sistema de inovação. Nessa perspectiva, “a sociedade da informação é diretamente proporcional aos investimentos de um determinado país em educação, ciência e tecnologia” (Valentim, 2000, p. 18).

Além da ausência de disciplinas com as temáticas de Empreendedorismo e Inovação (Gráfico 7), fica também como reflexão e discussão futuras, por parte dos Departamentos dos cursos de Bacharelado em Biblioteconomia EaD, os questionamentos acerca da necessidade de se repensar a importância de ofertar tais disciplinas como obrigatórias, haja vista a relevância

delas para a sociedade contemporânea. Valentim (2020, p. 18) destaca que o “profissional da informação precisa estar em sintonia com esta realidade e se readequar para enfrentar as mudanças cada vez maiores”, sendo assim, as matrizes curriculares dos cursos de Bacharelado precisam refletir as mudanças pelas quais a sociedade passa.

Nessa perspectiva (Quadro 14), identificou-se um padrão, com relação aos cursos de Biblioteconomia EaD, pois são cursos da UAB e, conseqüentemente, possuem a mesma matriz curricular.

Quadro 14 – Cursos à distância de Biblioteconomia x Disciplinas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual

IES	EMPREENDEDORISMO	INOVAÇÃO	PROPRIEDADE INTELECTUAL
FURG	-	-	X
UFAM	-	-	X
UFBA	-	-	X
UFES	-	-	X
UFF	-	-	X
UFG	-	-	X
UFPA	-	-	X
UFRGS	-	-	X
UFS	-	-	X
UNIRIO	-	-	X

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Outro ponto a ser analisado diz respeito ao próprio processo de construção dos cursos de Bacharelado em Biblioteconomia EaD, que contou com uma Comissão Técnica, constituída por Docentes de diferentes regiões do Brasil. Houve diversos atores envolvidos no acordo de cooperação técnica, que contaram com autores (conteudistas) e leitores especialistas, responsáveis pela elaboração dos conteúdos que comporiam o material didático do curso.

A atualização contínua do profissional da informação – assim como para qualquer outro profissional que queira ser competente e dinâmico – é fundamental. No entanto, a formação básica é absolutamente fundamental, na medida em que o indivíduo apreende a relacionar a teoria e a *práxis* antes de atuar no mercado de trabalho. Além disso, algumas características são fundamentais no profissional da informação e nem sempre são apreendidas durante a sua formação ou atualização como focar o objetivo da unidade de trabalho/informação na organização em que estiver atuando, bem como ter visão estratégica e estar antenado às mudanças (Valentim, 2020, p. 21).

Concluída a etapa de análise e discussão dos resultados obtidos a partir das matrizes curriculares dos cursos de graduação em Biblioteconomia, Biblioteconomia e Documentação e Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, presenciais e EaD, das IES públicas

federais, partiu-se para a segunda etapa da análise e da discussão dos resultados obtidos a partir da aplicação do questionário junto ao público-alvo.

6.2 ANÁLISE DAS RESPOSTAS OBTIDAS A PARTIR DA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Esta seção apresenta informações referentes à aplicação, à coleta e à análise dos dados obtidos a partir da aplicação do questionário.

6.2.1 Categorização dos participantes do questionário

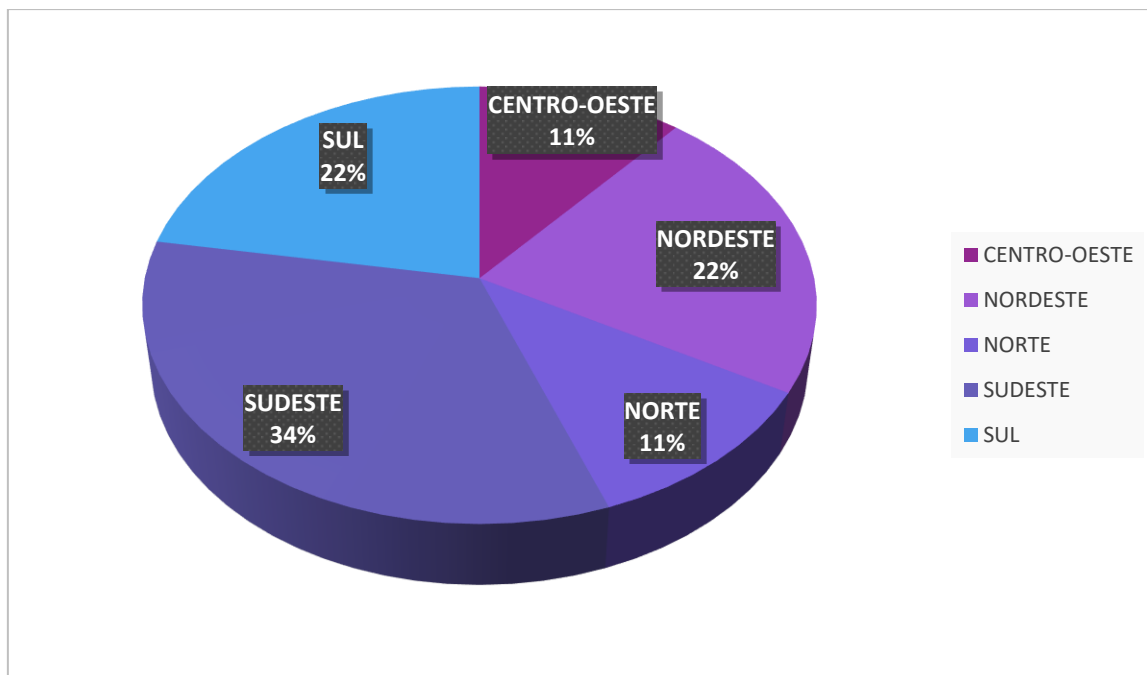
Os participantes da pesquisa pertencem à classe de docentes do ensino superior e desempenham as funções de coordenação e vice-coordenação dos cursos de graduação em Biblioteconomia, Biblioteconomia e Documentação e Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, presenciais e EaD, das IES públicas federais. Nessa perspectiva (Quadro 15), temos 2 (dois) grupos, Coordenador(a), identificado pela letra (C), e Vice-coordenador, identificado pela letra (V).

Quadro 15 – Identificação dos respondentes do questionário

IES	COORDENADOR(A)	VICE COORDENADOR(A)
FURG	C1	-
UFBA	C2	-
UFC	C3	-
UFF	C4	-
UFG	C5	-
UFRGS	-	V1
UFPA	C6	-
UFRJ	C7	-
UNIRIO	C8	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação à abrangência das IES respondentes no território nacional (Gráfico 8), podemos verificar que todas as regiões do Brasil são representadas nesta pesquisa. A região Sudeste conta com o total de 3 (três) IES respondentes, as regiões Sul e Nordeste contabilizam o total de 2 (duas) IES respondentes, cada. As regiões Centro-oeste e Norte contabilizam o total de 1 (uma) IES respondente cada.

Gráfico 8 – Respondentes do questionário por região do Brasil

Fonte: Dados da pesquisa.

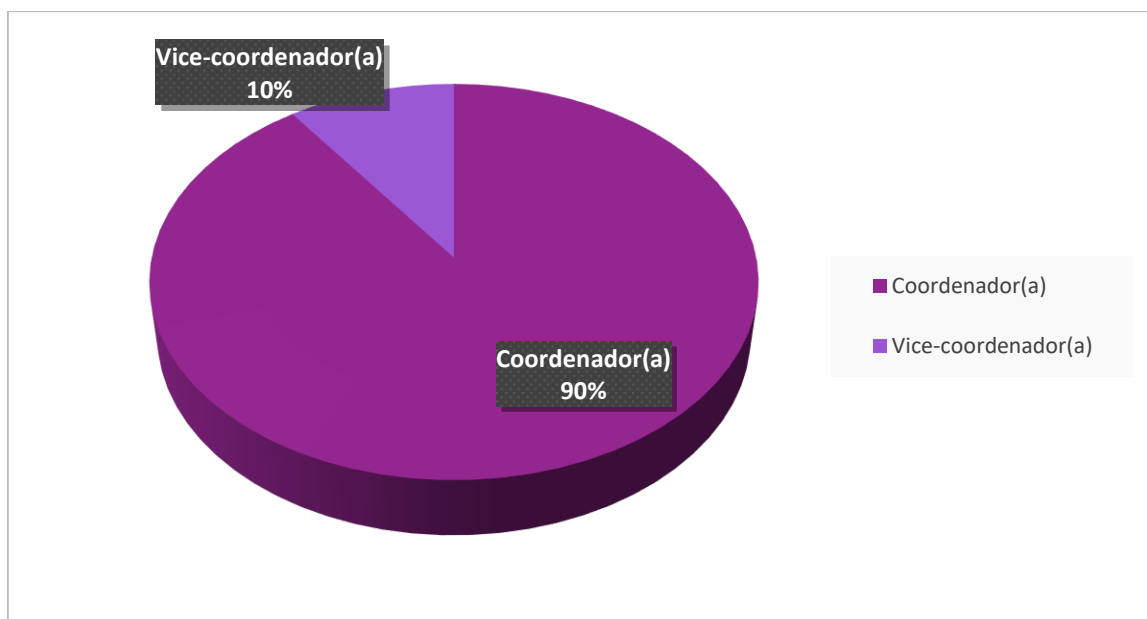
Com relação à formação profissional (Figura 7), todos os respondentes desta pesquisa possuem graduação em Biblioteconomia e pós-graduação (*Stricto sensu*) Mestrado e Doutorado. Destacamos os títulos de Doutorado, em que foi identificada a predominância de 4 (quatro) respondentes que são Doutores em Ciência da Informação, seguidos dos títulos de Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento; Políticas Públicas e Formação Humana; Administração, Educação e Geografia, com 1 (um) respondente em cada área, o que demonstra a presença de uma amostra composta por um grupo que, apesar de ser composto por graduados em Biblioteconomia, no que diz respeito à pós-graduação, tem diferentes áreas de formação.

Figura 7 – Áreas dos títulos de Doutramento dos respondentes

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Nessa perspectiva (Gráfico 9), encerrando a primeira parte do questionário, no que tange à identificação dos respondentes, a amostra compreende o total de 9 (nove) respondentes, sendo que 90% (noventa) por cento são coordenadores(as) e 10% (dez) por cento correspondem a vice-coordenadores(as).

Gráfico 9 – Respondentes do questionário



Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir partiremos para a análise e a discussão das respostas obtidas por meio da aplicação do questionário.

6.2.2 Categorização da análise das respostas do questionário

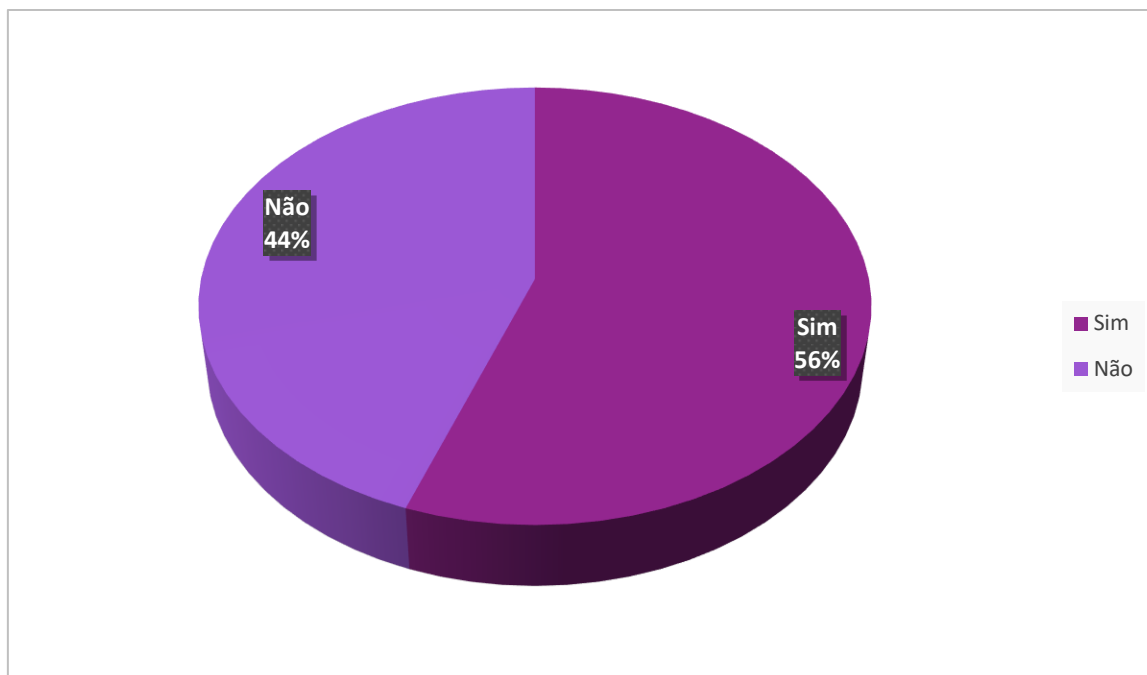
Partindo para a análise das respostas, retomamos as perguntas: **1) O Departamento de Biblioteconomia possui docentes das áreas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual?**

Com relação à presença de docentes das áreas supracitadas, nos departamentos de Biblioteconomia (Gráfico 10), foi identificada a presença em 5 (cinco) departamentos de cursos e a ausência em 4 (quatro) departamentos de cursos.

Os dados da pesquisa demonstram que, dentre os respondentes, mais da metade dos departamentos de Biblioteconomia possuem docentes das áreas investigadas nesta pesquisa. É bem sabido que as transformações sociais, bem como os avanços científico e tecnológico, impactam na vida cotidiana e na vida profissional; nessa perspectiva, a presença de docentes

especialistas nos departamentos demonstra um movimento em prol da atualização dos currículos de Biblioteconomia.

Gráfico 10 – Docentes das áreas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual nos departamentos



Fonte: Dados da pesquisa.

Em sequência, foi perguntado: **2) Você considera que disciplinas com as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual deveriam constar como obrigatórias nas matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia? Por quê?**

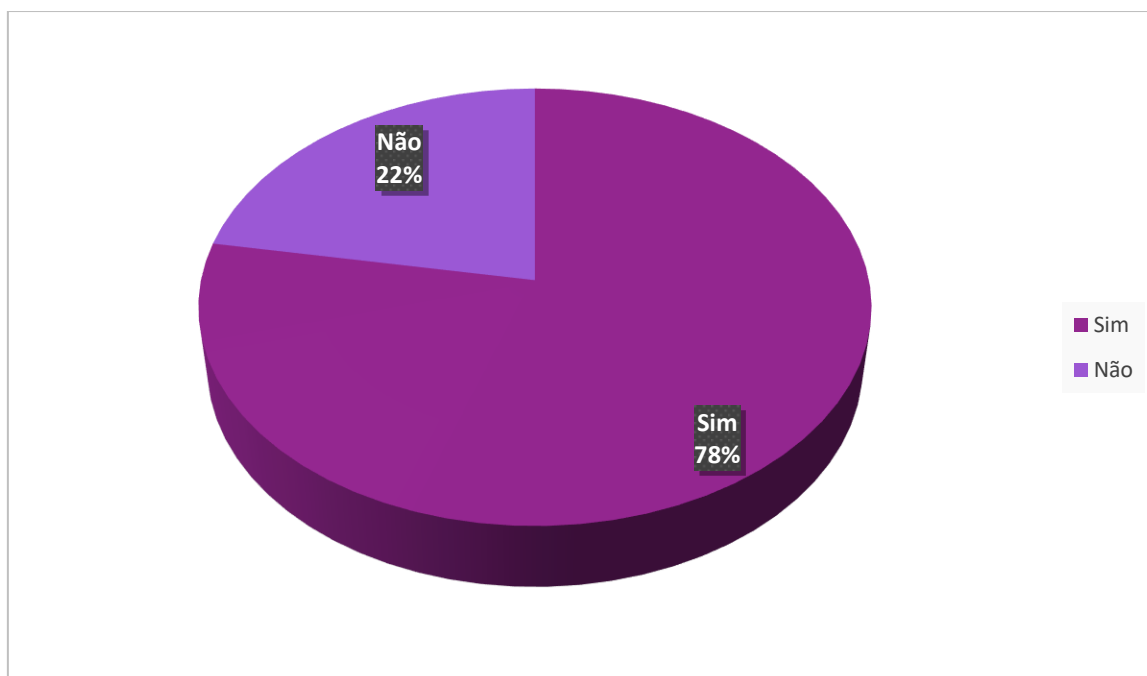
A opção por agrupar duas perguntas em uma foi proposital, pois, além de apresentar relação direta, possibilita uma investigação mais precisa, a partir do ponto de vista dos respondentes. De acordo com Oliveira (2012), o questionário possibilita a obtenção de informações sobre sentimentos, crenças, expectativas e vivências, podendo também incidir em qualquer outro dado que o respondente julgue necessário registrar.

Silva e Valls (2022) ressaltam que, além das TICs, a inovação também se apresenta como um fator importante para a alocação de qualquer profissional no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, o cenário em constante mudança faz com que se exija do Bibliotecário competências e habilidades para ocupar áreas (tradicionais e não tradicionais) de acordo com o que o mercado de trabalho demanda. Para tanto, faz-se necessária uma formação voltada para o atendimento das demandas da sociedade contemporânea. Sendo assim, a garantia de uma formação profissional condizente com as demandas da sociedade contemporânea perpassa pela

adequação das matrizes curriculares, no oferecimento de disciplinas que comunguem com as diferentes áreas de atuação nas quais o Bibliotecário poderá trabalhar.

Contudo, ao analisarmos a primeira parte da pergunta, obtivemos o seguinte resultado: dentre os respondentes, 7 (sete) consideraram “sim” ser importante que disciplinas com as temáticas analisadas constem como obrigatórias nas matrizes curriculares, enquanto 2 (dois) respondentes consideraram “não” ser necessário que haja disciplina obrigatória com as temáticas analisadas (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual como disciplinas obrigatórias



Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisarmos a primeira parte da pergunta, podemos observar que grande maioria dos respondentes, 78%, considera importante que disciplinas com as temáticas pesquisadas sejam obrigatórias, pois se considera que elas contribuirão no processo de desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para as mais diversas áreas. De acordo com C2: “[...] este é um nicho de mercado pouco explorado pelo Bibliotecário. Além disso, em qualquer unidade de informação o profissional Bibliotecário estará transitando nestas vertentes.” As vertentes citadas pelo respondente C2 reforçam a importância da capacitação profissional.

Partindo para a análise das demais respostas obtidas, C4 julga que, nas matrizes curriculares “[...] os conteúdos de empreendedorismo e inovação podem estar juntos numa disciplina de 30 horas ou serem um dos conteúdos específicos de Gestão.” No entanto, C4

salienta que: “[...] *não se pode pensar em inchar o currículo com tudo que achamos importante*”. Na fala do respondente, percebe-se a preocupação em organizar disciplinas em eixos temáticos, a fim de ofertar disciplinas que, de fato, contribuam para a formação do Bibliotecário. O respondente C4 comunga com o pensamento de Targino (2010, p. 45-46) quando o autor afirma que:

[...] são urgentes estruturas curriculares mais flexíveis, que contemplem um número maior de matérias optativas e interdisciplinares. São urgentes currículos mais integradores, que favoreçam e estimulem visão ampla de mundo, em que as técnicas, como elementos essenciais, atuem, de fato, como meros instrumentos para difusão de informações aos diferentes segmentos sociais.

Considerando que as necessidades da comunidade acadêmica tendem a mudar constantemente e ponderando as novas tecnologias, é preciso **alterações de currículos dos cursos**, criações de novos cursos, inserções de novos projetos de pesquisa e extensão universitária, entre outras [...]. (Rossi *et al.*, 2020, p. 408, grifo nosso). O respondente C7 afirma que: “[...] *para dar uma visão diferenciada para além das próprias do curso; para possibilitar novos horizontes, habilidades e competências a serem incorporadas à profissão da informação.*” Sendo assim, mais uma vez, as respostas obtidas por meio da aplicação do questionário reafirmam a consciência, por parte dos coordenadores e vice-coordenadores, sobre a importância de se discutir os currículos dos cursos de graduação em Biblioteconomia.

Trazendo a reflexão para a questão da empregabilidade dos Bibliotecários e de suas relações no mercado de trabalho, o respondente C8 salienta que:

[...] *Devemos lembrar que a designação ‘Bibliotecário’, é incluída no quadro das Profissões Liberais, Grupo 19, da Consolidação das Leis do Trabalho. Neste sentido, a oferta de disciplinas sobre empreendedorismo fornece os arcos necessários a uma ação eficiente e eficaz como empreendedor no mercado informacional. Ademais é importante citar que o mundo do trabalho tem se alterado tanto no micro quanto no macro cenário. Neste sentido, o bibliotecário cada vez mais tem novos ambientes informacionais para descortinar e ação empreendedora é quase que uma condição essencial para manter a empregabilidade e sustentabilidade da profissão*” (C8).

Lembremos que o marco para a Educação no Brasil se deu a partir do estabelecimento das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com a publicação da Lei nº 9.394/96, que determina as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesse sentido, foi conferida a autonomia didático-científica das universidades, cabendo aos colegiados de ensino a criação, a expansão, a modificação e a extinção de cursos. Portanto, compete aos colegiados dos cursos de Biblioteconomia propor discussões acerca dos níveis de atualização das matrizes curriculares dos respectivos cursos. De acordo com o respondente V1, a importância de que disciplinas com

as temáticas da pesquisa sejam obrigatórias reitera o fato de que “[...] estamos caminhando para uma sociedade na qual os papéis são mais fluidos e a atuação transdisciplinar, necessária”.

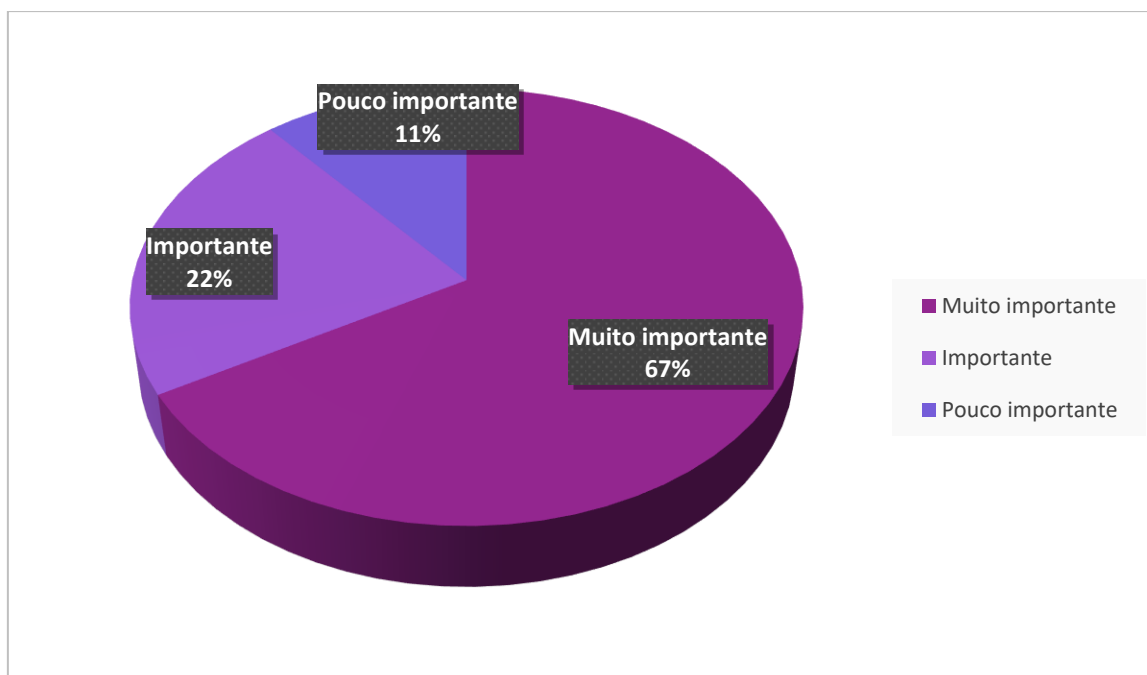
A criação das Diretrizes Curriculares Nacionais, para o ensino de Biblioteconomia, foi orientada pela Câmara Superior de Educação do Conselho Nacional de Educação, com a publicação do parecer CNE/CES nº 492/2001. A partir de então, consolidou-se a possibilidade de as IES atuarem de maneira autônoma, articulando-se com a comunidade acadêmica e com a sociedade, atribuindo aos conteúdos implementados nos PPP uma formação em consonância com cada realidade social.

Partimos agora para a análise das falas dos respondentes que não consideram importante que disciplinas com as temáticas investigadas constem como obrigatórias, nas matrizes curriculares dos cursos. Nesse sentido, C1, apesar de não concordar, sugere que as disciplinas: “[...] possam ser optativas como as nossas. Existem muitos temas importantes e se todos tiverem de ser obrigatórios o curso teria de ter mais tempo”. O respondente C1 demonstra preocupação com a carga horária total do curso.

O respondente C6 afirma que: “[...] o discente pode buscar estes conhecimentos em outros cursos de especialização ou extensão”. No entanto, não se pode confiar apenas à formação complementar a obtenção de conhecimento acerca das possibilidades de atuação do Bibliotecário nas áreas investigadas nesta pesquisa. Na graduação, os PPPs se constituem como instrumentos norteadores do perfil de profissionais formados pelas IES; além do mais, nas matrizes curriculares, por meio das disciplinas ofertadas, podemos refletir acerca dos graus de atualização desses cursos, bem como do comprometimento em valorização e elevação do *status* desses profissionais recém-formados.

Dando sequência às perguntas do questionário, tivemos: **3) Qual é a importância da(s) disciplina(s) de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual para a formação do Bibliotecário?**

Ao propormos a indicação da relevância, em diferentes níveis, da existência de disciplinas com as temáticas Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual, obtivemos um resultado positivo (Gráfico 12), o qual demonstra que 6 (seis) respondentes consideraram “muito importante”, 2 (dois) respondentes consideraram “importante” e 1 (um) respondente considerou “pouco importante”. Tal fenômeno pode ser justificado ainda pelas respostas obtidas na pergunta anterior, em que os respondentes trouxeram contribuições acerca das realidades vivenciadas nos departamentos de Biblioteconomia e refletiram acerca da relevância dessa temática não somente para os Bibliotecários, mas também para a sociedade no geral.

Gráfico 12 – Níveis de relevância da existência de disciplinas

Fonte: Dados da pesquisa.

A informação em circulação, de acordo com Targino (2010), consiste em um motor da sociedade contemporânea, em que os profissionais precisam estar alertas às novas formas de relações sociais e práticas culturais advindas das TICs. A autora destaca que tais alterações de infraestrutura correspondem a mudanças superestruturais.

Como última pergunta do questionário, tivemos: **4) Quais áreas de atuação se abrem para o Bibliotecário em formação, a partir da inclusão de disciplinas com as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual na matriz curricular dos cursos de Graduação em Biblioteconomia?**

Essa questão foi estrategicamente escolhida para encerrar o rol de perguntas no questionário, devido ao fato de permitir que o respondente, após refletir acerca das questões anteriores, possa concluir de maneira a ratificar suas respostas anteriores, uma vez que possibilita a livre resposta.

Partindo para a análise das respostas obtidas, C1 destaca que: “[...] *nossa formação é abrangente e a partir disso cada um poderá se especializar no que quiser.*” A formação do Bibliotecário, de fato, é abrangente, e, justamente por isso, esta pesquisa foi desenvolvida. No entanto, o respondente C1 afirma que “[...] *tais temáticas podem ser aprofundadas na pós-graduação*”. É bem sabido que a formação continuada deve ser incorporada a todo profissional, sobretudo o recém-formado, no entanto, a graduação se configura como um espaço de

empoderamento do Bibliotecário que será lançado à sociedade e ao mercado de trabalho. Sendo assim, a competência em informação faz-se necessária.

O currículo é a ação dinâmica desencadeada pela vivência de um plano curricular. São todas as experiências que cada aluno vive em um programa de educação que utiliza, no seu planejamento, as informações de teorias e pesquisas, e os resultados de experiências presentes e passadas (Câmara, 1981, p. 1).

Dentre os setores de atividade profissional do Bibliotecário no Brasil, Valentim (2002, p. 121) os subdivide em 4 (quatro) setores, dentre eles, o setor privado, que contempla: empresas/indústrias em geral, vários segmentos econômicos, desde editoras, bases de dados, até assessorias jurídicas. Nessa perspectiva, C2 elenca as áreas de “[...] editoração; direitos autorais; criação de novos produtos e serviços” como vertentes de atuação do Bibliotecário.

Para além das áreas elencadas anteriormente, o respondente C3 amplia ainda mais as frentes de atuação do Bibliotecário:

“[...] acredito que ajudaria no desenvolvimento de serviços inovadores em bibliotecas e outros ambientes informacionais físicos e digitais, Criação de startups ou projetos ligados à gestão de informações, Consultoria em organizações para otimizar recursos de informação, Gestão de Informação em Empresas, Assessoria em questões relacionadas a direitos autorais, patentes e marcas, Trabalho em escritórios de propriedade intelectual auxiliando na pesquisa e análise de documentos, Participação em espaços de inovação, como hubs tecnológicos, incubadoras e aceleradoras, Criação e gestão de startups voltadas para soluções inovadoras na área de informação, Colaboração em projetos de big data para otimizar a gestão de informações” (C3).

Independente do setor de atividade profissional, para Valentin (2019), a sociedade está mais consciente, em relação ao valor da informação e do conhecimento para o desenvolvimento:

Nessa perspectiva, os bibliotecários precisam desenvolver uma ‘visão de futuro’, de modo a ampliar os papéis e as responsabilidades que exercem em uma determinada sociedade, inovando e promovendo mudanças incrementais e radicais nas ações bibliotecárias (Valentin, 2019, p. 53-54).

As atribuições do profissional Bibliotecário vêm passando por diversas transformações, as quais acompanham as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade. Embora tradicionalmente associado à gestão de informações em bibliotecas, ele desempenha um papel crucial no apoio a esses elementos-chave para o desenvolvimento da sociedade contemporânea.

“[...] hoje, há um mercado de trabalho bem mais ampliado atuação do bibliotecário em áreas de gestão de negócios. A tecnologia contribuiu muito para a diversificação do trabalho do bibliotecário e do arquivista, que vai muito além das funções tradicionais. As atribuições convencionais, são importantes, sim, mas não são mais as únicas oportunidades de atuação,

principalmente para o jovem que tem afinidade com as novas tecnologias de comunicação e de informação. Um exemplo: se bibliotecários e arquivistas se unirem para abrirem uma empresa de organização de documentos e de informação, certamente serão bastante demandados. Há bibliotecários bem inseridos no mercado utilizando UX Design (Design de experiência do usuário). Essa e outras ideias podem surgir quando o estudante de biblioteconomia, para além das competências fortes e inerentes do bibliotecário, tem a oportunidade de cursar conteúdos que despertem a curiosidade, a criatividade conciliada com atitude empreendedora, que não é necessariamente nata, mas pode ser desenvolvida com ferramentas adequadas de gestão focada no empreendedorismo” (C4).

De acordo com C5: “[...] em grandes empresas de qualquer nicho, mas especialmente nas áreas de pesquisa pois, administrar a informação é um elemento primordial, especialmente no que diz respeito a propriedade intelectual e a inovação.”. O respondente C5 destaca, também, que: “[...] o Empreendedorismo, para além de contribuir para qualquer área de atuação da Biblioteconomia, ainda abre a oportunidade de se criar seu próprio negócio. Especialmente nas áreas de assessoria”.

Os respondentes C4 e C5, além de opinar sobre o mercado de trabalho e a atuação do Bibliotecário, citam como exemplo o profissional que abre uma empresa, evidenciando a relevância de a temática do Empreendedorismo estar inserida nas matrizes curriculares dos cursos de graduação.

Dentre os setores de atividade profissional do Bibliotecário no Brasil, retomando Valentim (2002, p. 121), pode-se subdividi-los em 4 (quatro) setores, dentre eles, os autônomos, que podem atuar com consultorias, assessorias, terceirizados, freelancers dentre outros setores. O respondente C7 elencou as seguintes áreas de atuação: “[...] Consultoria, Constituição de empresas, Projetos Sociais e Culturais, Novas descobertas e soluções no âmbito das temáticas que envolvem o processamento, representação e recuperação da informação”. Na mesma linha de raciocínio, o respondente C8 elencou as seguintes áreas de atuação: “[...] a atuação como consultor em gestão da informação; bibliotecário de dados; consultor em privacidade e membro de conselho de pesquisa em propriedade intelectual.”. A proximidade nas falas dos respondentes corrobora a consolidação da atuação do Bibliotecário em áreas não tradicionais.

Nessa perspectiva, os bibliotecários precisam desenvolver uma ‘visão de futuro’, de modo a ampliar os papéis e as responsabilidades que exercem em uma determinada sociedade, inovando e promovendo mudanças incrementais e radicais nas ações bibliotecárias (Valentim, 2019, p. 53-54).

Com relação às competências que se exigem do Bibliotecário no terceiro milênio, Pires (2012, p. 9) compreende que os profissionais “precisam desenvolver de forma condizente a disseminação da informação como forma de fornecer aos seus consulentes informações

relevantes para que os mesmos possam usá-las de maneira eficiente”. Em sua fala, o respondente V1 enfatiza a multidisciplinaridade como elemento fundamental, colaborando para que o Bibliotecário possa “[...] atuar como integrante de equipes multidisciplinares, levando para a discussão a visão de um profissional capaz de mapear, organizar, buscar e efetivamente localizar a informação onde quer que ela esteja”.

O respondente C6 afirmou “[...] não sei especificar”; tal resposta demonstra a existência de profissionais que desconhecem as possibilidades e áreas de atuação que podem ser, e já estão sendo ocupadas pelos Bibliotecários, ou quais campos de atuação se abririam para o profissional bibliotecário atuar nas áreas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual. Esse fenômeno demonstra a relevância desta pesquisa, ao analisar e propor a reflexão acerca da necessidade de atualização das matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia.

Diante do exposto, verificou-se que, dentre os cursos de Biblioteconomia; Biblioteconomia e Documentação, e Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, das IES públicas federais, além da identificação da presença de disciplinas com as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual, as falas dos entrevistados evidenciam o fato de que a academia está atenta à necessidade de as matrizes curriculares refletirem as demandas da sociedade, contribuindo para a qualidade do ensino superior e a consequente inserção desse profissional no mercado de trabalho, estando apto para atuar tanto nas áreas tradicionais quanto nas áreas não tradicionais.

O principal objetivo desta Dissertação foi identificar e compreender de que maneira as disciplinas com as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade intelectual têm se inserido nos currículos dos cursos de Biblioteconomia das instituições públicas brasileiras de ensino superior. E, para tanto, fez-se necessário o cumprimento deste percurso, o que possibilitou concluir a hipótese de que há a percepção, por parte dos cursos, acerca da relevância da abordagem das temáticas supracitadas na formação do profissional Bibliotecário, o que, consequentemente, aponta a necessidade de atualização das matrizes curriculares dos cursos, a fim de apresentar ao Bibliotecário em formação a possibilidade de pensar a profissão fora das paredes das bibliotecas tradicionais, ampliando os horizontes para a atuação em espaços não tradicionais.

Quadro 16 – Resultados obtidos

OBJETIVO ESPECÍFICO	EVIDÊNCIAS
Mapear as instituições federais de ensino superior com cursos de graduação em Biblioteconomia, Biblioteconomia e Documentação e Biblioteconomia e Gestão da Informação, levando em consideração as regiões do Brasil e as notas de avaliação do Ministério da Educação (MEC).	Foi identificada a existência de 34 (trinta e quatro) cursos de graduação, sendo: 24 (vinte e quatro) cursos de Biblioteconomia presencial, 10 (dez) cursos de Biblioteconomia EaD. Os cursos estão presentes em todas as regiões do Brasil: 11 (onze) cursos no Nordeste, 10 (dez) no Sudeste, 5 (cinco) no Sul e no Norte, cada, e 4 (quatro) no Centro-oeste. Com relação aos CC e às notas do MEC, apenas nos cursos presenciais foi possível identificar as respectivas notas: 10 (dez) cursos com nota 5 (cinco), 5 (cinco) cursos com a nota 4 (quatro), e 3 (três) cursos com a nota 3 (três).
Analisar os PPPs dos cursos de graduação em Biblioteconomia, Biblioteconomia e Documentação e Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, das Universidades Federais.	Foram analisados o total de 34 (trinta e quatro) PPPs, a fim de identificar as disciplinas constantes nas matrizes curriculares dos cursos. Em seguida, identificou-se a existência de 21 (vinte e uma) matrizes curriculares com disciplinas nas áreas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual.
Identificar as disciplinas com as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual presentes nas matrizes curriculares.	Foi identificada a existência de 27 (vinte e sete) disciplinas com as temáticas supracitadas, sendo 21 (vinte e uma) optativas e 6 (seis) obrigatórias.
Propor uma disciplina que contemple as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual nos currículos dos cursos de Biblioteconomia, em nível de graduação.	Esta dissertação apresenta, como produto informacional, a proposição da ementa de uma disciplina contemplando temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual, a fim de colaborar com a reflexão acerca da necessidade da inserção nas matrizes curriculares dos cursos que ainda não possuem disciplinas nessas áreas.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os primórdios da civilização, a informação se constitui como princípio básico do desenvolvimento humano. Foi um longo e intenso processo evolutivo que culminou no atual status de Era da Informação, de forma que a obtenção da informação permite a geração de conhecimento, e, assim, o conhecimento adquirido contribui para a dinâmica social. Ao passo que os suportes da informação foram mudando, coube ao profissional bibliotecário acompanhar tais mudanças e desenvolver competências e habilidades para atuar em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e dinâmico.

Competência em biblioteconomia requer do bibliotecário conhecimentos, habilidades e atitudes. O conhecimento consiste no saber adquirido, nos conceitos e nas teorias, podendo-se inferir que a formação deste profissional se constitui como fator preponderante para se preencher os demais requisitos, que são as habilidades desenvolvidas e a postura de agir, a partir do conhecimento previamente adquirido.

Esta Dissertação, que teve como pergunta de partida *“De que maneira disciplinas com as temáticas de empreendedorismo, inovação e propriedade intelectual têm se inserido nos currículos dos cursos de Biblioteconomia nas Universidades públicas federais brasileiras?”*, se debruçou na análise das matrizes curriculares dos cursos de graduação em Biblioteconomia, Biblioteconomia e Documentação e Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação das IES públicas federais brasileiras, com a finalidade de identificar de que maneira as disciplinas com as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade intelectual têm se inserido nos currículos dos cursos de Biblioteconomia das instituições públicas brasileiras de ensino superior.

Mapear as instituições federais de ensino superior com cursos de graduação em Biblioteconomia, Biblioteconomia e Documentação e Biblioteconomia e Gestão da Informação (objetivo a) possibilitou categorizar os cursos nas IES públicas federais, demonstrando que ele está presente em todas as regiões do Brasil, tanto de forma presencial quanto EaD, possibilitando a democratização de acesso e a permanência nesses cursos de graduação.

As discussões deste estudo buscaram reafirmar a importância do curso de Biblioteconomia, da formação e da profissão do Bibliotecário, vislumbrando sua plena atuação nos mais diversos setores da sociedade, sejam áreas tradicionais ou não tradicionais, espaço físico ou digital. Nesse sentido, a análise dos PPP (objetivo b) e das respectivas matrizes curriculares possibilitou traçar um panorama acerca das competências e habilidades que estão sendo demandadas pelos cursos de graduação.

Com relação ao cumprimento desta pesquisa e especificamente do (objetivo b), cabe uma menção honrosa à base de dados e-MEC, sistema responsável pela tramitação dos processos de ato regulatório das IES. Em funcionamento desde 2007, a base de dados é mantida e atualizada através do MEC e do Governo Federal, e possibilita a realização de consultas no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior no Brasil, de forma simplificada e com transparência pública.

No que tange à identificação de disciplinas com as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual nas matrizes curriculares (objetivo c), constatou-se que a maioria dos Departamentos está atento às mudanças pelas quais a sociedade tem passado. Essa constatação tem como respaldo o quantitativo de matrizes curriculares que já possuem disciplinas com as temáticas supracitadas. Além disso, a análise das respostas, que foram obtidas a partir da aplicação do questionário com os coordenadores e vice-coordenadores dos cursos, também evidenciou o grau de relevância dessas disciplinas para a formação do Bibliotecário.

Entretanto, identificou-se a existência de cursos de Bacharelado em Biblioteconomia, Biblioteconomia e Documentação e Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação que não possuem disciplinas com as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual, demonstrando a necessidade de atualização das respectivas matrizes curriculares. A aplicação do questionário mostrou que existem coordenadores e vice-coordenadores de curso que não atribuem à formação acadêmica obtida por meio da graduação a relevância na oferta de disciplinas com as temáticas investigadas por esta pesquisa; eles atribuem isso à formação complementar (capacitação, especialização, pós-graduação), como meio de capacitação e atualização profissional.

Sendo assim, mesmo os cursos que apresentaram disciplinas contendo, ao menos, 1 (uma) das temáticas investigadas, ainda estão aquém da formação desejada para esse profissional que atua diretamente com a informação, em uma sociedade que, cada vez mais, valoriza o capital informacional. Por meio dos dados obtidos a partir deste estudo, podemos constatar que, apesar da existência de disciplinas com as temáticas, sobre os cursos de Biblioteconomia e a formação do Bibliotecário, se faz necessária uma reflexão acerca da necessidade de discussão nos departamentos dos cursos, a fim de considerar, por exemplo, a delimitação de um determinado período, para que, ao fim de cada ciclo, haja a avaliação da matriz curricular, vislumbrando a manutenção da oferta de um curso que seja condizente com as demandas mais atuais da sociedade.

Outro aspecto a ser analisado diz respeito ao fato de essas disciplinas serem optativas ou obrigatórias e à carga horária dos docentes dos Departamentos de Biblioteconomia. Diante dos dados analisados, faz-se necessário discutir sobre a necessidade da oferta dessas disciplinas como obrigatórias, pois, assim, haveria a garantia de que todos os graduandos cursassem tais disciplinas, de modo a formar bibliotecários competentes em informação e aptos a atuar de forma estratégica, nas mais diversas áreas, contribuindo para o progresso da sociedade da informação. Outra questão a se analisar diz respeito à não fruição das disciplinas optativas que, devido o limite de carga horária dos docentes, acabam não sendo ofertadas regularmente, limitando a matrícula dos graduandos nessas disciplinas.

No cumprimento dos objetivos desta Dissertação, as contribuições para a área da Biblioteconomia foram demonstradas ao longo de toda a pesquisa, no entanto, destacamos (quadro 5), fases e marcos históricos da Biblioteconomia no Brasil, desde 1879 até os dias atuais. Retomando a “A Missão do Bibliotecário”, obra de Ortega y Gasset (2006), podemos destacar que a missão social do Bibliotecário é determinada pela necessidade social à qual a profissão serve. Desse modo, a missão social não é fixa, mas sim variável, evolutiva, assim como a história da humanidade.

Pensando nisso, o produto desta pesquisa (objetivo d), consiste na criação de uma disciplina, contemplando as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual, aplicadas às práticas do Bibliotecário, a fim de contribuir para a atualização das matrizes curriculares e para a formação desse profissional, oferecendo uma disciplina que reflète as novas demandas da sociedade da informação e do conhecimento. Este material busca demonstrar a possibilidade de agrupar, em uma disciplina, tópicos relevantes dessas áreas que, além de correlatas, se consolidaram como áreas não tradicionais de atuação para o Bibliotecário.

Sobre esta pesquisa, espera-se que possa contribuir para a área da Biblioteconomia, ao traçar um panorama acerca das matrizes curriculares dos cursos de graduação e proporcionar os níveis de atualização delas, tendo como foco disciplinas com as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual. Assim, vislumbra-se que os resultados analisados e apresentados nesta pesquisa representem um ponto de partida, para que os departamentos dos cursos de Biblioteconomia possam discutir a atualização das matrizes curriculares, a fim de proporcionar, ao graduando, uma formação condizente com as demandas sociais, políticas, econômicas, culturais e educativas da sociedade da informação e do conhecimento. Dessa forma, espera-se que novos estudos sejam realizados a fim de colaborar com as discussões acerca do currículo dos cursos de Biblioteconomia no Brasil, destacando o poder exercido por esse instrumento formativo dos graduandos em Biblioteconomia.

REFERÊNCIAS

ABSTARTUPS. Sobre a ABSTARTUPS. 2023c. Disponível em: <https://abstartups.com.br/sobre/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

ALMEIDA, Mariza. Innovation and entrepreneurship in Brazilian universities. **International Journal of Technology Management & Sustainable Development**, v. 7, n. 1, p. 39-58, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233505972_Innovation_and_entrepreneurship_in_Brazilian_universities. Acesso em: 26 jul. 2023.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **About ALA**. C1996-2023. Disponível em: <https://www.ala.org/aboutala/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

AMORIM-BORHER, Maria Beatriz; AVILA, Jorge; CASTRO, Ana Célia; CHAMAS, Claudia Inês; PAULINO, Sergio. Ensino e Pesquisa em Propriedade Intelectual no Brasil. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 6, n. 2, p. 281-310, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8648949/15496>. Acesso em: 23 jul. 2023.

ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, v. 41, n. 81, p. 121-141, 2006. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1465>. Acesso em: 20 dez. 2023.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. A Ciência da Informação no Brasil: mapeamento da pesquisa e cenário institucional. **Bibliotecas. Anales de Investigación (Cuba)**, v. 15, n. 2, p. 232-259, 2019. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/112206>. Acesso em: 30 ago. 2023.

ARAÚJO, Elza Fernandes et al. Propriedade intelectual: proteção e gestão estratégica do conhecimento. **R. Bras. Zootec.**, v. 39, jul., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbz/a/qvhFGsx5DspdgdHZkRSv9pf/#>. Acesso em: 30 ago. 2023.

ARAÚJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes de. Informação: instrumento de dominação e de submissão. **Ciência da Informação**, v. 20, n. 1, p. 37-44, jan./jun., 1991. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/414/414>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES (ANPROTEC). **Aceleradoras**. Disponível em: <https://anprotec.org.br/site/lideres-tematicos/aceleradoras/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES (ANPROTEC). **Estatuto social**. 2016. Disponível em: https://anprotec.org.br/site/wp-content/uploads/2013/07/ESTATUTO-SOCIAL-ANPROTEC_Publica%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 31 jul. 2023.

AUDY, Jorge. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estud. Av.**, v. 31, n. 90, maio/ago., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/rtKFhmw4MF6TPm7wH9HSpFK/>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues Barbosa. Gestão da informação e do conhecimento: evolução e conexões. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, número especial, p. 168-186, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22287/17904>. Acesso em: 06 ago. 2023.

BARROS, Arysa Cabral. **Empreendedorismo na Biblioteconomia**: atuação do bibliotecário empreendedor no âmbito dos serviços informacionais. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, CE, 2021. Disponível em: <https://ppgb.ufca.edu.br/empreendedorismo-na-biblioteconomia-atuacao-do-bibliotecario-empreendedor-no-ambito-dos-servicos-informacionais/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

BENÍCIO, Christine Dantas; SILVA, Alzira Karla Araújo da. Do livro impresso ao e-book: o paradigma do suporte na Biblioteca Eletrônica. **Biblionline**, v. 1, n. 2, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/580/418>. Acesso em: 26 ago. 2023.

BERTICELLI, Ireno Antônio. Currículo: tendências e filosofia. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 159-176.

BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e foco de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 47, n. 1, p. 3-14, jan./abr., 2011. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/1040/235. Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 jun. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 jul. 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14084.htm. Acesso em: 04 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20, fev. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14, maio, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm. Acesso em: 06 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera [...] **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 jan. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm. Acesso em: 05 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997. Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 de abril de 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19456.htm. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007. Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 de maio de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111484.htm. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. [...] dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20, maio, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113123.htm. Acesso em: 04 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia**. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Projeto pedagógico do curso Bacharelado em Biblioteconomia na modalidade à distância**. [3ª versão]. Brasília, DF: 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia/universidade-aberta-do-brasil/mais-sobre-o-sistema-uab/cursos-nacionais-do-sistema-universidade-aberta-do-brasil/bibead>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais Reuni 2008**: relatório de primeiro ano. Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 22 ago. 2023.

BRASIL. Portaria nº 11, de 27 de janeiro de 2017. Aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 jan. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/acao-a-informacao/institucional/arquivos/documentos/regimento-interno-do-inpi>. Acesso em: 02 ago. 2023.

BRUCHÊZ, Adriane et al. Metodologia de pesquisa de dissertações sobre inovação: análise bibliométrica. In: MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO, 15., 2015, Caxias do Sul. **Anais [...]** Caxias do Sul: UCS, 2015. Disponível em:

<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucspgga/xvmostrappga/paper/viewFile/4136/1361>. Acesso em: 18 maio 2023.

CÂMARA, Jacira da Silva. (1981). Bases fundamentais para elaboração do currículo. **R. Bibliotecon.**, Brasília, v. 9, n. 1, jan./jun., 1981, p. 1–5. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/30055/25530>. Acesso em: 01 set. 2023.

CAMILLO, Everton da S. ; SILVA, Elaine da ; WOIDA, Luana M. Bibliotecas como organizações para a inovação social. **Revista Brasileira De Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, p. 1–26, 2021. Disponível em:

<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1479>. Acesso em: 16 dez. 2023.

CARVALHO, Luísa Margarida Cagica; VIANA, Adriana Backx Noronha; MANTOVANI, Daielly Melina Nassif. O papel da FAPESP no ecossistema empreendedor do estado de São Paulo. **RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 7, n. 1, Ed. Esp. Ecossistemas de Inovação e Empreendedorismo, p. 84-101, 2016. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/298804262_O_papel_da_FAPESP_no_ecossistema_empreendedor_do_estado_de_Sao_Paulo. Acesso em: 30 ago. 2023.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 12. reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CASTRO, César Augusto. Histórico e evolução curricular na área de Biblioteconomia no Brasil. In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 25-48.

CASTRO, C. A.; RIBEIRO, M. S. P. Sociedade da Informação: dilema para o bibliotecário. **Transinformação**. Campinas, v. 9, p. 17-25, 1997. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/1589/1561>. Acesso em: 04 jul. 2023.

COLLAZO, Mercedes. El currículo universitario como escenario de tensiones sociales y académicas. **Didáskomai**, Montevideu, n.1, p. 5-23, 2010. Disponível em: <http://didaskomai.fhuice.edu.uy/index.php/didaskomai/article/view/4/2>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Bibliotecários registrados e ativos junto aos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRBs)**. Destinatário: Renata Oliveira de Souza. [S.l.], 20 jul. 2023. 1 mensagem eletrônica.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Conheça o CFB**. c2021. Disponível em: <https://cfb.org.br/conheca-o-cfb/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

CURRÍCULO. Dicionário *on-line* de português. [2023]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/curriculo/>. Acesso em: 17 nov. 2023.

DETLOR, Brian. Information management. **International Journal of Information Management**, v. 30, n. 2, p. 103-108, 2010.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor (*entrepreneurship*)**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

EaD Bacharelado em Biblioteconomia: orientações preliminares. CAPES/UAB; ABECIN, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/28112017FolhetoFinalCT.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2024.

E-MEC. O que é. 2023. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/modulos/visao_comum/php/login/comum_login.php?691ba69561e311dd66adaae89947c631=YWJhX21hbnRpZGE=. Acesso em: 01 set. 2023.

ETZKOWITZ, Henry; ZHOU, Chunyan. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estud. Av.**, v. 31, n. 90, maio/ago., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/4gMzWdcjVXCMp5XyNbGYDMQ/#>. Acesso em: 23 ago. 2023.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DE INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Censo da Biblioteconomia brasileira**. 2022. Disponível em: <https://censo.febab.org/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FREIRE, Fabriele da Silva; ALAUZO, Jorge Luiz Cativo; SPUDEIT, Daniela. Competências e campos emergentes para atuação de bibliotecários. **RACIn**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 81-102, jan./jun. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332578161_Competencias_e_campos_emergentes_para_atuacao_de_bibliotecarios. Acesso em: 08 set. 2023.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à Biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Biquet de Lemos, 2007.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. Os conceitos dos termos Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **R. Bras. Bibliotecon. e Doc.**, v. 26, n.1/2, p. 100-114, jan./jun., 1993. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/19245>. Acesso em: 29 ago. 2023.

GOMES, Sônia de Conti. **Bibliotecas e sociedade na primeira república brasileira**: fatores sócio-culturais que atuaram na criação e instalação de bibliotecas de 1890 a 1930. Belo Horizonte, 1981. 113 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Bibliotecas) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-933GT4/1/dissertacao_soniadecontigomes.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

HUBNER, Marcos Leandro Freitas; SILVA, José Fernando Modesto; ATTI, Alessandra. Origens do ensino de biblioteconomia no Brasil. **BIBLOS**, v. 35, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/12105>. Acesso em: 31 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). Histórico. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/ibict/pt-br/aceso-a-informacao/sobre-o-ibict-1/historico>. Acesso em: 01 abr. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística da Educação Superior 2021**. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 24 maio 2023.

INOVAÇÃO. Dicionário *on-line* de português. [2023]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/inovacao/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

ISENBERG, D. J. How to start an entrepreneurial revolution. **Harvard Business Review**, v. 88, n. 6, 2010, p. 40-51. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5419320/mod_resource/content/1/Harvard-Ecosystem.pdf. Acesso em: 01 ago. 2023.

INTELECTUAL. Dicionário *on-line* de português. [2023]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/intelectual/>. Acesso em: 04 set. 2023.

JOHNSON JR. M. Definições e modelos na teoria do currículo. *In*: MESSICK, Rosemary; PAIXÃO, Lyra.; BASTOS, Lília da Rocha (org.). **Currículo: análise e debate**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p. 13-32.

JUNGSMANN, Diana de Mello; BONETTI, Esther Aquemi. **Inovação e propriedade intelectual: guia para o docente**. Brasília: SENAI, 2010.

LIMA, Paulo Ricardo Silva. **O papel da Universidade no incentivo à inovação**: proposta de fonte de informação sobre Empresas de Base Tecnológica. Maceió, 2021. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Alagoas. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/8568>. Acesso em: 16 jul. 2023.

MARCOLLA, Fernanda Analu; SÁ, Priscila Zeni de. A propriedade intelectual como princípio estruturante da ordem econômica e sua importância para a inovação. *In*: ARRABAL, Alejandro Knaesel; CARVALHO, Luciano Castro de; CARDOSO, Rodrigo dos Santos (org.). **Cultura da inovação e propriedade intelectual**. Curitiba: Editora Bagai, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MANUAL para classificação dos cursos de graduação e sequenciais: CINE Brasil. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/manual_para_classificacao_dos_cursos_de_graduacao_e_sequenciais_cine_brasil.pdf. Acesso em: 27 jun. 2023.

MILANESI, Luís, **O que é biblioteca**. 1. reimp. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: 03 fev. 2024.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 7-37.

MULGAN, Geoff. Ready or not? Taking innovation in the public sector seriously. **Provocation**, v. 3, 2007. Disponível em:

https://media.nesta.org.uk/documents/ready_or_not.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

MULLER, Suzana Pinheiro Machado. Avaliação do estado da arte da formação em Biblioteconomia e ciência da informação. **Ci. Inf.**, v. 17, n. 1, p. 71-81, jan./jun. 1988. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/files/original/8/2396/1508-1521-1-PB.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2023.

NEVES, J. J. F. **A inovação nas bibliotecas universitárias**: identificando o potencial inovador. 2018. 267 f. (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190885>. Acesso em: 18 maio 2023.

ODDONE, Nanci. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. **Ci. Inf.**, v. 35, n. 1, abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/xVVrwC595rhNvmF3pqXCghD/#>. Acesso em: 01 abr. 2024.

ODDONE, Nanci. O profissional de informação e a mediação dos processos cognitivos: a nova face de um antigo personagem. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 25-41, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/425/346>. Acesso em: 27 ago. 2023.

OECD. **Oslo Manual 2018**: guidelines for collecting, reporting and using data on innovation. 4. Edit. (The Measurement of Scientific, Technological and Innovation Activities). Paris; Luxembourg: OECD Publishing; Eurostat, 2018. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/oslo-manual-2018_9789264304604-en. Acesso em: 19 out. 2023.

OLIVEIRA, Leonardo Ferreira de; SANTOS JÚNIOR, Carlos Denner dos. Inovações no setor público: uma abordagem teórica sobre os impactos de sua adoção. In: CAVALCANTE, Pedro *et al.* **Inovação no setor público**: teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: ENAPE: IPEA, 2017. p. 33-42.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 02 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração mundial sobre educação superior no século XXI: visão e ação**. Paris: UNESCO, 1998.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO (OCDE). Declaração sobre inovação no setor público. Tradução: Escola Nacional de Administração Pública. [Brasília]: ENAPE: OCDE, 2019. (Série: Instrumentos jurídicos da OCDE). Disponível em: <https://oecd-opsi.org/wp-content/uploads/2018/11/OECD-Declaration-on-Public-Sector-Innovation-Brazilian-Portuguese-.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO (OCDE). **Manual de Oslo**: proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. Brasília: FINEP, 2005. Disponível em: http://www.finep.gov.br/images/a-finep/biblioteca/manual_de_oslo.pdf. Acesso em: 26 abr. 2023.

ORTEGA, Cristina. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramaZero**, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_48cabfd9b6_0007649.pdf. Acesso em: 03 jul. 2023.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do Bibliotecário**. Tradução e posfácio de Antônio Agenor Biquet de Lemos. Brasília: Biquet de Lemos, 2006.

OTTONICAR, Selma L. C.; SOUZA, Leonardo P. P.; VALENTIM, Marta Lígia P. A competência em informação no contexto das startups. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1505/1246>. Acesso em: 17 out. 2023.

PAZMINO, Ana Verônica. Panorama de ações de inovação nas Universidades Brasileiras. **Gestão & Regionalidade**, v. 37, n. 112, p. 85-100, 2021. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/6207/3482. Acesso em: 17 jun. 2023.

PIRES, Erik André Nazaré. O bibliotecário como agente transformador social: sua importância para o desenvolvimento da sociedade informacional através da disseminação da informação. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 15, 2012, Rio Grande, Rio Grande do Sul. **Anais [...]** Rio Grande: Ichi, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17437/14219>. Acesso em: 17 jan. 2024.

PLONSKI, Guilherme Ary. Inovação em transformação. **Estud. Av.**, v.31, n. 90, maio/ ago., 2027. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/3Vmk8zqHbrVcgBwhMTyTC7d/?lang=pt#>. Acesso em: 24 ago. 2023.

PROPRIEDADE. Dicionário *on-line* de português. [2023]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/propriedade/>. Acesso em: 04 set. 2023.

REIS, Juliani Menezes dos; TAMAGNO, Vilma; BACKES, Luciana. O ensino de Biblioteconomia no Brasil: lei 12.444/2010 e a oferta de cursos na modalidade EaD. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 29, n.1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/5164/3556>. Acesso em: 07 abr. 2024.

RIBEIRO, Rosiane Lúcia. **O futuro do livro: o eletrônico como um contraponto do impresso**. 2009. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) - Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campo dos Goytacazes, RJ, 2009. Disponível em: <https://livros01.livrosgratis.com.br/cp137242.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2023.

ROSSI, Tatiana et al. Serviços inovadores em biblioteca universitária. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 403-429, jul. 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38480>. Acesso em: 28 jul. 2023.

RUSSO, Laura Garcia Moreno. **A Biblioteconomia brasileira**. Rio de Janeiro: INL, 1966.

SALIM, Cesar Simões; SILVA, Nelson Caldas. **Introdução ao empreendedorismo: despertando a atitude empreendedora**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SANTOS, Alessandra S.; MAIA, Luiz Cláudio G.; PINHEIRO, Marta M. K. Competência em informação e inovação social: a interdisciplinaridade em foco. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 13, n. 1, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/198459>. Acesso em: 06 out. 2023.

SANTOS, Roberta Kerr dos. A evolução do suporte material, do livro ao e-book: mudanças e impactos ao leitor contemporâneo. **SOLETRAS**, São Gonçalo, RJ, ano 10, n. 20, jul./dez., 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/5161>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SANTOS, Jussara Pereira. Reflexões sobre currículo e legislação na área da Biblioteconomia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, set., 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/17/62#:~:text=Os%20professores%20dos%20Cursos%20de,Dura%C3%A7%C3%A3o%20do%20Curso%20de%20Biblioteconomia.%22>. Acesso em: 06 abr. 2024.

SERRAI, Alfredo. História da Biblioteca como evolução de uma ideia e de um sistema. **R. Esc. Biblioteconomia**, UFMG, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 141-161, set., 1975. Disponível

em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36168/28322>. Acesso em: 02 ago. 2023.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AO EMPREENDEDOR (SEBRAE). **O que é uma startup?** 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-uma-startup.6979b2a178c83410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 01 fev. 2024.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da Ciência da Informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 1-15, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n33p1/21708>. Acesso em: 01 set. 2023.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Instrumento de Avaliação de cursos de graduação Presencial e a distância:** reconhecimento, renovação de reconhecimento. Brasília, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em: 09 set. 2023.

STARTUP. [Dicionário] *Michaelis*. c2024.. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/135PE/start-up/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

SUI GENERIS. Dicionário *on-line* de português. [2023]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sui-generis/>. Acesso em: 03 set. 2023.

TAKAHASHI, Tadao (org.). **Sociedade da informação no Brasil:** livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/434>. Acesso em: 20 ago. 2023.

TARGINO, Maria das Graças. A biblioteca do século XXI: novos paradigmas ou meras expectativas? **Informação & Sociedade:** Estudos, João Pessoa, v. 20, n. 1, p. 39-48, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/2645/3418>. Acesso em: 20 fev. 2024.

TARGINO, Maria das Graças. Ranganathan continua em cena. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 39, n. 1, p. 122-124, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/Tb8frLSnBcpVYVnWZcGSNVJ/?lang=pt>. Acesso em: 16 maio 2023.

VALLS, Valeria Martin; SILVA, Daniela Luciana da. A atuação do bibliotecário em startups: um panorama sobre as competências. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 18, n. 3, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1900>. Acesso em: 11 dez. 2023.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (org.). **Formação do profissional da informação.** São Paulo: Polis, 2002.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. O moderno profissional da informação: formação e perspectiva profissional. **Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, SC, v. 5, n.

9, p. 16-28, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2000v5n9p16/5058>. Acesso em: 10 jan. 2024.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Tendências e perspectivas profissionais e as competências essenciais para a formação e a atuação do bibliotecário. **Revista Eletrônica da ABDF**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 46-63, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revista.abdf.org.br/abdf/article/view/23/54>. Acesso em: 06 set. 2023.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim; PENNA, Polyana Gentil. **Histórico do periódico**: ciência da informação, histórico do periódico do IBICT. 2024. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/journal-history#:~:text=CI%C3%80NCIA%20DA%20INFORMA%C3%87%C3%83O%2C%20PERI%C3%93DICO%20CIENT%C3%8DFICO%20DO%20IBICT&text=O%20primeiro%20fasc%C3%ADculo%20da%20revista,mas%20para%20o%20pr%C3%B3prio%20Instituto..> Acesso em: 01 abr. 2024.

APÊNDICE A – Questionário aplicado

Prezada(o) participante,

Sou Renata Oliveira de Souza, discente do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/UNIRIO).

Solicito sua colaboração no sentido de responder as questões abaixo, as quais estão relacionadas ao meu objeto de investigação: **Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual na formação curricular do Bibliotecário no Brasil.**

Desde já, agradeço pela sua colaboração!

Identificação

Nome

Instituição

Formação Profissional

Função exercida

Coordenação ()

Vice-Coordenação ()

- 1) O Departamento de Biblioteconomia possui docentes das áreas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual?

Sim () Não ()

- 2) Você considera que disciplinas com as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual deveriam constar como obrigatórias nas matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia? Por quê?

- 3) Qual é a importância da(s) disciplina(s) de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual para a formação do Bibliotecário?

Irrelevante ()

Pouco importante ()

Importante ()

Muito importante ()

- 4) Quais áreas de atuação se abrem para o Bibliotecário em formação, a partir da inclusão de disciplinas com as temáticas de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual na matriz curricular dos cursos de Graduação em Biblioteconomia?

APÊNDICE B – Produto Informacional: Ementa de disciplina

BIB 2024 – PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO

Disciplina: Tópicos de Empreendedorismo, Inovação e Propriedade Intelectual no cenário da Biblioteconomia

Carga horária: 45h

Oferta: Obrigatória para os cursos de Biblioteconomia

Docente: a definir

2. EMENTA

Conceitos e contextualização do Empreendedorismo; conceitos e contextualização da Inovação; Conceitos e contextualização da Propriedade Intelectual; Marco regulamentário e Legislação correlatas; atuação do Bibliotecário.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Introduzir o(a) discente ao estudo crítico do Empreendedorismo, da Inovação e da Propriedade Intelectual, com base na legislação vigente, aplicada ao cenário da Biblioteconomia, através de conceitos basilares típicos deste ramo (como os principais campos de atuação para o Bibliotecário).

3.2 Objetivos específicos

3.2.1 Estudar os conceitos, fundamentos, tipologias e legislação de empreendedorismo, inovação e propriedade intelectual;

3.2.2 Identificar canais e ferramentas para o processo de atuação do Bibliotecário em áreas não tradicionais;

3.3.3 Discutir os determinantes mercadológicos e sistêmicos

4 3.4 Analisar casos práticos de atuação do Bibliotecário nas áreas de empreendedorismo, inovação e propriedade intelectual.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

4.1 Empreendedorismo

- 4.1.1 Introdução ao empreendedorismo
- 4.1.2 Cultura empreendedora e perfil empreendedor
- 4.1.3 Contextualização do empreendedorismo no cenário biblioteconômico
- 4.1.4 Serviços de informação no suporte ao empreendedorismo
- 4.1.5 Orientação para estruturação de projeto com ideia(s) empreendedora(s)

4.2 Inovação

- 4.2.1 Introdução à inovação
- 4.2.2 Contextualização da inovação no cenário biblioteconômico
- 4.2.3 Cultura da Inovação
- 4.2.4 Serviços de informação no suporte à inovação
- 4.2.5 Orientação para estruturação de projeto com ideia(s) inovadora(s)

4.3 Propriedade Intelectual

- 4.3.1 Introdução à Propriedade Intelectual (direitos autorais, direitos conexos, patentes, marcas, desenho industrial, programa de computador, indicações geográficas, concorrência desleal e cultivares)
- 4.3.2 Formas de Proteção do Conhecimento
- 4.3.3 Contextualização da propriedade intelectual no cenário biblioteconômico
- 4.3.4 Serviços de informação no suporte à informação tecnológica
- 4.3.5 Orientação para estruturação de projeto com informação tecnológica

5. METODOLOGIA

Método teórico-prático com aulas expositivas, utilizando-se de recursos audiovisuais, análise de textos, análise de casos, leituras e discussões dirigidas e seminários sobre os tópicos do programa, além da elaboração de projeto.

6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHESBROUGH, Henry W. **Open innovation: the new imperative for creating and profiting from technology**. Boston: Harvard Business School Press, 2003.

DAVILA, T.; EPSTEIN, M. J.; SHELTON, R. **As regras da inovação**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship)**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estud. Av.**, v. 31, n. 90, maio/ago., 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/4gMzWdcjVXCMp5XyNbGYDMQ/#>. Acesso em: 03 fev. 2024.

SALIM, C. S.; SILVA, N. C. **Introdução ao empreendedorismo**: despertando a atitude empreendedora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

TEJERINA-VELÁZQUEZ, V. H. **Propriedade Intelectual**: setores emergentes e desenvolvimento. Piracicaba: Equilíbrio, 2007.

7. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20, fev. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14, maio, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm. Acesso em: 06 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera [...] **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 jan. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm. Acesso em: 05 maio 2023.

DAVILA, T.; EPSTEIN, M. J.; SHELTON, R. **As regras da inovação**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

MARCOLLA, Fernanda Analu; SÁ, Priscila Zeni de. A propriedade intelectual como princípio estruturante da ordem econômica e sua importância para a inovação. In: ARRABAL, Alejandro Knaesel; CARVALHO, Luciano Castro de; CARDOSO, Rodrigo dos Santos (org.). **Cultura da inovação e propriedade intelectual**. Curitiba: Editora Bagai, 2021.

OECD. **Oslo Manual 2018**: guidelines for collecting, reporting and using data on innovation. 4. Edit. (The Measurement of Scientific, Technological and Innovation Activities). Paris; Luxembourg: OECD Publishing; Eurostat, 2018.

RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Bibliotecário do Século XXI**: pensando o seu papel na contemporaneidade. Brasília: IPEA, 2018.